ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO
REVISTA EDUCAÇÃO Nº 61 - 3º TRIMESTRE 1958

(Número dedicado ao Congresso, com os documentos mais importantes, inclusive a carta de educação de adultos)

Educação
Órgão da associação brasileira de educação

Sumário:

II Congresso Nacional de Educação de Adultos
Objetivos - Temário
Sessão Inaugural - Discursos
    Do Sr. Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitscheck
    Do Sr. Ministro da Educação e Cultura
    Do Sr. Representante dos Congressistas
    Do Sr. Prefeito do Distrito Federal
Sessões Plenárias
Relatórios das Comissões
Conferência do Prof. Lourenço Filho
Sessão de Encerramento - Discursos
    Do Sr. Representante dos Congressistas
    Do Sr. Secretário da Educação e Cultura do Distrito Federal
    Do Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação
Carta de Educação de Adultos

Associação Brasileira de Educação

Diretoria
Presidente: RAUL JOBIM BITTENCOURT
Vice-Presidente: I. FRANCA CAMPOS
Secretária Geral: JOAQUINA DALTRO
Secretária Adjunta: MARINA GROSS
Tesoureiro: MIGUEL DADDARIO
Tesoureira Adjunta: ODILA GIRÃO
Diretores: MARIO PENNA DA ROCHA. Biblioteca e Arquivo
ARMANDO HILDEBRAND - Iniciativas
JOSUÉ CARDOSO D'AFFONSECA – Publicações

Conselho Diretor

1957-1958
Adalberto Menezes de Oliveira
Alice Flexa Ribeiro
Alvaro Negromonte
Anísio Teixeira
Celso Kelly
Consuelo Pinheiro
Dulcie Kanitz Vicente Vianna
Edgar Süssekind de Mendonça
Fabio Macedo Soares Guimarães
Francisco José da Silva
Gustavo Lessa
Helena Moreira Guimaraes
Helena Perissé Turon Campos
Ignez B. B. Corrêa d'Araujo
João Carlos Gross
Juracy Silveira
Maria Esolina Pinheiro
Mario Travassos
Pedro Calmon
Risoleta Ferreira Cardoso

1958-1959
Alair Acioli Antunes
Arlete Pinto de Oliveira e Silva
Armanda Alvaro Alberto
Arthur Moses
C. A. Nóbrega da Cunha
Dina Venancio
Eunice Pourchet
Guy de Hollanda
Joaquim Moreira de Souza
José Augusto Bezerra de Medeiros
J.E. do Prado Kelly
Julio Cezar de Mello e Souza
Luiz Hildebrando Horta Barbosa
M. B. Lourenco Filho
Marcos Almir Madeira
Maria Violeta Coutinho Vilas Boas
Mario Paulo de Brito
Marly Machado Mascarenhas
Massillon Saboia
Zilda Farriá Machado

EDUCAÇÃO é órgão trimestral da Associação Brasileira de Educação. Divulga as iniciativas e atividades promovidas pela Associação Brasileira de Educação. Publica ainda artigos originais referentes a questões e problemas educacionais, de autoria não somente de seus membros como de todos aqueles que desejarem cooperar com os educadores congregados em torno da bandeira desfraldada pela A. B. E.

A A.B.E. não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados.

EDUCAÇÃO
Órgão da Associação Brasileira de Educação

REDAÇÃO: Josué Cardoso D'Affonseca (redator responsável).
Gustavo Lessa, Guy De Hollanda, Helena Moreira Guimarães, Joaquina Daltro, Luiz Alves De Mattos

II Congresso Nacional de Educação de Adultos

Este número de "Educação" é dedicado ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Distrito Federal, de 9 a 16 de julho de 1958. Devido à falta de espaço não foi possível inserir toda a matéria disponível. Esta, pelo seu interesse, será publicada nos Anais que a Secretaria do Congresso espera editar brevemente. A publicação da inclusa no presente número se deve à gentileza do Sr. Armando Hildebrand, Técnico de Educação do Ministério da Educação e Cultura e Secretário Geral do Congresso.

Mesa que presidiu a sessão solene da instalação do Congresso. Vê-se, à direita do Sr. Presidente da República o Sr. Ministro da Educação e Cultura, que pronuncia o seu discurso.

II Congresso Nacional de Educação de Adultos

Objetivos

Após dez anos de atividades da Campanha de Educação de Adultos do Departamento Nacional de Educação e em face das profundas alterações que se veem verificando na estrutura econômica e nas condições de vida social de nosso País, o que exige constante revisão no sistema escolar brasileiro, o Ministério da Educação e Cultura, em cooperação com a Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do D. Federal, planejou, no Distrito Federal, o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, que teria

por objeto o estudo, em conjunto, pelos órgãos oficiais do ensino, pelas entidades particulares interessadas e pelos educadores em geral, dos problemas relacionados com as finalidades, formas, aspectos sociais, organização, administração, métodos e processos de educação d.C. adultos, visando ao seu aperfeiçoamento.

Decidida a reunião do Congresso, foram realizados, como medida preliminar, os Seminários Regionais, nos meses de abril e maio, nas capitais dos Estados. Destinavam-se esses Seminários a preparar dados e informações objetivas e atualizadas que garantissem ao Congresso uma visão realista da situação e das perspectivas de progresso no campo da educação de adultos; fim que foi plenamente atingido.

Temário

Foi o seguinte o temário debatido:

1. Levantamento e análise da evolução e situação atual da educação de adultos no Brasil
   1.1. A evolução da educação de adultos no Brasil
   1.2. O Governo Federal e a educação de adultos
   1.3. A educação de adultos no Distrito Federal, nos Estados e Territórios
   1.4. A iniciativa privada na educação de adultos

2. A educação de adultos: suas finalidades, formas e aspectos sociais
   2.1. A educação de adultos e a democracia
   2.2. Os vários graus de ensino na educação de adultos
   2.3. A educação de base
   2.4. A educação de adultos, a organização do trabalho e a educação para o desenvolvimento
   2.5. A iniciação, a formação e o aperfeiçoamento profissional na educação de adultos
   2.6. A educação de adultos e seus aspectos regionais
   2.7. A educação de adultos e a difusão cultural
   2.8. A educação de adultos e a assimilação do imigrante
   2.9. A educação de adultos e a recuperação de marginais

3. A educação de adultos e seus problemas de organização e administração
   3.1. Os serviços de administração da educação de adultos
   3.2. Os centros e os cursos de educação de adultos
   3.3. O pessoal docente para a educação de adultos.
   3.4. O prédio e o aparelhamento escolar na educação de adultos.
   3.5. Articulação dos serviços de educação de adultos. federais, estaduais e municipais; entrosamento desses serviços com as organizações particulares
   3.6. Os problemas da frequência e do rendimento escolar na educação de adultos

4. Os programas, métodos e processos da educação de adultos
   4.1. A adequação dos programas, métodos e processos às peculiaridades do aluno adulto
   4.2. Técnicas de alfabetização do adulto
   4.3. A orientação didática nos diversos graus de ensino para adulto

4.4. O livro didático e o material de leitura complementar
4.5. O cinema, o rádio, a televisão e outros recursos audiovisuais na educação de adultos
4.6. O papel das missões culturais, dos museus, do teatro e das bibliotecas na educação de adultos.

SESSÃO INAUGURAL

Com uma brilhante solenidade, à qual compareceram mais de duas mil pessoas, instalou-se, no dia. 9 de julho, no auditório do Ministério da Educação e Cultura, o II Congresso Nacional de Educação de Adultos. A solenidade foi presidida pelo Presidente da República - Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, tendo tomado assento na mesa o Ministro da Educação - Sr. Clóvis Salgado, o Prefeito do Distrito Federal - Sr. Sá Freire Alvim, o Senador Alencastro Guimarães, os Secretários de Educação de Distrito Federal, Santa Catarina e Pernambuco, o Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação - Professor Heli Menegale e outras autoridades.

DISCURSOS

Os discursos pronunciados naquela oportunidade são publicados a seguir.

Discurso do Sr. Presidente da República

"É para o Governo momento auspicioso este em que se instala o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realização de grande amplitude que conta com a participação de cerca de trinta entidades, oficiais e particulares, e mais de 700 congressistas, vindos de todo o país. O interesse e o entusiasmo que vem despertando este Congresso, bem demonstram a vitalidade dos setores educacionais do país e também como se encontram eles sensíveis aos nossos problemas atuais e de solução mais urgente. Tal é o caso da educação dos adolescentes e dos adultos que não receberam em época própria os instrumentos básicos da educação ou dos que precisam ainda de um ajustamento final e específico às novas condições de vida criadas pelo desenvolvimento econômico de sua própria região ou às condições que encontraram nos grandes centros de produção industrial para onde foram atraídos, em busca de melhores salários - e de mais alto padrão de vida. Cabe, assim, à educação dos adolescentes e adultos, não somente suprir, na medida do possível, as deficiências da rede de ensino primário, mas, também, e muito principalmente, dar um preparo intensivo, imediato e prático aos que, ao iniciarem sua vida ativa, se encontrem desarmados dos instrumentos fundamentais de produção e de vida ou sejam: ler, escrever, uma profissão ou, pelo menos, uma iniciação profissional, uma conveniente integração social e política, ao lado de compreensão e prática dos valores espirituais da tradição e da cultura brasileira.

Vivemos, realmente, um momento de profundas transformações na vida do País: econômicas, sociais e espirituais. A fisionomia das áreas geográficas transforma-se contínua e rapidamente; novas condições de necessidades de trabalho surgem a cada instante e o mercado torna-se cada vez mais carente de mão de obra qualificada e semiqualificada. O elemento humano convenientemente preparado a fim de enfrentarmos a expansão de nossa indústria, de nosso comércio, de nossa agricultura e de todas as formas de produção, tem

sido e continua a ser um dos pontos fracos na mobilização de nossas forças e de nossos recursos para o soerguimento da nação. Essa expansão vem sendo tão rápida e a consequente demanda de pessoal tecnicamente habilitado tão intensa que não há esperar a sua formação pelo sistema regular de ensino; é preciso uma ação rápida, intensiva, ampla e de resultados práticos e imediatos a fim de atendermos aos reclames do crescimento e do desenvolvimento da nação.

Ao lado do interesse geral, ressalta, contudo, o interesse pessoal e humano daqueles que procuram na escola, à noite, geralmente depois de um dia de trabalho exaustivo, apoio e ajuda para superar suas deficiências e aumentar as possibilidades de conquista pela educação, uma vida mais rica e mais feliz. Tem a educação de adultos muito de ação e de serviço social. Por isso mesmo é que o povo brasileiro, tão generoso, não tem faltado ao apelo dos educadores e das autoridades públicas e religiosas no sentido de cooperar no combate ao analfabetismo e aos baixos níveis de vida, como professores voluntários, numa larga campanha de boa vontade.

Este Congresso é uma parada para o exame, em conjunto, por partes dos educadores, do governo e das entidades leigas e religiosas, dos problemas de educação de adolescentes e adultos e, também, uma mobilização de forças para a arrancada seguinte que, por certo, será mais intensa e mais ampla que as anteriores, dadas as exigências do País, que são cada vez maiores e cada dia mais abrangedoras.

O Governo espera deste Congresso não somente o exame crítico dos processos e métodos e dos resultados dos planos de educação de adolescentes e adultos levados a efeito pelo Ministério da Educação e Cultura, pelos Estados, municípios e entidades privadas e religiosas, mas também, e principalmente, a formulação de uma doutrina sobre a matéria, a qual deverá orientar governo e particulares no planejamento e na condução dos programas de educação de adultos, em face das condições do País em rápida e contínua transformação.

É certo que, para atingir seus objetivos, a educação de adultos deve revestir-se da maior flexibilidade possível, quer quanto à organização dos planos de ensino e dos currículos, quer quanto aos métodos e processos adotados. Ensino variável, sem padrões, rígidos, de junho prático, ensino de emergência, mais do que os outros ramos, deve ser capaz de sofrer e refletir as condições e as influências do meio; daí a necessidade de basear-se em levantamentos, em pesquisas e em estudos de caráter objetivo; daí, também, a importância dos debates que aqui se travarem, dos estudos que aqui se efetuarem e das conclusões a que chegar este conclave.

As formulações deste Congresso, que, pelo seu vulto e pelo valor de seus participantes, deverão constituir uma verdadeira carta de princípios da educação de adolescentes e adultos no Brasil, orientação da política educacional do governo neste campo da educação nos próximos anos, revestindo-se, por isso mesmo, da maior importância. Com esta disposição e esta esperança auguro ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos, que dou por instalado, o sucesso que dele todos esperamos e, dirigindo-me aos congressistas em geral e a cada um deles em particular, concito-os a realizarem o trabalho intensivo e ao mesmo tempo cuidadoso e meditado que são capazes de produzir".

Discurso do Sr. Ministro da Educação

"Pela segunda vez se reúnem em congresso os especialistas para estudar o problema da educação de adultos no Brasil. A primeira vez foi em 1947, quando se lançou com oportuna segurança a Campanha de Educação de Adultos. Então lavrava em todo o país a exaltação do combate ao analfabetismo, devida principalmente ao alarma levantado pela "Cruzada Nacional de Educação" e a "Bandeira Paulista de Alfabetização". As pesquisas e análises do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos revelavam não só a extensão das necessidades como já estar a nação consciente de que urgia combater com fulminante energia a enorme falha social, que retirava da vida consciente do país cerca de 57% dos brasileiros.

Tomou então o problema essa feição nacional de luta contra o analfabetismo. Valendo-se de tal entusiasmo, ambicionavam, porém, os educadores ir muito além, isto é, integrar o indivíduo na sociedade, fazê-lo partilhar da cultura, que é um bem de todos, e associar-se à vida construtiva da comunidade.

O interesse da educação de adultos, porém, é no Brasil tão antigo quanto a própria história do país. Os catequistas enviados pela Companhia de

Jesus, em 1549, à terra descoberta, quinze dias depois de sua chegada já ensinavam a adolescentes e adultos, na pressa de sua conquista.

No Império foram numerosas as iniciativas das Províncias em favor da educação de adultos, que quase sempre incluíam o ensino profissional.

Não houve, com o advento da República, o desenvolvimento que se justificaria nesse aspecto da educação popular.

O recenseamento de 1940, entretanto, revelou frequentarem a escola primária 231.906 jovens de 15 a 19 anos; 52.150 de 20 a 29 anos e 12.125 de 30 a 39 anos.

Em 1928, quando se avolumava a propaganda contra o analfabetismo, o Distrito Federal transformou as escolas elementares noturnas em "cursos populares", e neles, ao lado da educação elementar, eram ministradas noções de puericultura, economia social e direito civil. Era o prenúncio da educação de adultos na forma por que hoje a entendemos.

Este ano iniciamos uma experiência inédita: o Plano-piloto de erradicação do analfabetismo em um município. Realmente, sem duas ações preliminares, a pesquisa minuciosa e a experiência em uma área restrita, é impossível termos segurança no êxito de uma campanha de erradicação do analfabetismo em largas proporções. A experiência em área típica dentro da região desejada faz-nos conhecer a reação local, permitindo-nos o aperfeiçoamento dos planos para o ataque ao verdadeiro objetivo ulterior.

A grande verdade, porém, é que a extirpação completa de analfabetismo no país, como todos ambicionamos, não será possível enquanto não conseguirmos multiplicar as escolas primárias, de tal maneira que elas possam abrigar realmente toda nossa população infantil, restando-nos ainda a dificuldade das crianças não escolarizáveis, nas áreas rurais de população extremamente rarefeita.

Não condenemos, porém, o que até hoje se fez, entre nós, no plano de educação fundamental, dirigida aos adultos, ou na simples luta contra o analfabetismo. Tem-se conseguido, pelo menos, através desse esforço, entre as populações humildes, o esclarecimento dos pais quanto à necessidade da frequência das crianças à escola. Além disso, é uma educação de pequeno custo. A Campanha de Educação de Adultos, mantida

pelo Ministério da Educação e Cultura, nos dez primeiros anos de seu funcionamento manteve O total de 133.342 cursos, matriculou 4.736.431 alunos, dos quais 2.284.253 terminaram o curso, despendendo em todo esse período Cr$ 440.000.000,00. Cada alfabetizado, portanto, custou à Campanha Cr$ 192,60.

Circunstâncias novas fazem a educação de adultos assumir hoje no Brasil singular importância. A tecnologia, que caracteriza este século, possibilitou ao Brasil a expansão industrial a que foi destinado por suas condições naturais e geográficas. O desenvolvimento econômico do país, que seria inevitável, está sendo multiplicado nas suas proporções e intensificado no seu ritmo, graças ao planejamento que lhe foi dado e que se substância nas metas governamentais.

Mas toda a complexa estrutura do desenvolvimento falhará se lhe faltar um número e qualidade adequada o elemento essencial, o homem. Essa a grande tarefa que em nossos dias cabe ao educador brasileiro dar ao desenvolvimento da nação, no aspecto nitidamente técnico que assume, o homem capaz, sem as distorções do espírito que o condicionem à matéria, mas com a mentalidade renovada e as virtudes intelectuais apuradas para servir à ciência e a sua aplicação, em suma, à tecnologia.

Sabe-se que dos alunos que frequentam os cursos supletivos do ensino primário, quer os 12.000 mantidos pela Campanha de Educação de Adultos, do Ministério da Educação e Cultura, quer os demais, 85% estão entre 14 e 25 anos de idade. E juventude ainda em formação, capaz de render proveitosamente na elaboração de nosso desenvolvimento.

Eis, senhores congressistas, o que todos esperamos de vós e das conclusões deste conclave: rumos seguros para os responsáveis pela educação popular, pela integração do homem brasileiro no ritmo desta hora dinâmica e o seu aproveitamento na obra comum do desenvolvimento dos países, para que todos alcancemos uma vida mais digna e mais feliz".

Discurso do Sr. Representante dos Congressistas Prof. Solon Borges Dos Reis

"Excepcional, o prazer, privilegiada a honra, embora séria, sem dúvida, a responsabilidade de interpretar, neste instante, o pensamento e os sentimentos do professorado da Nação e de, em nome dos educadores aqui presentes, formular a nossa saudação às figuras exponenciais do Governo da República, que com sua presença prestigiam a abertura solene do II Congresso Nacional de Educação de Adultos.

Acorrendo a uma convocação do Governo Federal, apresentada através de oportuna iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, com o concurso da Prefeitura do Distrito Federal, educadores de todos os quadrantes do Brasil, num total superior a setecentos representantes de todos os Estados da Federação, aqui se encontram, já em pleno trabalho encetado na manhã de hoje, para examinar, num estudo de conjunto, em que se entrosam os órgãos oficiais do ensino, federais, estaduais, municipais, entidades particulares interessadas e educadores em geral, os problemas relacionados com as finalidades, formas, aspectos sociais, organização, administração, métodos e processos da educação de adultos, visando ao seu aperfeiçoamento.

Vivendo uma vida inteiramente destinada ao estudo e à ação no campo da educação, os congressistas que compõem este Congresso, vêm participar dos seus

trabalhos, com apropriada experiência que cada um recolheu no seu setor, no respectivo posto de atividade, trazendo cada qual para a tarefa de todos as sugestões das peculiaridades da região a que serve, a fim de que a síntese dos estudos e debates gerais, nas quatro comissões especializadas e no plenário, signifiquem o denominador comum da realidade nacional quanto àquilo que se refere ao importante problema ora em exame. Mas, este Congresso há de escapar, com certeza ao ritmo comum, ao tom habitual dos certames desta natureza, para ganhar a mais a fisionomia característica daqueles empreendimentos em que entra a fé. É que para ser professor, não basta, evidentemente, ser um técnico. Faz-se mister, antes e acima de tudo, que se seja um crente. A obra da educação produz-se à base do contágio e só aqueles que sentirem vibrar em si a alma da missão para cumprir, estarão em condições de contagiar terceiros, no desempenho árduo, mas abençoado e fecundo da tarefa do educador.

Os educadores brasileiros têm fé na obra da educação. E acreditam que para sua execução prática vale a pena destinar todos os recursos com que possa contar o orçamento da Nação, dos Estados e dos Municípios. Creem que a porcentagem orçamentária constitucionalmente reservada às despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino deva ser tomada como o mínimo, tal como exatamente quer dizer a própria letra da Constituição da República. Porquanto a fé que nós depositamos na obra da educação e o entusiasmo com que a realizamos nos setores que nos estão afetos, não perdem de vista os ângulos cruciais que essa questão oferece. Entende o professorado do Brasil que a educação - cuja importância nos destinos da Nação é matéria pacífica, que nos dispensamos de encarecer a um auditório como este - é questão que deve ser tratada de duas maneiras, distintas embora, mas não antagônicas, e que longe de serem incompatíveis, se completam e se beneficiam reciprocamente. A educação deve ser tratada como causa e como problema. Olhemos o espetáculo magnífico das estrelas. Mas, não caiamos nos buracos da rua. Deve a educação ser encarada por um lado, como causa, e sua bandeira, nesse sentido, levantada à frente de todas as preocupações. Pois, de tal sorte ela afeta o destino individual do brasileiro e o porvir coletivo da Pátria, tão funda, entranhadamente, vai influir na maneira de ser, pensar, sentir, e agir, de cada um de nossos descendentes e no bem-estar e no progresso da coletividade, no perfil econômico, político e moral da Nação, que a ninguém é lícito desinteressar-se dela. Todas as classes sociais devem preocupar-se com o problema da educação. É um erro supor que só aos governos ou só aos professores, a ação da escola pode interessar. Na realidade, são os educandos, são os pais, é a família, é o povo, enfim, o beneficiário ou a vítima das melhores ou piores condições em que se desenvolver a ação educacional. Logo, sob este aspecto, a obra da educação deve ser colocada como causa nacional, para cuja efetivação todas as forças vivas da Nação precisam ser mobilizadas. Mas, por outro lado, a questão educacional já deixou, em nossa época, de constituir campo para improvisações. Porque só aparentemente a educação é assunto simples. No fundo, é questão complexa, é das mais complicadas que o homem contemporâneo tem para enfrentar. O caráter social do problema da educação, suas tremendas implicações econômicas, políticas, morais e humanas, dão-lhe uma trama tão intrincada e densa, que aos próprios especialistas se oferece costumeiramente difícil. Hoje em dia, só os leigos pontificam tranquilamente em matéria de educação. Porque aqueles que, além de realizar a educação, também se dedicam ao trabalho de analisar os elementos e a natureza daquela tarefa, as circunstâncias em que está sendo feita e as condições em que

precisaria ser levada avante, cada dia se afigura mais grave opinar a respeito. Assim é cada dia mais oportuno o estudo coletivo de tão sério problema.

Estudos sobre o problema da educação fazem-se mais frequentes na atualidade e por toda parte. Mister também se faz por nós, brasileiros, empreendamos coletivamente o estudo do problema sob o ponto de vista nacional e tendo em vista a realidade do nosso próprio país. E também verdade que, em matéria de educação, quem não evolui regride. E necessário se faz rever, sempre que oportuno, o panorama educacional do nosso meio, à luz das condições que mudam e sugerem equacionamento diferente para o problema.

A preocupação do Governo da República de promover o desenvolvimento da Nação e acompanhar cada manifestação particular desse desenvolvimento com sua presença atuante e estimuladora, encontra na realização deste Congresso oportunidade de afirmar-se e demonstrar que, cogitando do alcance da obra da educação, considera importante dar um balanço no que se tem feito, orçando aquilo que, em quantidade e qualidade, é preciso que se faça, a fim de que a Nação, progredindo, não desacompanhe o progresso material de uma preparação educacional capaz de assegurar a cada brasileiro em particular e à coletividade nacional, no seu todo, os benefícios pessoais e sociais que a educação garante como instrumento de felicidade pessoal e bem-estar coletivo.

Os educadores brasileiros aqui presentes saúdam, com entusiasmo e respeito a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e na pessoa de Vossa Excelência, a autoridade constituída, manifestando a sua fé, a sua confiança nos destinos do Brasil".

Do Sr. Prefeito do Distrito Federal

"Sinto-me feliz pela circunstância de que o meu primeiro comparecimento a uma solenidade pública, na qualidade de Prefeito do Distrito Federal, seja para dirigir uma palavra de saudação e boas-vindas aos educadores brasileiros reunidos no II Congresso Nacional de Educação de Adultos. No alvorecer.de minha administração, recebendo o Executivo Municipal em momento particularmente difícil da história da cidade e com a responsabilidade de suceder a um eminente compatriota, o Embaixador Francisco Negrão de Lima, considero um estímulo o vosso convívio, seguro de que neste auditório se reúne o que o idealismo e o amor ao Brasil podem produzir de melhor, no árduo setor das atividades educacionais. Os sacrifícios, renúncias que pela natureza do vosso trabalho voluntariamente aceitastes, fortalecem a quantos se interessam pelo progresso brasileiro e constituem exemplo precioso e animador, que revigora todos aqueles que pretendem contribuir, de algum modo, em favor do desenvolvimento nacional.

Desde 1947, quando foi estruturada a Campanha Nacional de Educação de Adultos e Adolescentes, reunindo e coordenando atividades até então isoladas e dispersas incentivando e ampliando essas atividades, firmou-se, profundamente, na consciência coletiva da população brasileira, a compreensão exata da necessidade de combater o analfabetismo, não só pela oferta de ensino primário a todas as crianças em idade escolar, mas - pelo verdadeiro entendimento do preceito constitucional - com a extensão dessa possibilidade aos maiores anos que ainda não soubessem ler e escrever.

O entusiasmo com que a Campanha foi recebida no Brasil inteiro, fez surgir milhares de cursos em todo o país, gerou iniciativas paralelas, com as classes de aprendizagem comercial e industrial, e produziu resultados quase miraculosos. Do êxito da

verdadeira cruzada, então iniciada, diz bem a reunião deste II Congresso Nacional e melhor ainda ele se expressa na realização do programa desenvolvimentista do Presidente Juscelino Kubitschek, realização que teria sido difícil, senão impossível, sem a base educacional assegurada com os bons resultados dos cursos de educação de adultos. Seria ocioso demonstrar a impraticabilidade do combate ao subdesenvolvimento, considerado este apenas em seus aspectos materiais, sem a imprescindível sustentação cultural. Dirigindo-me a mestres é dispensável que eu afirme acreditar no acesso aos bens da cultura, na comunicação das ideias, tendências e aspirações. como a condição insuperável da suficiência política e econômica. Outro não é o sentido da missão que vos impusestes, missão generosa, missão nobilitante, missão patriótica.

A reunião do II Congresso Nacional de Educação de Adultos polariza as atenções de todos os círculos educacionais e culturais do Brasil, e os resultados de vossos trabalhos serão examinados e estudados por todas as entidades públicas ou particulares relacionadas com a educação. Trocareis informações e observações próprias, debatereis os mais variados problemas ligados à educação de adultos, suas formas, aspectos sociais, métodos, processos, organização e administração. Presidindo esta Assembleia estará sempre o desejo veemente de servir ao Brasil. Sois um exemplo vivo e atuante da possibilidade que é oferecida a todos aqueles que desejam cooperar na tarefa magnífica do desenvolvimento nacional.

Congratulo-me, sinceramente, com os organizadores do Congresso. O Ministério da Educação e Cultura, as Secretarias de Educação dos Estados e de inúmeros municípios, inclusive a do Distrito Federal, os organismos públicos e privados interessados no problema, merecem os louvores mais entusiásticos, pois está sendo realizada aqui uma tarefa que honra o nome do Brasil.

Renovo a todos vós, congressistas, as saudações da Cidade do Rio de Janeiro, que acompanhará com orgulho as vossas reuniões. Finalizando e formulando votos de completo êxito, manifesto ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos a segurança da gratidão de nosso povo, que só será totalmente redimido e alcançará a verdadeira liberdade quando, concluída a vossa cruzada e vencida a ignorância e o analfabetismo forem consequentemente ultrapassados o pauperismo, a doença, o baixo rendimento econômico, a incapacidade técnica e a imaturidade política, que ainda afligem e oprimem uma considerável fração da boa e generosa gente brasileira".

SESSÕES PLENÁRIAS

Durante o II Congresso Nacional de Educação de Adultos realizaram-se sete Sessões Plenárias. Nessas Sessões, além dos assuntos diversos tratados durante o Expediente, foram lidos, discutidos e votados os relatórios das Comissões de Estudo.

A seguir são publicados os resumos dessas Sessões.

Primeira Sessão Plenária

Dia: 12 de julho de 1958 - Hora: 9:30
Local: Associação Brasileira de Imprensa
Presidente: Professor Heli Menegale

Aberta a Sessão, o Senhor Secretário procedeu à leitura do expediente e das comunicações. Foram lidas e aprovadas as atas da Sessão Preparatória e da Sessão Inaugural. A seguir usou da palavra o Senhor Paul Lengrand, delegado da UNESCO junto ao Congresso, que proferiu uma palestra sobre "A Educação de Adultos".

O congressista Ênio Peixoto, de São Paulo, saudando o Sr. Lengrand, enalteceu a atuação da UNESCO no desenvolvimento da educação sobretudo nos países subdesenvolvidos.

A seguir, o Prof. Inezil Penna Marinho, relator da 1ª Comissão, leu o relatório do tema 1.2: "O Governo Federal e a Educação de Adultos" e duas proposições, sendo a primeira sobre a criação do Fundo Nacional de Educação de Adultos, de autoria do Prof. Antônio Veiga de Freitas, e a segunda, que se refere ao art. 169 da Constituição, de autoria do Prof. Ênio Peixoto. Depois de animados debates, foi o relatório aprovado, com uma emenda aditiva, de autoria do congressista Nelson de Azevedo Branco.

Segunda Sessão Plenária

Dia: 12 de julho de 1958 - Hora: 15:00
Local: Ministério da Educação e Cultura
Presidentes: Prof. Heli Menegale e Prof. Emmanucl Brandão Fontes.

A Sessão foi aberta na hora regulamentar pelo Senhor Presidente. Usando da palavra a Srª Amália Teixeira, representante de Goiás, leu a saudação enviada por aquele Estado aos congressistas. Em seguida foram postos em discussão votos e moções apresentados por diversos congressistas, sendo todos aprovados.

Ainda no Expediente o Professor Ruy Bessone Pinto Correa, do Distrito Federal, proferiu conferência. Nesse trabalho o orador manifestou a sua crença na impossibilidade de se divorciar a boa ação educadora da realidade ambiente, não sendo cabível, em consequência, a existência de padrões rígidos e imutáveis para os serviços de educação de adultos em todo o território nacional. A presença dos congressistas nesta Capital permitiria a troca de experiências e o conhecimento do êxito obtido pela Prefeitura do Distrito Federal. Traçou um esboço histórico da instituição e desenvolvimento da educação de adultos no Distrito Federal, cuja tradição está sendo continuada.

Na Ordem do Dia foram lidos, discutidos e votados os seguintes trabalhos:

Relatório da 2ª Comissão, itens 2.2, 2.7 e 2.8, relatado pelo Sr. Olavo da Silva Virgiliis. O relatório foi aprovado, com emendas substitutivas dos congressistas Ruy Bessone Pinto Corrêa e Notburga Rosa, emendas aditivas do Prof. Armando Hildebrand e do congressista Solon Borges dos Reis e outros.

Relatório da 3ª Comissão, item 3.1- "Os serviços de administração da Educação de Adultos", relatado pelo congressista Lauro de Oliveira Lima, do Ceará. O relatório foi aprovado com emendas aditivas e uma recomendação de autoria do Professor Alberto Rovani.

Terceira Sessão Plenária

Dia: 14 de julho de 1958-Hora:21:00
Local: Associação Brasileira de Imprensa
Presidentes: Prof. Heli Menegale e Emanuel Brandão Fontes.

Aberta a Sessão, usaram da palavra, durante o Expediente, os congressistas Antônio Veiga de Freitas, do Distrito Federal, Hermano Gouveia, da Bahia, e Nelson de Azevedo Branco, também do Distrito Federal. Os dois primeiros apresentaram moções que foram aprovadas e o terceiro leu a "Declaração de Princípios" dos bispos brasileiros, reunidos na IV Sessão ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada em Goiânia. Em seguida, o congressista Flaviano Mandruca, de São Paulo, leu sua palestra sobre a Universidade do Ar, criada pelo Professor Benjamim do Lago.

Especialmente convidada pela Comissão Organizadora, a Professora Noemy Silveira Rudolfer proferiu importante conferência versando a educação de adultos.

Passando-se à Ordem do Dia foram lidos, discutidos e votados, os seguintes trabalhos das Comissões:

Relatório da 1ª Comissão, tema 1.4.- "A iniciativa privada na Educação de Adultos", acompanhado de mais duas proposições isoladas, relatado pelo Sr. Inezil Penna Marinho. O trabalho, com as proposições, foi aprovado.

Apresentado pela relatora da 4ª Comissão - Sr.ª Ruth Torres da Silva, foi aprovado, com duas emendas aditivas, o Relatório da Comissão, item 4.5 -"O cinema, o rádio, a televisão e outros recursos audiovisuais, na Educação de Adultos". As emendas foram de autoria dos Srs. Nelson de Azevedo Branco e Hermano Gouveia Neto.

Foi, ainda, aprovado, com emendas aditivas, o Relatório da 3ª Comissão, itens 3.4 - "O prédio e o aparelhamento escolar na Educação de Adultos" e 3.6 - "Os problemas da frequência e do rendimento escolar na Educação de Adultos", relatados pelo Sr. Lauro de Oliveira Lima.

Quarta Sessão Plenária

Dia: 15 de julho de 1958 - Hora:9:45
Local: Associação Brasileira de Imprensa
Presidentes: Prof. Heli Menegale e Prof. Emmanuel Brandão Fontes.

Abrindo a Sessão, o Senhor Presidente deu a palavra ao Sr. Antônio de Freitas, do Distrito Federal, que solicitou um voto de pesar pelo falecimento da Professora Araci Muniz Freire.

Em seguida o Sr. Givaldino Ferreira leu trabalho do SENAI do Rio Grande do Sul sobre a formação e aperfeiçoamento profissional do adulto.

Pedindo a palavra o Sr. Hermano Gouveia Netto apresentou moção sobre o "A B e DÓRIA",

Não sendo possível ao Prof. Lourenço Filho, dado o seu estado de saúde, comparecer à Sessão, o Sr. Armando Hildebrand, Secretário Geral, leu a palestra que aquele professor preparara para o Congresso, sugerindo a criação da Associação Brasileira de

Educação de Adultos. Foi aprovada a sugestão e aclamado para Patrono da Entidade, o Professor Lourenço Filho.

Foi, em seguida, lida pelo Sr. Presidente, uma moção assinada pelo Prof. Solon Borges dos Reis e outros, propondo um voto de pesar pelo falecimento do Prof. Genésio Almeida Moura, de São Paulo.

Na 4ª Sessão Plenária, foram lidos, discutidos e votados os seguintes trabalhos das Comissões:

4ª Comissão, itens 4.2 - "Programas, métodos e processos na Educação de Adultos", com uma proposição da Sr.ª Corina Barreiros e duas emendas aditivas, uma do Sr. Leodegário Amarante de Azevedo Filho, outra do Sr. Solon Borges dos Reis, e 4.4 - "O livro didático e o material de leitura complementar", com uma proposição do Sr. Hélio da Costa Magalhães Filho, relatados pela Sr." Ruth Ivoty Torres da Silva. Foram ambos os relatórios aprovados, bem como as proposições e as emendas.

Quinta Sessão Plenária

Dia:15 de julho de 1958-Hora:17:00
Local: Ministério da Educação e Cultura
Presidentes: Prof. Heli Menegale e Prof. Emmanuel Brandão Fontes.

Aberta a Sessão, usou da palavra o Prof. Garcitylso do Lago Silva, do Estado do Amazonas, que apresentou uma moção, assinada por mais de 100 congressistas, propondo um voto de louvor a todos os servidores do Ministério da Educação e Cultura e Prefeitura do Distrito Federal, que emprestaram sua colaboração ao Congresso, o que foi aprovado com uma salva de palmas.

À seguir a Sr.ª Hilda Maip leu um trabalho de sua autoria e o Sr. Ciro Assunção apresentou à Mesa duas proposições, uma indagando sobre a aplicação e os resultados das recomendações aprovadas no I Congresso de Educação de Adultos, e a segunda encarecendo a conveniência de ser marcada a data e o local do próximo congresso.

Seguiu-se com a palavra l Sr.ª Célia Monteiro de Castro, que propôs maior divulgação da Campanha de Educação de Adultos, pelo menos no Distrito Federal, entre o professorado das escolas diurnas.

O orador seguinte, Sr. Francisco Augusto de La Roque, apresentou à Mesa um voto de louvor aos. professores Anísio Teixeira e Clóvis Monteiro, tendo sido vivamente aplaudido.

O Sr. Pereira de Souza, usando da palavra, comunicou aos congressistas a realização, na cidade de Vitória, do II Congresso Estadual de Professores Primários do Espírito Santo, iniciativa de um grupo de professores capixabas visando a conseguir, num clima de mútuo entendimento, a troca de experiência e a formulação de novas práticas escolares e novos procedimentos didáticos.

Ressaltou que aquele conclave se realizava sem ajuda oficial, constando do seu temário problemas de interesse fundamental para a educação do Espírito Santo, pelo que constituía iniciativa meritória merecedora de aplausos e estímulo.

Em seguida o Sr. Lourival Pinto Cordeiro de Souza como aditivo à proposta do Sr. Francisco Augusto de La Roque, propôs votos de louvor ao General Ângelo Mendes de

Morais, pela sua atuação na Prefeitura do Distrito Federal, reestruturando o quadro docente do Ensino Supletivo de Adultos e ao Prof. Lourenço Filho, pelo muito que tem realizado em prol da Campanha de Educação de Adultos.

Falou a seguir o Sr. Antônio Veiga de Freitas, sugerindo a necessidade da realização anual de ·uma "Conferência de Educação de Adultos".

Pedindo a palavra o Sr. Álvaro Corrêa do Valle referiu-se à proposição que apresentara no sentido de ser dirigido ao Congresso Nacional um apelo para que fossem concedidas facilidades aos estudantes que trabalham.

O assunto foi vivamente debatido, sendo finalmente, rejeitada a proposta.

Na Ordem do Dia foram lidos, debatidos e votados os seguintes trabalhos das Comissões:

3ª Comissão, item 3.3 - "O pessoal docente pará a Educação de Adultos", relatado pelo Sr. Lauro de Oliveira Lima.

2ª Comissão, itens 2.5 - "A iniciação, a formação e o aperfeiçoamento profissional na Educação de Adultos", 2.9 -"A Educação de Adultos e a recuperação dos Marginais", relatados pelo Sub-relator e aprovados sem emendas, 2.3- "Educação de Base" e 2.4 - "A Educação de Adultos, a organização do trabalho e a educação para o desenvolvimento", relatados pelo Sr. Pedro Horokoski, aprovado o primeiro com a emenda aditiva de autoria da Sr.ª Anice Gomes Rodrigues Assunção e o segundo com a emenda aditiva proposta pelo Sr. Antônio Veiga de Freitas e outros.

Sexta Sessão Plenária

Dia: 16 de julho de 1958 - Hora: 9:45
Local: Associação Brasileira de Imprensa
Presidentes: Prof. Heli Menegale e Emmanuel Brandão Fontes.

Aberta a Sessão a Sr.ª Diamantina da Costa Assunção disse algumas palavras de apresentação sobre o filme "A vida em nossas mãos" produzido pela Campanha Nacional de Educação Rural do Ministério da Educação e Cultura, com a cooperação do Ponto IV. Esse filme, que foi exibido em seguida, trata do emprego das modernas técnicas audiovisuais na educação rural.

Com a palavra a congressista Maria Ester de Carvalho, apresentou proposição no sentido de serem incluídos nos programas dos cursos de alfabetização de adultos temas sobre alimentação racional e, nos próprios cursos, ser instituído um reforço alimentar. A proposição foi aprovada.

Com a palavra o Sr. Oswaldo Viana, leu um documento com mais de 50 assinaturas, propondo um voto de louvor e agradecimento aos componentes das mesas dirigentes das Comissões de Estudo.

Em seguida o Sr. Raimundo Nonato apresentou diversas moções que foram aprovadas, propondo: votos de louvor ao Marechal Eurico Gaspar Dutra e ao professor Lourenço Filho; aplausos à C.B.D. e aos que integraram a delegação do Brasil à Copa do Mundo; louvor e agradecimento à Associação Brasileira de Imprensa; louvor aos Senhores Clóvis Salgado, Heli Menegale e Armando Hildebrand.

A congressista Sr. Anice Gomes Rodrigues de Assunção apresentou três emendas aditivas ao relatório do tema "Educação de Adultos e Marginais",

que foram encaminhados à Secretaria.

A Sr.ª Lúcia Silva Araújo apresentou proposição, que foi aprovada, no sentido de serem criados cinemas populares, para atender aos adolescentes e adultos, nos domingos e feriados.

Ainda no Expediente falaram o Sr. Pedro Horoskoki, apresentando moção de aplauso aos dirigentes da mesa diretora pela maneira criteriosa com que conduziram os trabalhos das sessões e o Sr. Mário Pereira Couto, que leu uma comunicação informando à casa que a Associação Brasileira de Odontologia acabara de lançar uma companha em prol dos adultos analfabetos.

Pedindo a palavra a Sr. Maria Godoi Ramos leu o resumo das atividades realizadas pelas escolas populares noturnas, da Liga do Professorado Católico do Estado de São Paulo. Na Ordem do Dia, o Sr. Ênio Peixoto apresentou moções de agradecimento à UNESCO pela presença do seu representante e de júbilo pela participação no Congresso do representante do Sindicato de Trabalhadores.

Nesta Sessão Plenária foram lidos, debatidos e votados os seguintes trabalhos das comissões:

Relatório da 1ª Comissão, item 1.1 - "A evolução de educação de adultos no Brasil", relatado pelo Sr. Inezil Penna Marinho; o trabalho foi aprovado, devendo ser-lhe adicionado, a pedido da Sr.a Maria Godoi Ramos, o Relatório da Comissão organizada para festejar e centenário do Ensino Normal do Estado de São Paulo. Foi, também, aprovado o aditivo proposto pelo Sr. Adhemar Reis Júnior.

Relatório da 1.ª Comissão, item 1.3- "A Educação de Adultos no Distrito Federal, nos Estados e Territórios", relatado pelo Sr. Inezil Penna Marinho; o relatório foi aprovado com emendas aditivas propostas pelos Srs. Antônio Veiga de Freitas, Célia Lúcia Monteiro de Castro e Felipe Tomaz de Miranda Filho.

Foram rejeitadas emendas propostas pelos Srs. Adhemar Reis Júnior, sobre contrato de professores, Francisco Augusto de La Roque, propondo a substituição da palavra "curso" por "classe", e três do Sr. Antônio Veiga de Freitas, sobre restrições orçamentárias, aplicação de verbas pela PDF, para a merenda escolar, e estabelecimento de um plano quinquenal de aperfeiçoamento do sistema de ensino primário e de combate ao analfabetismo.

Sétima Sessão Plenária

Dia: 16 de julho de 1958 - Hora:15:15
Local: Ministério da Educação e Cultura
Presidentes: Prof. Heli Menegale e Prof. Emmanuel Brandão Fontes

Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o congressista Samuel Farjoun apresentou três recomendações, que foram aceitas como subsídio, referentes, respectivamente, à criação de prêmios aos trabalhos didáticos destinados à Educação de Adultos; à criação de clubes de alunos e à divulgação dos resultados do Congresso.

Foi em seguida aprovado o voto de louvor aos educadores jesuítas Leopoldo Brentano e Pedro Veloso, proposto pelo Sr. Antônio Luiz Mendes.

Pedindo a palavra o Sr. Francisco Augusto de La Roque, apoiado por outros congressistas, teceu elogios ao Prof. Luiz Jauffret Gilhon, propondo, em seguida, um voto de eterna saudade ao eminente educador.

O Plenário aprovou ainda o voto de agradecimento e louvor, proposto pelo Sr. Gerson Tavares de Oliveira, aos jornalistas João Adolpho Costa Pinto e Geraldo Campos de Oliveira.

O Sr. Castro da Costa Drummond leu uma saudação aos congressistas e o Sr. Luciano Lopes leu o parecer da 4. Comissão, sobre a tese da Prof.ª Alice Vilar Bastos, do Distrito Federal, considerando o assunto da máxima relevância.

Foi aprovado o voto de louvor proposto pelo Sr. Oswaldo Gomes à congressista Corina Barreiros.

Em seguida a Sr.ª Léa da Silva Rodrigues leu uma "Indicação de Apoio" à proposição da Sr.ª Lúcia Araújo, sobre recreações para marginais e o Sr. Adhemar Reis Júnior apresentou uma sugestão para que o SESI elabore uma publicação destinada a adultos, nos moldes do SESINHO.

O Sr. Nelson de Azevedo Branco saudou, em nome do Distrito Federal, aos educadores que, de todas as regiões do Brasil, vieram trabalhar no II Congresso Nacional de Educação de Adultos.

O Sr. Lauro Hagermann falou em nome do Rio Grande do Sul, agradecendo a todos pelo convívio amável durante os dias do Congresso e hipotecando, às autoridades do setor educacional do Brasil, a cooperação do seu Estado.

Em seguida foram aprovadas três proposições, relativas ao relatório 1.3, apresentadas pelo Sr. Inezil Penna Marinho.

Durante a 7ª Sessão Plenária foram lidos, discutidos e votados os seguintes trabalhos das comissões:

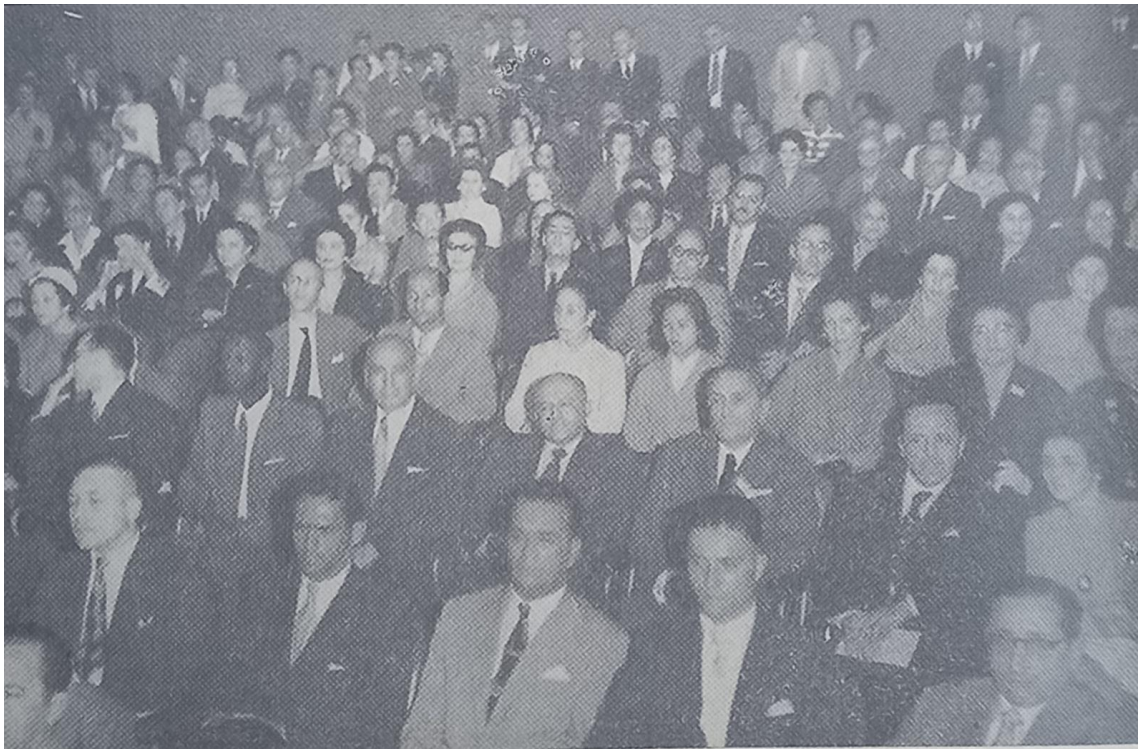
2ª Comissão, tema 2.1- "A Educação de Adultos e a Democracia", cujo relatório foi lido pelo Sr. João da Mota Paes; aprovado o trabalho, com duas emendas auditivas de autoria da Sr. Anice Gomes Rodrigues Assunção, uma do Sr. Leodegário de Azevedo Filho e outra do Sr. Inezil Penna Marinho.

2ª Comissão, tema 2.6 - "A Educação de Adultos e seus aspectos regionais", a cuja leitura procedeu o congressista Gerson de Oliveira; o relatório, foi aprovado com emendas substitutivas do Sr. Ruy Bessone Pinto Corrêa e Antônio de Barros Neto.

3ª Comissão, tema 3.5 - "Articulação dos serviços de Educação de Adultos, federais, estaduais e municipais; entrosamento desse serviço com as organizações particulares", cujo relatório foi, em parte, lido pelo Sr. Garcitylso do Lago Silva, cabendo à Sr. Adyr Amoreti Fleck a leitura da segunda parte.

4ª Comissão, temas 4.1, 4.3 e 4.6, respectivamente, "A adequação dos métodos e processos às peculiaridades do aluno adulto", "A orientação didática nos diversos graus de ensino para adultos", "O papel das missões culturais dos museus, do teatro e das bibliotecas na Educação de Adultos". Os trabalhos foram relatados pela Sr." Daisy Rego. O relatório foi aprovado com uma emenda substitutiva do Sr. Jacintho Targa e uma recomendação do Sr. Antônio Veiga de Freitas. A Sr.ª Notburga Rosa falou sobre a Comissão Especial constituída para apreciar o seu depoimento sobre o tema 4.1.

Encerrando a Sessão, o Senhor Presidente agradeceu a atenção dos congressistas para com a Mesa, acrescentando que "as paixões não tiveram o poder de anuviar os espíritos, mas, pelo contrário, aclararam a inteligência e arrefeceram os corações".



Parte da assistência à sessão da instalação do Congresso

RELATÓRIOS DAS COMISSÕES

A - Primeira Comissão

Levantamento e análise da evolução e situação atual da educação de adultos no Brasil

1.1 **A Evolução da Educação de Adultos no Brasil**

A 1ª Comissão não pretendeu, nem o poderia fazer, elaborar um histórico da educação de adultos no Brasil, mas, tão somente, destacar aspectos que lhe pareceram mais relevantes no processo evolucional com que o problema se apresenta. Para isso, valeu-se dos trabalhos que lhe foram apresentados e dos elementos que conseguiu coligir no pouco tempo de que dispôs. Além de uma visão panorâmica no âmbito nacional, destacou os fatos que lhe pareceram mais significativos na vida educacional de certas Unidades que integram a Federação.

Assim, para a apreciação do assunto, considerou as três fases que caracterizam a evolução política do povo brasileiro: Colônia, Império e República.

a) Colônia

O Brasil, ao ser descoberto, já apresentava, face às condições em que viviam os índios que o habitavam, o problema de educação de adultos, que, através dos séculos, perdurou até nossos dias.

A Companhia de Jesus, existente em Portugal desde 1540, trabalhou no Brasil em prol da instrução e educação durante 210 anos (1540/1759). Para ter-se uma ideia da moralização dos costumes pelo clero de então, podemos citar Coelho Neto referindo-se a Anchieta e Navarro: -"Homens de imaginação e ação, submetiam as tribos, davam-lhe governo, levavam o índio ao trabalho, procuravam despertar na alma bárbara os nobres sentimentos humanos, e, pregando o amor, a fraternidade, a misericórdia, iam abrandando os ímpetos bravios, domando os instintos cruéis, corrigindo os costumes e impondo a moral cristã".

Os jesuítas foram também os primeiros a dar educação profissional no Brasil, ensinando, nas aldeias, a adolescentes e a adultos, os ofícios de tecelão, ferreiro, pedreiro, alpargateiro e sapateiro.

Pouco a pouco, os jesuítas passaram, também, à educação de nível mais elevado, introduzindo classes de Português e Latim, inicialmente nas escolas da Bahia e de São Vicente. Chegaram, assim, a manter escolas de humanidades que davam o título de bacharel e de mestre em artes; em 1571, formavam-se no Brasil os primeiros bacharéis.

Até 1759, transcorre normalmente e eficientemente o ensino no Brasil; mas, nesta época, tem início a série interminável de reformas por que vem passando o nosso ensino. O Marquês de Pombal expulsa a Companhia de Jesus, modifica o sistema educacional, inclusive o sistema de manutenção do mesmo, realizado não só pelo imposto local sobre alguns gêneros como, principalmente, pelos bens da Companhia, grandes em virtude das muitas doações que lhe eram feitas. Os jesuítas deixaram, no Brasil,24 colégios em funcionamento, além dos seminários e escolas de ler e escrever, distribuídas pela Colônia, onde havia maior desenvolvimento. A nova taxação, instituída por Pombal, com imposto fixo, teria dado um fundo para o ensino, se tivesse sido arrecadado convenientemente.

Com a substituição do Marquês de Pombal, a direção do ensino ficara afeta ao Vice-Rei, Conde de Rezende, o que mais ainda contribuiu para a derrocada de nosso ensino.

O Governo da Metrópole não tinha maior interesse em desenvolver, nesta terra, elevada cultura. A proibição da instalação da imprensa, no território da Colônia, confirma a ideia de manter a população em subdesenvolvimento, geralmente analfabeta, sem possuir educação que permitisse sequer os problemas da vida quotidiana.

b) Império

A forma e a maneira de viver dos nossos habitantes não permitiam sentir a necessidade de educação ou cultura: a natureza do trabalho não exigia mais que a técnica rudimentar da extração do pau-Brasil, da cultura da cana de açúcar e da mineração; estes serviços não exigiam mais do homem que seu esforço físico.

Os que trabalhavam pertenciam a três grupos: pretos, índios e brancos inferiores; estes três grupos, por sua pretos, índios, deram origem aos mamelucos e mulatos. O trabalho era aviltante. O nobre, aquele que tinha posses, não trabalhava, nem seus filhos; estes, sim, tinham alguma instrução. Só esta minoria tinha o privilégio de frequentar os bancos escolares. Não dispúnhamos de um ensino elementar organizado para a nossa população infantil e, até hoje, sofremos as consequências do legado de nossos antepassados.

No ano seguinte à nossa independência, a Constituição de 1823 tratou do problema em questão instituindo o ensino elementar gratuito, mas não possuíamos rede de escolas

para executar o que rezava a Constituição, nem pôde a mesma ser criada. A economia brasileira continuava apoiada no campo, o fator de riqueza provinha do trabalho servil, controlado por uma aristocracia rural, muito mais poderosa que a burguesia dos centros populosos. Essa aristocracia rural não tinha interesse na difusão do ensino, nem no cumprimento desta determinação constitucional; todo o elemento humano labutava nos campos ou no garimpo desde a mais tenra idade e seria desperdício o tempo utilizado nos bancos escolares pelos habitantes de suas terras, assim pensavam os verdadeiros senhores feudais da época.

Em 1834, o Ato Adicional à Constituição, estabeleceu que "ao Governo Imperial deverá apenas caber a organização do ensino superior e da educação elementar e secundária no Município da Corte. O ensino elementar e secundário, nas Províncias, será da incumbência de seus respectivos governos". Algumas províncias tiveram direção esclarecida procurando difundir o ensino, porém outras aproveitaram-se desta situação cômoda e preferiram deixar que seus filhos se consagrassem, desde crianças, ao trabalho enriquecedor de seus senhores.

As províncias que mais se interessaram pelo problema de educação de adultos foram:

RIO DE JANEIRO - tentou organizar a educação de adultos em empresas industriais e agrícolas; em 1834, fundou a 1ª escola normal no Brasil.

AMAZONAS - 1867, instituiu o ensino profissional para as tribos indígenas.

BAHIA - fundou escolas noturnas para adultos.

SÃO PAULO - cogitou da educação dos índios, da educação de adultos, principalmente por intermédio de associações particulares.

MATO GROSSO - instituiu cursos, nas cadeias, para os sentenciados. Este foi um dos grandes passos para a recuperação do marginal, permitindo a sua mais fácil integração na sociedade.

MINAS GERAIS - em 1860, criou escolas para os núcleos coloniais estrangeiros; apareceram instituições particulares ensinando a adultos.

GOIÁS - apenas uma escola e esta para indígenas.

PARANÁ - escolas noturnas para adultos e escravos (1852), ficando, assim, pela primeira vez, o negro em condições de adquirir a instrução, que até então lhe era negada.

RIO GRANDE DO SUL - em 1857, estabeleceu o ensino para adultos e, em 1881, designou um professor em cada freguesia para o ensino de adultos; daí o baixo índice de analfabetismo na região.

Quanto às províncias do Norte, segundo Goncalves Dias em seu relatório, “duas classes da população do Norte não vinham recebendo instrução ou ensino algum: a dos índios e a dos escravos".

Ainda na Monarquia, influíram na evolução da educação de adultos:

João Alfredo - 1° legislador a propor o ensino obrigatório para pessoas de 14 a 18 anos, em escolas para adultos

Leôncio de Carvalho - 1879, em sua reforma, dá grande importância à educação de adultos. Foi o primeiro a sonhar com uma "Campanha de Educação de Adultos", em que fossem utilizados os prédios das escolas primárias diurnas e recebessem os professores um pró-labore.

João Bento da Cunha Figueiredo - informa, em seu relatório, a criação de 116 novas escolas primárias para adultos, no período de 1869 a 1877.

Rui Barbosa - pretendeu incluir, no currículo das escolas noturnas, para adultos, o ensino de *desenho elementar*, para fins de aplicação industrial.

Ao findar o Império, a nossa educação primária, tanto infantil como para adultos, era deficiente, não satisfazendo às necessidades do País; para uma população de cerca de 14 milhões de habitantes, estavam matriculadas em todas as escolas do País menos de·250 mil alunos.

	População	**Analfabetos**	
1872	10.112.061	8.365.997	83%
1890	14.333.915	12.213.256	85%

E, com 85% da nossa população analfabeta, centramos na República.

c) República

A Constituição de 1891 assim dividia o ensino:

GOVERNO CENTRAL: Ensino secundário e ensino superior.

GOVERNOS ESTADUAIS: Ensino primário, normal e técnico-profissional.

O Distrito Federal teve o seu ensino primário sob jurisdição do Governo Federal até 1892.

Estando o ensino primário afeto aos Estados, e não ao Governo Federal, era de se esperar que os mesmos lhe dessem desenvolvimentos diferentes, de acordo com os recursos e os interesses de cada administração. A educação de adultos, de nível elementar, naturalmente está aí enquadrada.

Vejamos o que ocorreu pelos diferentes Estados:

AMAZONAS (1932) obrigou todas as firmas industriais, proprietários de castanhais e seringais, desde que empregassem mais de 80 homens, a organizar cursos noturnos de alfabetização:

PARÁ (1935) criou o ensino noturno supletivo;

MARANHÃO (1932) criou o ensino noturno supletivo;

PIAUÍ (1935) criou o ensino noturno supletivo;

CEARÁ (1932) cedeu escolas públicas primarias, a quem desejasse criar noturnos para alfabetização de adultos;

RIO GRANDE DO NORTE (1936) criou o ensino supletivo nos bairros operários e povoações agrícolas;

PARAÍBA (1936) criou o ensino supletivo noturno para alfabetização e também o curso comercial noturno;

PERNAMBUCO (1938) criou suas escolas noturnas para adultos, ensinando também a qualificar-se melhor na profissão que viesse exercendo;

ALAGOAS (1936) obrigou as empresas com mais de 50 pessoas, entre elas 10 analfabetos pelo menos, a instalarem cursos de alfabetização;

SERGIPE (1935) criou o ensino noturno supletivo;

BAHIA previu cursos particulares de educação de adultos e em sindicatos profissionais, com fiscalização do Departamento de Educação;

ESPÍRITO SANTO criou o ensino supletivo noturno;

RIO DE JANEIRO criou cursos diurnos e noturnos de alfabetização e aperfeiçoamento;

SÃO PAULO (1910) criou as Escolas Populares, devidamente registradas, para a educação de adultos e adolescentes de ambos os sexos e que, em 1923, apresenta a expressiva matrícula de 2.578 alunos (operários e domésticas). Em comemoração ao 1º centenário do Ensino Normal no Estado de São Paulo, foi realizada uma "Campanha de Alfabetização de Adultos e Adolescentes". Em 1933, o Estado criou grande número de cursos de alfabetização e de iniciação profissional;

SANTA CATARINA (1939) criou o ensino supletivo;

RIO GRANDE DO SUL, desde o Império, em dando importância ao problema de alfabetização de adultos: Em 1946, aí surgiu uma grande campanha popular que exigia mais escolas para crianças e adultos; as ruas foram cobertas de dizeres e propaganda, tendo sido fundadas muitas escolas noturnas;

MATO GROSSO- o S. P.I. criou algumas escolas com o objetivo de educar os índios;

GOIÁS - de 1949 a 1956, a Secretaria de Educação do Estado de Goiás registrou um total de 82.809 alunos, matriculados em cursos noturnos para adultos dos quais 26.065 obtiveram aprovação final; atualmente conta com 426 cursos para adultos, mantidos pelo Estado.

MINAS GERAIS - a iniciativa particular muito tem auxiliado o Estado na Campanha de Educação de Adultos; desde 1923, a Estrada de Ferro de Goiás, por intermédio da Cooperativa dos Ferroviários, vem criando escolas ao longo de suas linhas;

DISTRITO FEDERAL - apresentou reformas em 1928, 1932 e 1934, desenvolvendo não só a alfabetização, mas também o ensino de extensão, de cultura geral e profissional; entre 1933 e 1935 teve o ensino supletivo grande eficiência; a Municipalidade por intermédio de Sua Secretaria de Educação e Cultura mantém um Departamento de Educação de Adultos; a Prefeitura do Distrito Federal concede atualmente uma subvenção à Campanha de Educação de Adultos, Setor do D.F, com a qual auxilia a manutenção dos 323 cursos existentes nesta cidade, além das classes mantidas pelo próprio Departamento de Educação de Adultos.

Temos a salientar, nesta fase do desenvolvimento, o Exército Nacional, que, desde 1913, criou as Escolas Regimentais, com o fim de alfabetizar os soldados, devolvendo-os à sociedade como cidadãos aptos a serem úteis ao País. O setor militar foi apoiado pelos seguintes Decretos:

432, de 19 de maio de 1938 - em princípio ninguém deverá deixar as fileiras do Exército sem saber ler, escrever e possuir noções elementares sobre o Brasil, sua geografia e sua Constituição;

1.735, de 3 de novembro de 1939 - (Lei do Ensino Militar) incluiu a instrução primária aos soldados analfabetos, como função dos corpos da tropa;

6.031, de 26 de julho de 1940-em cada corpo de tropa funcionarão, obrigatoriamente, cursos destinados a ministrar aos soldados analfabetos e alfabetizados o ensino elementar primário e o complementar, na forma prescrita pela Lei do Ensino Militar;

4.130, de 26 de fevereiro de 1942 - (Lei do Ensino Militar) reafirmou os dispositivos das leis anteriores, estabelecendo que "nenhum conscrito ou voluntário, salvo nos casos previstos em lei, poderá deixar o serviço do Exército, sem saber ler, escrever e contar, sem possuir noções indispensáveis a respeito do Brasil e uma firme convicção de seus deveres para com a Pátria".

Em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, mais tarde Ministério da Educação e Cultura, tem novo aspecto a educação no Brasil. Quanto à Educação de Adultos, podemos salientar as seguintes melhorias de alto valor:

1938 - foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Daí por diante os problemas da educação passaram a ter solução com bases científicas.

1942 - foi criado o Fundo Nacional do Ensino Primário; com a orientação pedagógica do I.N.E.P. e o apoio dado pelo Fundo Nacional do Ensino Primário, poderíamos resolver o problema do analfabeto no Brasil.

1945 - o Decreto nº 19.513, determina o emprego de 25% do auxílio Federal ao ensino primário, no Plano Geral do Ensino Supletivo, destinado a adolescentes e adultos analfabetos.

1947 - a 15 de janeiro, foi criada a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (CEAA), mantida pelo Fundo Nacional de Ensino Primário.

	1946	1947
Unidades escolares	2.077	3.956
Professores	3.956	14.141
Matrícula	164.487	606.996

Ao compararmos estes dados, de antes e depois da instituição da Campanha, podemos, imediatamente, aquilatar o grande benefício que ela está prestando ao País.

A Campanha de Educação de Adultos, desde 1949, vem mantendo aproximadamente 15.000 cursos, distribuídos pelos diversos Estados e Territórios. Nos últimos anos, tem diminuído o número de cursos da Campanha: 1958 registra um total de 12.247.

Atualmente, é grande o vulto que vem atingindo o empreendimento particular na educação de adultos, concorrendo, assim, para uma melhor e mais rápida solução do problema a que nos dedicamos neste Congresso.

Não podemos deixar de citar, neste Relatório, a esperança que mantemos nos "Cursos por Correspondência" e no "Sistema Rádio Educativo Nacional".

Atualmente está sendo tentado, pelo Ministério da tentado, pelo empreendimento de grandes tentado, pelo sob a forma de Plano Piloto. Este Plano está sendo executado em Leopoldina, Minas Gerais, e será aplicado também em Timbaúba-Pernambuco e, posteriormente, a mais três cidades.

Apresenta dois aspectos:

1º) Atacar o problema da deficiência de escolas primárias, propriamente ditas; assim, o Plano Piloto vai tentar cobrir o déficit de escolas, em Leopoldina e depois em Timbaúba.

2º) O Plano Piloto está levantando o cadastro de todos os analfabetos em Leopoldina; feito isso,0 Ministério da Educação instituirá cursos em número suficiente para atender a toda a população analfabeta do município.

Em linhas gerais, a análise da evolução da educação de adultos no Brasil, cujo tema teve como Sub-relator o Prof. Diofrildo Trota.

Sala das Sessões, 15 de julho de 1958. ass.) Inezil Penna Marinho, Relator.

Emenda aditiva

Ao relatório acima foi aprovada, pelo Plenário, a seguinte emenda aditiva:

"Acreditamos, com os Municipalistas Brasileiros, que devem incluir-se entre as causas da insuficiência de ensino nos municípios interiorizados ou em todos do Território Nacional o erro inicial do Ato da Assembleia de 1824, endossado e aprovado pela República, que deu autonomia aos municípios sem lhes oferecer os recursos financeiros necessários para sua evolução".

1.2 Governo federal e a educação de adultos

Ao estudar o tema "O Governo Federal e a Educação de Adultos", a 1ª Comissão inspirou-se fundamentalmente em preceitos constitucionais, procurando dar-lhe ampla interpretação, sem, no entanto, violar as próprias limitações, à ação do Governo Federal estatuídas em nossa Carta Magna.

O art.5º discrimina a competência da União e o seu inciso XV esclarece sobre o que lhes cabe legislar e aí encontramos a letra "diretrizes e bases da educação nacional".

É evidente que, ao falarmos em diretrizes, estamos pretendendo dar a orientação nos distintos domínios em que possa a educação ser considerada. E não foi outra a razão pela qual a 1ª Comissão, ao analisar a situação atual da Educação de Adultos, no que tange ao Governo Federal, deteve-se, sobretudo, no aspecto da orientação, apreciando-a sob os seguintes títulos: orientação filosófica, orientação política, orientação financeira, orientação técnica e orientação didática.

Orientação filosófica - "A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana". Eis o que estabelece o art. 166 da nossa Constituição. Isto significa dizer que os princípios de liberdade e dos ideais de solidariedade humana são condições indispensáveis para que um povo possa viver realmente feliz.

"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito. São dotados de razão e consciência e devem agir, uns em face dos outros, com espírito de fraternidade". É o que reza o art.1º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Se a paz mundial depende desse espírito de fraternidade, de um imprescindível entendimento entre os povos civilizados, a felicidade de cada povo depende por sua vez, e em larga escala, da forma por que, politicamente, a nação se organiza. No Brasil, país politicamente organizado sobre bases democráticas, o Governo Federal nada mais deve desejar do que a felicidade do povo brasileiro. Esta felicidade está representada pela conquista não apenas de bens materiais, que podem ser alienados, mas, e sobretudo, de bens espirituais, que são inalienáveis. Os bens materiais, ligados à pessoa física de cada cidadão, tem um caráter temporal, enquanto os bens espirituais, identificando-se com os

ideais do povo, são eternos. Numa concepção eudemonística, o Governo Federal só pode desejar a felicidade de cada cidadão em particular para assegurar a felicidade geral do povo.

Nenhum cidadão poderá ser feliz nas trevas da ignorância, nenhum povo poderá alcançar a felicidade sem que se tornem elevados os seus ideais de cultura. E esta é a razão filosófica pela qual a Educação de Adultos se torna indispensável no desenvolvimento da ação governamental.

Orientação política - "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido". Assim diz o art. 1º da Constituição dos Estados Unidos do Brasil. O poder se constitui pela expressão da vontade do povo e esta se realiza pelo exercício do direito do voto. Mas o art. 132 da Constituição, entre outras coisas, estabelece: "Não podem alistar-se eleitores: I- os analfabetos; II- os que não saibam exprimir-se na língua nacional".

Se 50% de nossa população adulta é analfabeta, isto significa dizer que metade do povo brasileiro está impedido de exprimir a sua vontade e de exercer, em consequência, o seu poder. Ocorre ainda que dessa metade alfabetizada, mais de 75% têm instrução que não ultrapassa o nível de segundo ano primário. Nosso eleitorado é quantitativamente pouco representativo e qualitativamente pobre do ponto de vista cultural.

Cabe ao Governo Federal e esta deverá ser a sua orientação política: a) oferecer oportunidade, para que cada brasileiro possa exercer o direito de voto, transformando-se, realmente, num cidadão; b) elevar o nível cultural do povo para valorizar a expressão de sua vontade, que o voto simboliza.

Orientação financeira - "Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino", estabelece o art.171 da Constituição, enquanto o parágrafo único do art. 170 faculta ao Governo Federal uma ação supletiva.

Não seria demais lembrar, neste momento, a existência do art. 169, que deve estar bem viva na mente de todos os governantes: "Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino".

Claro está, portanto, que o ensino primário é competência e obrigação dos Estados e do Distrito Federal; a ação do Governo Federal é supletiva. No que diz respeito a esta disposição constitucional, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos tem dado, por intermédio de convênios, ajuda financeira a todos os Estados da União e ao Distrito Federal para que possam melhor atender aos encargos que resultam da educação de adultos. Alguns Estados e o Distrito Federal criaram órgãos próprios de ensino supletivo ou de educação de adultos, por intermédio dos quais ocorre a administração relativa ao assunto. Em muitos Estados, porém, a ausência de tais órgãos diminui o rendimento do trabalho e dificulta a racionalização do aproveitamento de recursos existentes. E aqui que julgamos oportuno estender a ação do Governo Federal ao território dos Estados mediante convênio mais amplo e dentro do que faculta o 3º do art. 18 da Constituição, assim redigido: "mediante acordo com a União, os Estados poderão encarregar funcionários federais da execução de leis e serviços estaduais ou de atos e decisões de suas autoridades".

Indispensável se torna que os recursos financeiros, oferecidos pelo Governo Federal para a educação de adultos, sejam rigorosamente aplicados dentro das finalidades a que se destinam, nem outra poderia ser a orientação financeira do poder central no que diz respeito a tal assunto.

Orientação técnica - O Governo Federal precisa mobilizar todos os recursos de que disponha para lançá-los em uma ampla cruzada não apenas contra o analfabetismo, mas, e sobretudo, pela elevação do nível cultural do nosso povo. A imprensa, o rádio, a televisão, o cinema, o teatro, etc., precisam ser tecnicamente aproveitados para que uma campanha de educação de adultos ampla e profunda, se concretize. A instituição do SIRENA (Sistema Rádio Educativo Nacional) evidenciou como podem ser colocados a serviço dos objetivos da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos modernas técnicas, que representam as conquistas realizadas pelo homem no domínio científico.

Os cursos por correspondência, também, representam técnica que, ao lado de outras, poderá ser vantajosamente utilizada na educação de adultos, sobretudo no que se relaciona à elevação do nível cultural de nosso povo.

A 1ª Comissão sugere, neste item, que o Ministério da Educação e Cultura designe para isso uma comissão ou atribua a algum órgão o estudo de um Plano geral para a mobilização total dos recursos técnicos que poderão ou deverão ser colocados a serviço da educação de adultos.

Orientação didática - O material didático não deverá ser único para todo o país, mas atender às características próprias de cada região e satisfazer às representações ideativas daqueles a que se destinem, segundo pertençam ao sexo masculino ou ao feminino. Deverá, também, atender aos interesses profissionais de cada grupo, contribuindo para melhor ajustá-la à profissão qualificativa que possa representar. A fim de atender a tão imperiosa necessidade didática, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos do Ministério da Educação e Cultura está promovendo a revisão completa de seu material, atualizando-o e enquadrando-o dentro desta orientação. A publicação do guia de leitura intitulado "Deca, o pescador vitorioso", e a preparação do "Manual do Voluntário" e de guias especiais para o sexo masculino e para o feminino já representam grandes passos na conquista deste objetivo. O "Guia do Soldado", destinado às escolas regimentais mantidas pelo Exército Nacional, também se encontra entre os trabalhos que serão realizados pelo Setor de Orientação Pedagógica da C.E.A.A.

Concluindo o seu parecer, pretende a 1ª Comissão deixar bem claro que a ação do Governo Federal na Educação de Adultos é orientadora (Art. 5º, item XV, letra d) e supletiva (Art.170, parágrafo único) na forma da Constituição da República do Estados Unidos do Brasil.

Sala das Sessões, 11 de julho de 1958.
Ass.) Inezil Penna Marinho, Relator.

Recomendações

1. Ao Ministério da Educação e Cultura, que proponha a criação do Fundo Nacional de Educação de Adultos, constituído inicialmente dos recursos de que já dispõe a Campanha de Educação de Adultos e de outras dotações, legados e recursos eventuais, que constituirão uma conta especial.
2. Ao Governo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que observem fielmente o disposto no art. 169 da Carta Constitucional do País, que determina à primeira a aplicação de nunca menos de 10% e aos demais de pelo menos

20% da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, pois a inobservância de tal dispositivo vem agravando o problema da Educação de Adultos;

3. As casas editoras e impressoras, aos jornais e revistas do País, no sentido de abolirem o uso de letras minúsculas na grafia de nomes próprios e início de frases.

1.3 - A educação de adultos no Distrito Federal, nos Estados e Territórios

A 1ª Comissão teve grande dificuldade em coligir os dados que submete ao Plenário, pois os mesmos são escassos, ainda pouco divulgados, e devem cobrir, no tempo e no espaço, respectivamente, apreciável duração e considerável extensão.

Orientação didática- O material didático não deverá ser único para todo o país, mas atender as características próprias de cada região e satisfazer

O "Anuário Estatístico do Brasil-1957", o "Documentário Estatístico", há dias publicado pela Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e algumas teses apresentadas a este Congresso constituíram o material de que mais se valeu a 1ª Comissão para a elaboração de seu Relatório, cujas conclusões passamos a expor:

1ª - A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, criada em 1947, cresceu desde esse ano até 1951; a partir desta data, decresceu até 1956, inclusive, embora, neste último ano, a verba disponível tenha sido sensivelmente maior que em 1955; os serviços de manutenção e o material, porém, custaram mais em 1956. A partir de 1956, até 1958, houve aumento de recursos. Assim, a verba total, inclusive para material, foi de 78 milhões e 47 mil cruzeiros no corrente ano.

Vejamos, comparativamente os dados da matrícula até 1955:

	Mat. efetiva	Alunos aprovados
1947	314.400	128.524
1951	495.352	240.320
1955	250.333	132.672

Estamos escolarizando, na prática, menos da metade da população escolar compreendida entre 7 e 14 anos.

Por estes dados, podemos concluir finalmente, que o esforço deve ser feito não apenas para a extensão da educação aos adultos, como, e principalmente, para ao mesmo tempo, dar escolas a todas as crianças em idade escolar.

Quanto à diversidade dos cursos, como comprova o "Anuário Estatístico do IBGE", a educação de adultos atinge a ramos os mais diferentes, quase todos elementares; administração pública, agricultura, pecuária, artes domésticas, artes liberais, comércio, educação física, indústria, pedagogia, primário e pré-primário, serviços postais e telegráficos, transportes, serviços sanitários e sociais e veterinária.

Esta diversidade demonstra o próprio caráter do crescimento do interesse dos adultos que buscam instrução elementar, nesses setores, o que é por si só, nova conclusão.

Apreciação de aspectos nas teses

Apresentadas estas conclusões, que integram a 1ª parte deste Relatório, desejamos destacar, de algumas teses, trechos que traduzirão o sentimento dos diversos autores de trabalhos, isto é, em última análise a opinião dos Estados e dos Municípios.

Uma Comissão de Professores de Pernambuco dá a falta de obrigatoriedade de frequência, a má distribuição da rede escolar, insuficiência do preparo técnico do professor, critério falho de verificação do rendimento e ao pauperismo, como algumas das grandes causas da dificuldade na luta contra o analfabetismo.

A estas causas, uma tese do Piauí acrescenta a falta de energia elétrica, baixa remuneração, dificuldade no transporte para chegar à escola, baixa densidade de população e à estagnação das condições sociais, entre outras.

Um trabalho do Maranhão diz textualmente o seguinte:

"A vastidão de nosso território e as chocantes diferenciações que o caracterizam aparecem como os maiores responsáveis pelo deficit de condições de vida a que vimos de nos referir".

Goiás é outro Estado que luta com a sua enorme extensão territorial.

A Bahia, por uma de suas teses, nos indica que a falta de prédios escolares é uma das tremendas falhas de nossa orientação e, em S.Paulo, desenvolve-se um forte movimento entre os professores para que sejam construídos mais prédios escolares.

Em Santa Catarina, existe grande dificuldade na obtenção de professores.

Cada um dos trabalhos que a Comissão recebeu focaliza diversos ângulos do problema, não sendo possível enumerá-los integralmente neste Relatório. E não é outra a razão pela qual a 1ª Comissão recomenda a inserção das teses em apreço nos Anais do Congresso.

Medidas a sugerir

Acreditamos necessário indicar algumas medidas, que apresentamos sob a forma de recomendações:

1º Recomendamos aos Governos Federal, Estaduais e Municipais que reservem maiores verbas para a Educação de Adultos;

2º Recomendamos aos poderes públicos em geral e às entidades particulares seja fomentada a criação não só de classes de emergência do ensino primário supletivo, mas, também, centros de iniciação profissional, ou aperfeiçoamento técnico de que a população adulta sinta necessidade, como um dos instrumentos de recuperação da comunidade;

3º Recomendamos a todos os participantes do II Congresso Nacional de Educação de Adultos e organizações particulares que incentivem a criação de associações e sociedades de amigos do bairro, nas cidades, e de amigos do distrito, na zona rural, visando à organização de novos cursos de educação de adultos, que poderão ser por elas mantidos.

4º Recomendamos a extensão progressiva da Campanha da Merenda Escolar às classes de educação de adultos, como incentivo à frequência e subsídio à alimentação do aluno.

5º Recomendamos que as campanhas de Alfabetização, atualmente existentes no País, se ampliem e se transformem em campanhas de educação de adultos.

Quadro demonstrativo

A 1ª Comissão organizou o quadro que faz parte do presente Relatório e figura na Capa III, baseando-se no "Documentário Estatístico" publicado pela Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos do D.N.E. apresentando, em destaque e comparativamente, os dados referentes aos anos de 1947,1951 e 1955, no que tange ao número de cursos por ela instalados, com respectiva classificação e aos auxílios concedidos pelo Governo Federal. Abriu-se, no referido quadro, uma coluna para o número de cursos concedidos em 1958.

A análise e a interpretação desse quadro nos oferecem as mais ricas e variadas conclusões que deixamos ao interesse particular de cada congressista.

Verificamos, por exemplo, que, em 1947, São Paulo tinha 1.047 cursos reduzidos, em 1958, a 264; isto não significa dizer que a Campanha de Educação de Adultos tenha decaído em S. Paulo. Apenas a iniciativa privada e do Governo do Estado foram de tal forma incrementadas que aí existem, hoje, mais de 4.000 cursos de educação de adultos, que absorveram quase toda a clientela de que outrora dispunham os cursos mantidos pelo Governo Federal.

Enquanto isto, no Estado de Minas Gerais, onde a iniciativa privada ainda é pobre, os 1.380 cursos, instalados em 1947 pela Campanha, foram ampliados, em 1958, para 1806, com um acréscimo, portanto, de 426 novos cursos, O Espírito Santo que, em 1947, tinha apenas 75 cursos, mantidos pela Campanha, dispõe, em 1958, de 229.

Tomando os dados de 1947 e 1958, podemos concluir da seguinte forma:

a) Unidades em que aumentou o número de cursos de educação de adultos mantidos pela Campanha Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraíba, Maranhão, Paraná, Alagoas, Goiás, Rio de Janeiro, Piauí, Rio Grande do Norte, Pará, Santa Catarina, Sergipe, Espírito Santo, Distrito Federal, Amazonas, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Rio Branco;

b) Unidades em que diminuiu o número de cursos de educação de adultos mantidos pela Campanha Bahia e São Paulo;

c) Unidades em que, atualmente, a Campanha não mantém nenhum curso de educação de adultos: Fernando Noronha.

Os cinco Estados contemplados pela Campanha em 1958, com o maior número de cursos de educação de adultos, foram, por ordem decrescente: Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul. As cinco Unidades, exclusão feita dos Territórios, que tiveram menos cursos, em 1958, foram, por ordem crescente: Mato Grosso, Amazonas, Distrito Federal, Espirito Santo e Sergipe.

Tal é a análise que a 1.a Comissão poderá apresentar ao Plenário sobre a situação atual da educação de adultos no Distrito Federal, nos Estados e Territórios, insistindo, primordialmente, na necessidade de serem multiplicados os Centros de Iniciação Profissional (artesanatos), que muito contribuirão para libertar as populações do interior do círculo vicioso que apresentam em que a ignorância gera a miséria e a miséria perpetua a ignorância.

Sala das Sessões,16 de julho de 1958.

Inezil Penna Marinho (Relator da 1ª Comissão)

Emendas aditivas

Ao relatório acima foram aprovadas, pelo Plenário, as seguintes emendas aditivas:

1. Proponho que o II Congresso Nacional de Educação de Adultos recomende aos Governos Municipais das Capitais das Unidades da Federação a criação de Departamento de Educação de Adultos e aos governos dos demais municípios a criação de Serviço de Educação de Adultos.

2. O II Congresso Nacional de Educação de Adultos propõe às autoridades competentes que seja estudada a possibilidade de um convênio entre as diversas autarquias e as prefeituras municipais, de tal forma que possa ser dada aos alunos, quer de cursos supletivos quer de cursos mantidos pela C.E.A., uma assistência médico-dentária, aproveitada a rede assistencial já existente para uso dos alunos de escolas diurnas.

3. O II Congresso Nacional de Educação de Adultos recomenda a conveniência de ser dada pequena subvenção às instituições privadas que ministram educação de adultos, gratuitamente.

1.4 - A Iniciativa privada na educação de adultos

A 1ª Comissão estudou atentamente todos os trabalhos enquadrados no tema "A iniciativa privada e a educação de adultos", muito dos quais revelam interessantes experiências vividas por diversas instituições, que se estão dedicando à solução desse importante problema. Lamenta que não possa trazer a plenário cada caso específico, mas esclarece aos autores das teses haver recomendado a respectiva inserção nos Anais do Congresso.

Os debates sobre o assunto em tela foram demorados, amplos e profundos, pois indispensável se tornavam apresentar conceitos de alguns termos de uso já consagrado, como o caso da palavra "voluntário".

As conclusões da 1.a Comissão sobre este tema poderão ser objetivadas e enumeradas da seguinte forma:

1ª A colaboração da iniciativa privada é indispensável na solução do problema de educação de adultos no Brasil, razão pela qual deverá ser considerada em qualquer campanha já existente ou que, para esse fim se organize.

2ª Indispensável se torna cadastrar por intermédio dos órgãos especializados existentes no serviço público federal, estadual ou municipal, as instituições - pessoas jurídicas de direito privado - que realizam trabalhos de educação de adultos, verificando a forma por que se organizam. A finalidade a que se propõem os professores de que se valem, os métodos e processos que utilizam, o material didático que empregam, as características dos alunos a que servem e outras informações que sejam julgadas úteis para melhor análise do problema, em outra oportunidade; sempre que se tornar necessário, tais instituições deverão ser convenientemente orientadas e assistidas.

3ª Numerosas e valiosíssimas experiências têm sido realizadas por instituições as mais diversas, experiências essas do maior interesse e que merecem ampla divulgação; neste sentido, a 1ª Comissão recomenda a inserção de tais trabalhos nos Anais do Congresso.

4ª Todas as instituições, que colaboram na educação de adultos, deverão observar, no desempenho do seu trabalho, o princípio de "ajudar a ajudar-se" para que se alcance,

por intermédio da vida em família, da vida em todos os demais grupos, da vida, enfim, na mais ampla comunidade, o pleno desenvolvimento da pessoa humana.

5ª A mobilização de todas as pessoas físicas que desejarem colaborar na educação de adultos permitiria a organização de um numeroso voluntariado.

6ª Entende-se por voluntário toda pessoa física que trabalha na educação de adultos sem nenhuma compensação financeira: tal trabalho poderá realizar-se com motivação extrínseca obtenção de pontos para promoção ou de prêmios honoríficos, etc. - ou com motivação intrínseca - a satisfação encontrada na realização do próprio trabalho.

7ª A organização dos voluntários, a sua entrada em ação, as diferentes campanhas que serão lançadas e as medidas preliminares, cuja adução se impõem, poderão ser em breves linhas assim expostas:

Material didático - O material atualmente usado pela Campanha de Educação de Adultos do D.N.E. não se presta ao voluntariado, pois destina-se a professores de ensino supletivo, enquanto aquele é recrutado entre pessoas de boa vontade, às vezes até com instrução superior, mas sem formação pedagógica. Esta é a razão pela qual se impõe a preparação de material inteiramente novo e melhor adequado a tal finalidade.

Exames finais - Quando o voluntário julgar que seus alunos se encontrem devidamente alfabetizados, entendendo-se a alfabetização em seu sentido amplo, encaminhá-los-á ao exame final, que será realizado em alguns cursos de ensino supletivo mantidos pelos Serviços de Educação de Adultos. Os alunos, que lograrem ser aprovados, receberão certificados oficiais, expedidos por esses "Serviços". Esta medida permitirá controlar o rendimento do trabalho dos voluntários, o que, atualmente, não ocorre.

Campanhas específicas - O voluntariado para a educação de adultos poderá ser recrutado em Campanhas Específicas, aproveitando-se, inicialmente, a colaboração de instituições vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura. A título de ilustração, poderão ser sugeridas as seguintes Campanhas:

*Campanha do Ensino Secundário - Os estabelecimentos de ensino secundário, sobretudo os subvencionados pelo Fundo Nacional de Ensino Médio, poderão ser convidados a patrocinar pelo menos uma classe de Educação de Adultos, com o concurso dos alunos das séries mais adiantadas.

*Campanha do Ensino Normal- Cada estabelecimento de ensino normal poderá manter uma classe de Educação de Adultos, utilizando, para isso, alunos matriculados nas duas últimas séries.

*Campanha do Ensino Industrial - Os estabelecimentos de ensino industrial, subordinados à Diretoria do Ensino Industrial ou mantidos pelos governos estaduais poderão ser convidados a manter uma classe de Educação de Adultos.

*Campanha Universitária - Cada Diretório Acadêmico de Escola Superior poderá ser convidado a patrocinar um curso de Educação de Adultos, utilizando estudantes que desejem colaborar neste empreendimento de caráter nacional.

*Campanha Sindical - Os Sindicatos e Associações profissionais poderão ser instados a manter cursos de Educação de Adultos, destinados aos seus associados (já em realização no Estado de São Paulo).

*Campanha das Autarquias - Aos Institutos de Aposentadoria e Pensões poderá ser solicitado que, por intermédio de suas Delegacias, ofereçam oportunidades para a instalação de classes de educação de adultos destinadas aos seus contribuintes.

*Campanha das Bandeirantes - À organização das Bandeirantes poderá ser solicitado que incluam, entre as atividades a que se dedicam, a educação de adultos por meio de classes ou avulsamente.

*Campanha de Escoteiros - O órgão dirigente do escotismo no Brasil também poderá ser convidado a incluir em seu programa de atividades, instituições de classes de educação de adultos.

*Campanha Desportiva - Por intermédio do Conselho Nacional de Desportos, a cada clube registrado, sobretudo instituições subvencionadas ou que gozem de favores especiais, poderá ser pedido que patrocine um curso de Educação de Adultos.

*Campanha da Imprensa - De todas as instituições sociais, talvez seja a Imprensa aquela que mais se beneficiará com os resultados de uma ampla campanha de alfabetização, pois o número de possíveis leitores se tornará, assim, cada vez maior. Esta a razão pela qual cada um dos 3.000 jornais existentes no país deverá ser convidado a patrocinar um curso de Educação de Adultos.

*Campanha das Editoras - A indústria do livro só se poderá desenvolver no país se o número de pessoas alfabetizadas aumentar consideravelmente; as companhias editoras, tais como jornais e revistas, também deverão ser convidadas a instalar cursos de Educação de Adultos.

*Campanha de Mais Um - Cada BRASILEIRO escolarizado deverá ser convidado a alfabetizar um adulto de suas relações; intensa propaganda será desenvolvida no sentido de que, em todos os lares, sejam alfabetizados os adolescentes ou adultos porventura analfabetos.

8ªÀ Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos do Ministério da Educação e Cultura deverá caber, em princípio, o provimento de material didático e o voluntariado; à iniciativa privada deverá ser facultado colaborar neste mister.

9ª Os serviços de Educação de Adultos existentes nos Estados e municípios, ou instituições privadas - mesmo aquelas que tenham por qualquer motivo, suspenso as suas atividades - deverão ser solicitados a mobilizar todos os recursos de que disponham para que se intensifique, em nosso País, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.

Sala das Sessões, 14 de julho de 1958.
Inezil Penna Marinho, Relator.

B- Segunda Comissão

A educação de adultos: suas finalidades, formas e aspectos sociais

2.1- A educação de adultos e a democracia

Foram apresentados à Comissão os trabalhos dos seguintes Congressistas: Conego Teófanes de Araújo Barros, de Alagoas; Angelo Ribeiro, de S. Catarina; Maria da Glória Goncalves Rosa, Rio Grande do Sul; Stella Campos Diniz, Minas Gerais; Enylde Guiomar da Silva Medeiros, Pernambuco; Idália Kráu Silva, Rio de Janeiro; Ilda Maria Dias, Rio Grande do Sul; Ducie Kanitz Vicente Vianna, Rio de Janeiro; Carmelita Prates da Silva, Minas Gerais; Irene Clarinda de Souza Mallet, Rio Grande do Sul; Eloy Coelho Netto,

Maranhão; Nestor Carlos Pedrizzi, Rio Grande do Sul; Fernando Barbosa, Maranhão; Raimundo Cunha Coutinho, Piauí; Departamento da Educação, Rio Grande do Norte; Inezil Penna Marinho, Distrito Federal.

A 2ª Comissão propõe sejam aprovadas pelo Plenário as seguintes recomendações:

1ª Seja reorganizado o ensino supletivo com o objetivo de proporcionar educação integral aos adolescentes e adultos com a ampliação dos objetivos imediatos de ler e escrever.

2ª Seja proporcionada assistência moral e religiosa mais intensa aos alunos.

3ª Sejam dadas maiores oportunidades para a formação da consciência do homem, oferecendo-lhe uma visão mais ampla de sua posição na sociedade, seus direitos e seus deveres.

4ª Formar programas, métodos e processos educativos ajustados aos interesses e necessidades do aluno adulto, e de acordo com as idades.

5ª Intensificar as atividades sociais nos cursos para adultos.

6ª Mobilizar todos os recursos humanos e materiais da comunidade, para a educação de adultos.

7ª Dar maior difusão aos cursos por correspondência destinados ao aprimoramento cultural do adulto.

8ª Entrosar os cursos por correspondência com o Sistema Radio educativo Nacional.

9ª Incluir, na formação do professor primário, a aprendizagem da psicologia e da metodologia da educação de adultos.

10ª Proporcionar oportunidades aos mestres voluntários e de emergência para sua habilitação, mesmo sumária, com o fim de aumentar-lhes a eficiência.

11ª Criar cursos especiais para a formação de técnicos especializados na educação de adultos.

12ª Que sejam organizados cursos de aperfeiçoamento para os diversos membros das equipes de educação de adultos, moldados nos já existentes sob o patrocínio da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário e do Serviço Nacional de Educação Rural.

13ª Que se procure, face ao regime democrático vigente no Brasil, estender aos adolescentes e adultos dos cursos primários as vantagens concedidas aos demais educandos.

14ª Que se recomende aos srs. educadores a conveniência da obra educacional esclarecedora não só quanto aos direitos do cidadão, mas, igualmente, quanto aos deveres.

15ª Que sejam criadas associações de alunos do ensino supletivo nos próprios estabelecimentos de ensino, intensificando a prática da atividade extracurricular, bem assim, a prática da vida democrática, consubstanciada em discussões e debates entre os alunos, sob a orientação de professores.

16ª Seja destacada a 8. conclusão da tese "Os Cursos por Correspondência na Educação de Adultos" que tem a seguinte redação: "Mediante convênios ou outras formas de entendimento, os cursos por correspondência, organizados por um Serviço de Educação de Adultos, -poderão ser utilizados pelos demais, o que permitiria, em pouco tempo, multiplicar o número e a qualidade de tais cursos, dando-lhes maior extensão e mais profundidade".

2.2- Os vários graus de ensino na educação de adultos

A Comissão apreciou os trabalhos classificados nos itens 2.2, 2.7 e 2.8 do temário do Congresso, que foram os seguintes:

Item 2.2- Os Níveis do Ensino - Célia Lúcia Monteiro de Castro; a Campanha de Educação de Adultos e os exames de natureza e as escolas secundárias e a educação de adultos - Lauro de Oliveira Lima; Possibilidades e perspectivas da educação secundária de adultos, em face dos exames do artigo 91 e da lei de equivalência dos cursos médios - Geraldo Bastos Silva; A educação de nível médio destinada a adultos - Itamar Vasconcelos, Arlindo Raposo, Maria da Conceição Ferreira e Ivone Mota e Albuquerque; Comunicação - Sérico de Orientação e Educação Especial da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul; Comunicação - Ginásio Municipal de Porto Alegre.

Recomendações

1ª Reestruturação das campanhas de educação de adultos, transformando os cursos de ensino supletivo formal, em processos dinâmicos de educação informal mais adequados às diferentes esferas de ensino, na educação de adultos: a) educação de base ou fundamental; b) ensino primário; c) ensino secundário; d) ensino superior; e) ensino profissional) educação de líderes; g) educação de cúpula.

2ª Que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível participem da Campanha Nacional de Educação de Adultos.

3ª A interferência do Poder Público na preparação para exames de madureza, visando a melhoria do seu rendimento pedagógico, através de concessão de bolsas de estudo, livros adequadamente preparados, cursos de orientação e aperfeiçoamento para professores.

4ª Que se considerem os cursos de preparação para exame de madureza como função também da Campanha de Educação de Adultos e que a CEA lhe dê toda assistência material e administrativa em forma de bolsas de estudo aos estudantes, confecção de material pedagógico, cursos de aperfeiçoamento para os professores e auxílio à direção dos cursos.

5ª Que os estabelecimentos de ensino médio e superior intensifiquem os cursos de extensão, com vistas ao aprimoramento cultural do adulto.

Emenda aditiva

Criação do "terceiro" e "quarto" graus de nível primário supletivo bem como o "quinto" grau do mesmo nível, a fim de permitir mais amplas oportunidades educacionais.

2.3 - Educação de Base

Foram examinados pela Comissão os trabalhos apresentados pelos seguintes congressistas: Vespertina Machado, de Pernambuco; Conego Hélio Lessa Souza, de Alagoas; Ruth Ivoty Torres da Silva, do R. G. do Sul; Maria José Duailibe Murad, do Maranhão; Anice Gomes Rodrigues Assumpcão, do Distrito Federal; Maria José Frutuoso

de Araújo, da Bahia e Samuel Farjoun, do Distrito Federal. A Comissão aprovou as seguintes conclusões parciais:
1ª que se proporcione orientação aos empregadores, por todos os meios possíveis, para facilitar a integração da família rural na sociedade;
2ª que seja intensificada a educação cooperativista;
3ª que sejam facilitadas aos educadores, bolsas de estudos sobre a educação de base;
4ª que sejam fornecidos recursos para ampliação dos trabalhos das Missões Rurais atualmente existentes e para a instalação de outras nas áreas que delas necessitem, sobretudo nas regiões subdesenvolvidas do país.

Emendas aditivas

1ª Que o II Congresso Nacional de Educação de Adultos recomende o estudo da possibilidade de se instituir, no Brasil, o Serviço Social Escolar, a fim de tratar dos educandos desajustados.
2ª Os cursos supletivos do grau médio deverão ter planos e organização que atendam às condições peculiares do aluno adulto.

2.4 - A educação de adultos, a organização do trabalho e a educação para o desenvolvimento

Os trabalhos recebidos e estudados pela Comissão foram os de autoria dos Congressistas José Pereira Eboli, de S. Paulo; Adiles Aracy Alves Monteiro, do Pará; Alda Monteiro de Araújo, do Estado do Rio; Ruth Ivoty Torres da Silva, do R. G. Sul; Hugo Muxfeldt, do R. G. Sul; Nadir Guimarães, de Minas Gerais; Eneida Rabelo Alvares de Andrade, Maria Angélica Lacerda de Menezes, Maria de Lourdes de Moraes Coutinho e Portella; Seminário Regional de S. Paulo; Dr. Aziz Simão; Angela Dolouche, de Pernambuco, e Dr. Edmundo Mourão Genofre, do Distrito Federal.

Foram as seguintes as conclusões parciais aprovadas pela Comissão:
1ª A educação de adultos não se deve fazer como um processo de alfabetização pura e simples, mas, sim, ampliando-se o campo de ação para tal objetivo, de modo que, superado o nível primário, o interesse dos educandos possa ser mantido e aproveitado em outras formas de aprimoramento cultural.
2ª Criação de "Universidades de Trabalho, Agroindustriais", com este ou outro nome, nas diferentes regiões geoeconômicas do país, orientadas no sentido de dar organização à formação profissional do trabalhador rural e urbano. Tais universidades não são propostas visando-se organismos de grau superior, mas, sim, de tipo popular, acessíveis a todos os trabalhadores, sem as exigências de curso algum feito, abrangendo cursos elementares de especialização profissional, tanto industrial, como rural, e tendo como finalidade atenderem, sem demora, às necessidades de. mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento econômico do país".

Emenda aditiva

O Plenário aprovou a seguinte emenda aditiva a esse Relatório:

O II Congresso Nacional de Educação de Adultos recomenda aos poderes competentes o rigoroso cumprimento do art.592, item IV, al. e, da Consolidação das Leis Trabalhistas, que determina instalação de escolas de alfabetização com recursos do Imposto Sindical.

2.5 - A iniciação, a formação e o aperfeiçoamento profissional na educação de adultos

A Comissão recebeu e analisou os trabalhos dos Congressistas Doralécio Soares, de Santa Catarina; Oswaldo Vianna, do Distrito Federal; Nenita Madeiro e Irene Carneiro de Oliveira, de Alagoas; Alzira Augusto de Amorim, do Pará; José Maria Ramos Martins e Odila Leonor G. Soares, do Maranhão; Antônio D'Avila, de São Paulo; Lenine Guiza Lima, do Distrito Federal; José Pereira Eboli, de São Paulo; Rosa Sicuro, do Paraná; Aldo Lafaiete, de Pernambuco; Padre José da Costa Carvalho, de Pernambuco; Iraci Poggi Porto Figueiredo, de Pernambuco; Geraldo Magela Costa e Lourival Novaes, de Pernambuco.

Após apreciá-los, debateu intensamente o assunto e aprovou as seguintes conclusões parciais:

1ª Que se cuide da técnica de aprendizagem profissional, tendo em vista o nível cultural e o interesse dos adultos a serem ensinados.

2ª Que se promova a organização de bibliotecas e de bibliografia de literatura especializada, adequada aos objetivos do ensino.

3ª Que a Campanha Nacional de Educação de Adultos proceda a um levantamento geral das entidades e organizações públicas, autárquicas, particulares e sindicais que cuidam da iniciação profissional, não só de tipo industrial, comercial e agrícola, como de cunho artesanal, e promova uma articulação geral de seus planos de trabalho, a fim de, coordenando suas atividades, fornecer-lhes colaboração técnica e financeira.

4ª Que se promova a instituição de orientação profissional e educacional em proveito da Educação de Adultos.

2.6 - A educação de adultos e seus aspectos regionais

Foram presentes à Comissão os trabalhos dos Congressistas Jorge Garzuze, do Paraná; Rósa Castro e Maria Helena da Costa Rocha, do Maranhão; Lúcia Araújo Silva, do Estado do Rio; João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa, de Santa Catarina; Isabel Rebello de Souza Alencar, do Amazonas; Luiza Gonzaga de Andrade, do Pará; Mário Jorge Couto Lopes, do Amazonas; Gabriel Ramos da Silva e Augusto Alves Guerra Filho, do Paraná; José Souza Furtado, do Piauí; Maria Angélica de Miranda, de Pernambuco; Erasmo Piloto, do Paraná; Daura Santiago Rangel, da Paraíba; Maria da Conceição Ferreira, do Maranhão; Ênio Sandoval Peixoto, de S. Paulo; Amélia Saldiva e Aguinaldo Dutra,de S. Paulo.

Recomendações

1ª Que o analfabetismo no Brasil deve ser combatido por todos os meios e em todas as idades.

2ª Que medidas adequadas devem ser tomadas por parte das autoridades responsáveis pelo ensino, no sentido de que as escolas para adultos sejam providas:

a) de programas e material adequados aos interesses regionais, visando à aquisição, pelos alunos, de experiências que lhes proporcionem maior rendimento em suas atividades e consequentemente redundem na elevação do padrão socioeconômico individual e no progresso das comunidades brasileiras.

b) de professores convenientemente preparados de modo a ser usada uma metodologia mais adequada ao ensino de adultos, principalmente dos analfabetos. Que esses professores sejam, tanto quanto possível, recrutados no próprio meio a que pertencer a escola.

3ª Criação, nas vilas e povoados onde não existam elementos capacitados para o exercício do magistério, tanto em escolas frequentadas por crianças como por adultos, de pequenos centros educacionais nos quais, em cursos de emergência, seja formado pessoal capacitado. Sugere-se, outrossim, que para isso, seja prestado auxílio pelo Governo da União.

4ª Organização de comissões municipais que zelem pelo bom andamento do trabalho da escola, considerados todos os seus aspectos.

5ª Realização de propaganda entre as classes menos desenvolvidas, no sentido de estimulá-las ao estudo.

6ª Que os cursos supletivos, levando-se em conta a possibilidade de frequência regular dos alunos, atendam as experiências das atividades exercidas por eles.

7ª A escola primária comum não tem e não pode ter condições para transformar nosso ambiente rural de modo a determinar um melhoramento substancial de vida. O problema da educação de adultos tem de ser considerado como o problema atual da educação.

8ª Tendo em vista uma educação supletiva e recuperativa recomenda:

a) uma ação sobre a comunidade sobretudo nos processos econômicos de vida no sentido de libertar o homem do pauperismo e suas consequências; b) ao lado de medidas de desenvolvimento geral, se empreendam estudos específicos de cada estado brasileiro, em moldes semelhantes aos realizados por Gourou sobre a Amazônia, com a finalidade de efetuar planos diferenciados para cada região; c) seja elaborada uma metodologia que, aproveitando as forças emocionais da juventude rural brasileira, vise à aquisição por ela de reais vivências de valor.

9ª Que seja propiciado preparo do homem para adaptá-lo ao meio e capacitá-lo à posse dos bens.

10ª Que se promova o aperfeiçoamento do professorado.

11ª Que se cuide do preparo das elites pelo aprimoramento da educação.

12ª Que se promova o ajustamento da máquina política para provimento de cargos públicos mediante normas moralizadoras.

13ª Que se promova a ajuda substancial aos elementos que revelem capacidade de liderança.

14ª Que os órgãos competentes propiciem auxílio à magistratura para amparo de menores abandonados ou delinquentes.

15ª Que se promova aumento do número de escolas agrotécnicas, sobretudo na região do nordeste.

16ª Que se instalem postos médicos e de enfermagem nas zonas rurais.

17ª Que seja aumentado o número de Centros de Iniciação Profissional, bem como o auxílio financeiro.

18ª Que seja ampliado o Serviço de Assistência Social.

19ª Que se promovam nas áreas subdesenvolvidas do país, as medidas fundamentais para melhoria do padrão de vida das populações, como condição fundamental para a educação dos adultos.

20ª Que haja melhoria de vencimento, salário e gratificação, aos professores para garantir-lhes melhor seleção e estabilidade.

21ª Que seja elaborado um planejamento objetivo regional, com vistas para a realidade, educando para a vida através da educação familiar, higiênico alimentar, cívico religiosa; alfabetização como 1ª etapa para instruir; educação social sob o ponto de vista do homem não só como pessoa, mas também como fonte de economia; educação para a vida em comunidade.

22ª Que a Campanha Nacional de Educação de Adultos promova, anualmente, em época oportuna, em todos os Municípios, seminários de Educação de Adultos, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento especializado dos professores supletivos e reunir sugestões para as medidas a serem introduzidas, em virtude da experiência comprovada durante o ano letivo. Tais conclusões devem ser remetidas aos Serviços Estaduais de Educação de Adultos que, após o exame das mesmas, deverão encaminhá-la à Campanha Nacional de Educação de Adultos para solução final.

23ª Nos Estados ou Municípios que possuam serviços oficiais permanentes especialmente destinados à educação de adultos, e onde funcionem, também, cursos da Campanha de Educação de Adultos, seja mantido e incentivado o entrosamento pedagógico entre os referidos órgãos, sem prejuízo da autonomia funcional de cada um, atribuindo-se, preferentemente, aos cursos da Campanha, na hipótese, o trabalho da alfabetização de adultos.

2.7 - A educação de adultos e a difusão cultural

"A Universidade do Ar em Vila dos Remédios" - Flaviano Mandruca: Não se tratando, no caso, de tese, mas sim de depoimento pessoal do autor sobre o tema abordado, resolveu a Comissão recomendar ao Plenário a aceitação do trabalho e sua publicação como colaboração de real interesse para o Congresso.

2.8 - A educação do adulto e a assimilação do imigrante

Submetidas a debate e votação as conclusões do trabalho "A Educação do Adulto e a assimilação do imigrante", dos Congressistas Nabor Silva Júnior e Nabor Silva Neto e as

recomendações do "Relatório" do 1º Seminário Estadual de Educação de Adultos realizado em Porto Alegre, foram aprovadas as seguintes recomendações:

1ª Favorecer o processo de aquisição e assimilação recíprocas de valores culturais, entre o imigrante e o elemento nacional.

2ª Permitir as iniciativas particulares que se destinam a preservar os valores culturais do imigrante, inclusive o próprio idioma.

3ª Na educação do imigrante, observar os requisitos indispensáveis da educação: a) descoberta dos interesses convergentes de um determinado grupo nacional do imigrante; b) a motivação deverá partir desses interesses; c) a educação pela liderança.

4ª Promover, ao imigrante, pelos meios mais indicados, a aprendizagem e o aprimoramento do aprimoramento, o conhecimento da Geografia e História do Brasil e incentivar a apreciação dos valores representativos da cultura brasileira.

5ª Recomendar ao INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) que, em relação aos imigrantes selecionados, esse ensino seja feito já por ocasião da seleção, transporte e hospedagem.

6ª A instituição de prêmios e a publicação de uma ou mais obras destinadas a situar o imigrante na comunidade regional e nacional em que ingressar, e facilitar o processo de assimilação.

7ª Que nos núcleos coloniais haja curso para os adultos, ministrado em língua nacional ou na língua que souberem falar, aumentando-se progressivamente o ensino do vernáculo.

8ª O aproveitamento do esporte, do cinema, do folclore, das tradições, etc, como elementos culturais de aproximação do imigrante ao nacional.

9ª Que o Serviço Social esteja presente ao movimento de educação do imigrante, dando-se ênfase à preparação do pessoal técnico com habilitação específica para esse trabalho educativo.

10ª Que se incentive a preparação das comunidades brasileiras para aceitação do imigrante como pessoa humana, membro novo de um grupo ao qual se deve integrar. ass.) Olavo de Virgiliis, Relator; Aurélio Chaves, Presidente.

2.9 - A educação de adultos e a recuperação dos marginais

A Comissão apreciou os trabalhos de autoria dos Senhores Congressistas Léa da Silva Rodrigues, do Distrito Federal; Irma Hilda Villela Gomes, do Maranhão; Hilda Maip, do Distrito Federal; Paulo Freire e equipe, de Pernambuco; Ester Lourdes Benetti, do Rio Grande do Sul; Acrisio de Menezes Freire, do Rio Grande do Norte; Dirce Celestino do Amaral e Alice Ivanovitz Stadziczny, do Distrito Federal.

Relatados e discutidos na Comissão, foram aprovadas as seguintes conclusões parciais:

1ª Que o planejamento de cursos de educação de adultos nas zonas onde haja agrupamento de marginais deve tomar em consideração os aspectos peculiares às mesmas.

2ª Que esses cursos não se restrinjam à alfabetização, pois que suas finalidades ultrapassam os objetivos imediatos de ler e escrever.

3ª Que os programas visem à formação moral, intelectual, profissional e social dos educandos.

4ª Que os programas de educação de adultos incluam também a preparação para a vida familiar tanto do homem quanto da mulher.

5ª Que não se pode descurar do desenvolvimento físico do educando.

6ª Que se deve dar assistência religiosa ao aluno.

7ª Que sejam organizadas associações e instituições efetivamente exercidas pelos alunos.

8ª Que os alunos devem participar da elaboração de planos de trabalho.

9ª Que haja seleção de professores, os quais não devem ser alheios ao meio.

10ª Que os professores e o pessoal administrativo devem estar em constante aperfeiçoamento.

11ª Que se organizem Centros de Estudos entre os professores.

12ª Que as agências sociais locais sejam mobilizadas para o trabalho de educação dos marginais.

13ª Que deve existir em cada escola um corpo de técnicos, que operem em equipe, garantindo ao educando bem-estar e adaptação social (equipe médico-social, clínicas de conduta e orientação educacional e profissional).

14ª Que o Serviço de Educação de Adultos inclua no seu programa de ação atividades de orientação educacional para presidiários.

C - Terceira Comissão
A educação de adultos e seus problemas de organização e administração

Os problemas de administração na educação de adultos

A Comissão de Educação de Adultos e seus problemas de organização e administração aprovou em plenário as seguintes

Recomendações

3.1 - Os serviços de administração da educação de adultos.

1ª Proposta - Recomenda que a Campanha de Educação de Adultos seja orientada por órgãos colegiados desde o plano nacional até o plano distrital.

2ª Proposta - Recomenda que a interferência dos órgãos oficiais de administração seja feita em forma de assistência técnica, administrativa e de manutenção de serviços.

3ª Proposta - Recomenda que todos os órgãos de administração pública de todas as naturezas e graus deem colaboração as comissões nacionais, estaduais e municipais de Educação de Adultos.

4ª Proposta - Recomenda que estas comissões possam celebrar convênio com entidades públicas e particulares para a consecução de seus objetivos.

5ª Proposta - Recomenda que se amplie o recrutamento do voluntariado de preferência entre pessoas já ligadas aos problemas educacionais e correlatos.

6ª Proposta - Recomenda que os problemas de transporte devam ser objeto de decisão especial, principalmente nas zonas de pouca densidade demográfica para garantia de melhor administração da Campanha.

7ª Proposta - Recomenda que na constituição das comissões locais de orientação da Campanha sejam aproveitadas as pessoas que possuam condições naturais de liderança na comunidade.

8ª Proposta - Recomenda que se dê especial atenção ao movimento de propaganda como veículo de penetração da Campanha em todas as camadas sociais.

9ª Proposta - Recomenda que a Campanha de atenção ao problema de inspeção das atividades da Campanha reservando verbas especiais para esse fim.

10ª Proposta - Recomenda que no planejamento da Campanha sejam lançados os *Centros de Comunidade* como forma de realização da Campanha de Educação de Adultos.

11ª Proposta - Recomenda que estes Centros sejam lançados em caráter experimental com ampla flexibilidade e adaptação às condições locais.

12ª Proposta - Recomenda que haja maior contato entre os elementos que realizam a Campanha para troca de experiências e divulgação de resultados.

13ª Proposta - Recomenda que os órgãos do Ministério deem assistência mais ampla e direta aos Serviços de Educação de Adultos Regionais.

Estas recomendações foram aprovadas pelo plenário da Comissão mediante o exame das teses dos seguintes autores:

"Entrosamento da Campanha de Educação de Adultos com o Estado", de Pedro Louis Pela. "Educação de Adultos e seus problemas de organização (Os Centros e Cursos de Educação de Adultos)", de Maria da Conceição Ferreira. "Anteprojeto de reestruturação de cargos e funções", de Lourival Pinto Souza. "Cartas do Sertão Carioca", de Eloy Barreto. "Dinamizar a administração para funcionalização da cultura", de Pedro Guimarães Pinto. "Coordenação dos esforços públicos e particulares na organização da Campanha de Alfabetização de Adultos", de Lauro de Oliveira Lima. "Educação de adultos e seus problemas de organização e administração", de Noemio Spada."O Serviço de administração de educação de adultos no Estado de Pernambuco", de Merval Jurema. "Organização e administração do ensino supletivo", de José Pereira Eboli. "Comissões municipais de educação de adultos", de Alberto Rovai."Os serviços de administração de educação de adultos", de Guiomar Xavier de Almeida Andrade.

Sala das Sessões, 11 de julho de 1958.
Lauro de Oliveira Lima, Relator.

Emendas aditivas

O Plenário aprovou, ainda, as seguintes emendas aditivas ao Relatório da Comissão nº 3:

1ª. Que este Congresso sugira ao Ministério da Educação e Cultura, tendo em vista o maior aproveitamento dos recursos e melhor distribuição de atividades, busque um sistema que permita melhor articulação entre os diversos Serviços e Campanhas, nacionais e regionais que tratam da Educação de Adultos, inclusive a fusão das Campanhas de Educação de Adolescentes e Adultos e de Educação Rural do mesmo Ministério.

2ª. Que o Serviço de Educação de Adultos do D.N.E. discipline a organização das Comissões Municipais de acordo com as seguintes diretrizes:

1 - As autoridades escolares incrementarão a organização das Comissões Municipais de Educação de Adultos.

2- Cada Comissão Municipal de Educação de Adultos deverá ser integrada por elementos representativos de todas as camadas da população.

3- Dois órgãos são essenciais na constituição da Comissão Municipal de Educação de Adultos: a) uma Diretoria; b) um Conselho Consultivo.

4- São as seguintes as atribuições precípuas da Comissão Municipal de Educação de Adultos:

a) fazer a propaganda da Campanha Nacional de Educação de Adultos, utilizando-se de todos os meios idôneos, como a imprensa, o rádio, serviço de alto-falante, cartazes, boletins; palestras, na cidade e nos bairros rurais, em sedes de associações culturais, religiosas, profissionais, esportivas; postais com vistas interessantes do Município trazendo no verso frases alusivas à Campanha; fornecimento aos jornais da capital, através de seus correspondentes locais, de informações sobre todos os aspectos do desenvolvimento da Campanha, etc.;

b) colaborar com as autoridades escolares no recenseamento e matrícula dos alunos na zona urbana, suburbana e rural;

c) zelar pela frequência escolar, com visitas periódicas aos cursos, durante as quais poderão ser feitas breves preleções estimuladoras; visitas domiciliares aos alunos infrequentes para indagação das causas das faltas, procurando eliminá-las; instituição de prêmios de assiduidade, aproveitamento, etc.;

d) dar assistência aos cursos e aos alunos individualmente, conseguindo professores voluntários, patronos, salas para aula, material escolar, lampiões, etc.;

e) promover a integração social dos alunos "marginais", organizando festas com o seu comparecimento e o de suas famílias; realizando sessões especiais para lições de educação sanitária, educação cívica, econômica e educação religiosa, etc.;

f) evitar e combater, por todas as formas, influências político-partidárias ou quaisquer outras correntes de opinião que possam comprometer o êxito da Campanha Nacional de Educação de Adultos.

5-Para o desempenho de suas atribuições Comissão Municipal de Educação de Adultos poderá instituir "serviços auxiliares" que se encarreguem de atividades especializadas, à medida que estas forem surgindo, como, por exemplo, o Comitê de Propaganda, a Equipe de Visitadores Domiciliares, o Setor de Assistência Social, etc.

3ª. Recomendação aos Prefeitos Municipais para imediata criação dos Centros de Alfabetização de Adultos de modo a irradiar as diretrizes deste Congresso por todos os recantos onde haja maiores massas de analfabetos.

4ª. Que seja recomendado aos industriais e proprietários agrícolas, que tenham mais de cem empregados, a instalação de escolas de acordo com o artigo 168, item III da Constituição Federal.

3.3 - O pessoal docente para a educação de adultos

Os trabalhos apresentados abordaram, entre outros, três aspectos principais: formação, seleção e orientação de professores.

O assunto mais focalizado é o da formação do professor para o aluno adulto de nível primário.

É opinião geral dos autores das teses e da Comissão que, para conseguirmos atingir os reais objetivos da educação do adulto, torna-se imprescindível a formação adequada do professor, pois é ele quem atua diretamente sobre o aluno.

Além desse aspecto, temos o da satisfação das necessidades do aluno adulto. O aluno adulto que se dirige a uma escola, de modo geral o faz na esperança de adquirir conhecimentos que o auxiliem a melhor resolver os problemas quotidianos. O aluno adulto de nível primário em sua maioria não procura a escola porque a família o exija ou em busca de um título; ele a procura, como já disse, porque deseja adquirir conhecimentos e, não encontrando na escola satisfação de seus interesses, não raras vezes abandona. Assim sendo, somos de entender que somente com um corpo de professores que reúna as condições mínimas indispensáveis a um bom professor para o aluno adulto, ou seja vocação, formação psicopedagógica especializada e conhecimento da disciplina a ministrar, estaremos habilitados a atingir os reais objetivos da educação de adultos. Sem uma formação especializada, com conhecimento dos choques emocionais, recalques normais e outras reações generalizadas ou específicas da personalidade do aluno adulto de nível primário, torna-se difícil a tarefa do professor e, em consequência, difícil se torna atingir o objetivo visado.

Uma vez firmado o ponto de vista da necessidade imprescindível da formação recomendada, precisamos selecionar os candidatos a professores do aluno adulto.

Somos de opinião que a seleção do professor deve ser feita com rigor científico, com exame dos aspectos tanto de personalidade como de conhecimentos gerais e específicos de Psicologia e Didática

Especial, indispensáveis ao desejado desempenho de suas funções.

Naturalmente essa seleção só pode ser feita quando a localidade conta com meios materiais e pessoal especializado para realiza-lo.

Na falta de elementos para realização da seleção ideal, convém que a mesma seja feita o mais aproximadamente possível das normas prescritas.

Além desses aspectos, o da formação e seleção do professor, temos outros de igual importância que atuam sobre o pessoal docente, tais como:

a) a assistência técnica ao professor, dando oportunidade de atualização de conhecimentos no que diz respeito às modernas técnicas de ensino e de orientação educacional, bem como de instruí-lo quanto à elaboração de planos gerais de atividades ou especiais, de aula;

b) o fornecimento de meios materiais;

c) a organização do sistema, especificando diretrizes gerais e particulares, atendendo às necessidades e deficiências locais;

d) o registro da atuação do professor, para estímulo aos que se desempenham a contento e esclarecimentos oportunos aos que não tenham atingido o objetivo visado;

e). remuneração condigna ao valor e desempenho das funções do professor de adultos, para possibilitar o recrutamento desejado entre elementos capazes, em como contribuir para a justa retribuição do seu trabalho.

Da boa organização de meios e de pessoal adequado, depende o bom êxito de qualquer empreendimento.

Concluindo, a Comissão faz a seguinte

Recomendação

1. Aos órgãos oficiais federais juntamente com os governos estaduais, municipais e instituições particulares:
a) planificar e promover a realização de modo direto e indireto (através do rádio, cinema, imprensa) de cursos intensivos, palestras, conferências, bem como a distribuição de publicações, de indicações bibliográficas, que visem à formação do professor e à atualização de conhecimentos do professor em exercício.
b) especial atenção no que se refere à seleção e remuneração condigna de professores, visando à qualidade daquele que vai contribuir no combate ao analfabetismo no Brasil, à integração do analfabeto e do marginal na sociedade e à consequente elevação cultural e social da nossa Pátria;
c) rever a organização administrativa do ensino de adulto de nível primário, visando ao professor e à sua atuação;
d) planificar e promover cursos de qualquer natureza, em caráter de emergência, visando a formar ou esclarecer pessoal para orientação do professor de aluno adulto;
e) promover a orientação técnica dos professores de adultos de nível primário;
f) incluir nos cursos de formação pedagógica do professorado primário a Cadeira de Psicologia do Adolescente e do Adulto, bem como a Metodologia Especial de Alfabetização de Adultos.

2. Aos poderes competentes que, ao admitirem o professor para adultos, tenham em vista tão somente os seus méritos comprovados e as centenas de adolescentes e adultos que, esperançosos, aguardam desse professor a orientação para a solução de seus problemas socioculturais.

Sala das Sessões, 15 de julho de 1958.
Lauro de Oliveira Lima, Relator.

Emenda aditiva

1. Recomenda às Faculdades de Filosofia, que incluam no Curso de Didática estudos referentes aos métodos, processos e técnicas de educação de adolescentes e adultos, visando à preparação específica de pessoal docente e técnico para o ensino supletivo.

2. Recomenda às autoridades competentes, a criação de Cursos de Métodos e Processos adequados à Educação de Adultos nas Escolas Normais e Institutos de formação de magistério de nível primário.

3.4 - O prédio e o aparelhamento escolar na educação de adultos

Sobre o tema "Prédio e aparelhamento escolar" foram retiradas das teses apresentadas, tendo sido aprovadas no Plenário da Comissão as seguintes

Recomendações

1ª. Recomenda que a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos reduza o número mínimo de candidatos exigidos para o funcionamento dos cursos a fim de aproveitar melhor as instalações que possam ser obtidas.

2ª. Recomenda que é imprescindível e inadiável a aquisição de terrenos para construções escolares por compra, doação ou apropriação por utilidade pública.

3ª. Recomenda que nos loteamentos e nas construções feitas pelos Institutos e Caixas, sejam obrigatoriamente reservadas áreas para a construção de prédios escolares.

4ª. Recomenda que no planejamento da aplicação dos recursos da CEA seja reservada verba específica para construção escolar.

5ª. Recomenda que sejam elaborados planos de construção de prédios escolares pré-fabricados, com paredes desmontáveis ou removíveis como já se usam em alguns Estados da Federação e em vários países, em caráter de emergência.

6ª. Recomenda que as Prefeituras Municipais não aprovem planos de loteamento de que não conste área reservada para prédio escolar.

7ª. Recomenda que as instalações dos prédios escolares sejam planejadas prevendo-se sua utilização também por adultos.

8ª. Recomenda o aproveitamento máximo dos atuais prédios escolares para a educação de adultos, adaptando-os às condições peculiares a este tipo de educação.

9ª. Recomenda que seja estudada a situação do pessoal administrativo que zela pela manutenção e conservação dos prédios escolares.

10ª. Recomenda que se planeje o material mínimo indispensável à instalação dos cursos de educação de adultos. Foram estudados pela Comissão as seguintes teses e trabalhos:

"Contribuição do Centro de Pesquisas educacionais do Rio Grande do Sul" e "O prédio e o aparelhamento escolar na educação de adultos", de Dirceu

Ferreira da Silva. "O prédio e o aparelhamento escolar na educação de adultos", de Antônio Augusto Fernandes Ribeiro. "Os problemas da frequência e do rendimento escolar na educação de adultos", de Duverlina Santos.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1958.
Lauro de Oliveira Lima, relator.

3.5 Articulação dos serviços de educação de adultos, federais, estaduais e municipais; entrosamento desses serviços com as organizações particulares

A 3ª Comissão, alicerçada nos princípios e conclusões constantes das teses dos Srs. Roberto Barbosa Silva, do D. Federal; Euclides Cremonesi, de S. Paulo, e Samuel Farjoum, do D. Federal, teve aprovada pelo Plenário as seguintes recomendações:

1ª. Entendimentos com os Srs. Diretores da A.B.I., no sentido de ser evitado o sensacionalismo na publicidade de fatos relacionados com as atividades policiais (crimes, suicídios, etc.);

2ª. Seja pedido um maior rigor na feitura dos noticiários para entrosá-los com as necessidades intelectuais, facilitando, assim, a educação de adultos;

3ª. Maior entrosamento dos órgãos responsáveis pela manutenção da rede escolar e dos serviços administrativos da Campanha de Educação de Adultos, objetivando a plena consecução de suas finalidades;

4ª. Que a União intensifique a ajuda financeira aos Estados, a fim de que sejam superadas as atuais dificuldades.

Reconhecendo que é indispensável integrar os esforços de indivíduos, grupos e organismos particulares e de todos os serviços e agências federais, estaduais e municipais de educação para que, entrosados, seja possível alcançar os objetivos próprios da educação de adultos no Brasil, a 3.ª Comissão, ainda, recomenda:

1º que se proceda, a um estudo detalhado com urgência, dos objetivos e funções de cada uma dessas entidades no campo da educação de adultos;

2º que, como resultado desse estudo e para que o aluno adulto receba a melhor assistência educativa possível sejam determinados os limites dentro dos quais cada uma delas passará a exercer suas atividades educativas;

3º sejam fixadas as tarefas específicas de cada uma e a devida coordenação e em que aspectos há possibilidades de cooperações entre as mesmas;

4º que se dê especial atenção ao fato de o analfabetismo no grupo negro ser maior que nos outros, tendo origem social, e que, portanto, o equacionamento do problema deve ser encarado pelo ponto de vista social e não étnico;

5º que o voluntariado organizado e orientado constitui importante instrumento para a educação de adultos;

6º o restabelecimento do Setor de Relações Públicas, do S.E.A., não só no Estado de Alagoas, bem como em outros Estados da Federação;

7° que sejam instituídos prêmios anualmente destinados aos melhores trabalhos didáticos sobre Educação de Adultos.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 1958.
Lauro de Oliveira Lima, relator.

3.6 Os problemas da frequência e do rendimento escolar na educação de adultos (evasão)

Foi aprovado pelo Plenário, na sua 3ª Sessão, o relatório da 3ª Comissão, item 3.6, que é o seguinte:

1. Todos os trabalhos analisados pelas Subcomissões são acordes em que os problemas de rendimento, infrequência e evasão são o mais grave empecilho na educação de adultos.
2. Não tem sido difícil o contacto inicial e não é pequena a receptividade que se encontra no início. Sente-se que todos desejam participar quando o problema de educação é apresentado como uma contribuição para a melhoria das condições sociais.
3. Contudo, no desenvolvimento das atividades programadas, desde cedo, percebe-se o desânimo que provocam a infrequência, a falta de rendimento e a evasão.
4. São apontadas inumeráveis causas para o fenômeno. Certas causas são analisadas nas teses dentro do seguinte esquema:
   A- causas internas ou pessoais
   B- causas externas ou do meio

Respigando as teses, fazemos uma enumeração que poderá ser completada por um estudo mais minucioso:

a) péssimas condições materiais dos locais onde funcionavam as classes;
b) imaturidade e falta de experiência das pessoas encarregadas dos cursos e Campanhas;
c) formalismo intelectualista dos programas propostos, sem consonância com as necessidades básicas do grupo em que atua a Campanha;
d) caráter puramente "alfabetizador" das atividades dos cursos;
e) muralha intransponível entre as atividades de classe e os problemas da vida dos alunos;
f) tendência para adotar com adultos as técnicas de aprendizagem típica da infância escolarizada;
g) horários em desacordo com a atividade profissional dos alunos;
h) falta de uma pesquisa social prévia no meio e de uma sondagem inicial no grupo para determinar as condições daquele e as aspirações destes;
i) adoção dos métodos de promoção comuns nas escolas formais que levam a uma repetência incompatível com o caráter informal da educação de adultos;
j) excesso de alunos na organização dos grupos de trabalho;
l) dificuldades pessoais dos alunos como: problemas de transporte (localização dos cursos),doenças pessoais ou sua família (sem assistência),dificuldades financeiras e econômicas, desajustamento familiar e profissional, incompreensão e falta de estímulo dos empregadores, fadiga profissional provocada pelas condições anti-higiênicas do trabalho e excesso de horas de atividades, insuficiência alimentar qualitativa e quantitativa, diversões de caráter antissocial (os vícios como o alcoolismo),êxodo e as migrações, localização do indivíduo em grupos que não correspondam à sua posição psicossocial, etc.

5. São apontadas as seguintes providências para eliminar a infrequência e aumentar o rendimento:

a) sondagem inicial do meio social em que atuar a Campanha de Educação de Adultos;
b) sondagem inicial do nível cultural do grupo;
c) propaganda geral que atinja todos os grupos, principalmente, às empresas empregadoras como valorização social da educação de adultos;
d) utilização do cinema, dos cursos populares, da recreação coletiva, instituições assistenciais, bibliotecas como meio de atração e fixação permanente do interesse pela educação de adultos;
e) estabelecer condições mínimas de higiene escolar;
f) ampliação dos objetivos educacionais dos cursos, envolvendo os problemas vitais de melhoria das condições gerais de vida e de cultura geral e profissional;
g) limitação rigorosa da extensão numérica dos grupos;
h) instituição de prémios e regalias especiais como incentivo ao rendimento;
i) distribuição gratuita do material escolar básico;
j) utilização intensa de recursos áudio--visuais na aprendizagem;
l) utilização dos processos e técnicas apropriadas aos adultos;

m) incentivos de atividades socioculturais nos grupos (teatros, clubes, centros, agremiações);
n) contato do grupo dirigente com os grupos sociais a que pertençam os alunos;
o) estudo social dos casos que aparecerem nos grupos e sua solução dentro dos recursos existentes no meio;
p) modificação dos critérios de verificação do rendimento, tendo em vista antes a integração social que os aspectos puramente intelectuais do aproveitamento, de acordo com as condições do meio;
q) recuperação e aperfeiçoamento contínuo do professorado através de curso de revisão;
r) programas com conteúdo mais rico e que envolvam os problemas básicos de sobrevivência e melhoria social;
s) amplo contacto dos cursos com as formas de existência social do meio;
t) atuação dos cursos de adultos dentro do próprio meio em que trabalha o aluno.

Estas conclusões foram tiradas das seguintes teses:

"Os problemas da frequência e do rendimento escolar na educação de adultos", de Duverlina Santos; "Os problemas da frequência e do rendimento escolar na educação de adultos", de Thereza Nicolas; "Desajustamento à vida escolar-uma das causas do índice de baixa frequência", de Romeu Barbosa Jobim; "Causas do declínio da frequência escolar", de Luiz de Carvalho Barcellos; "Os problemas da frequência e do rendimento escolar na educação de adultos", de Jocília Pinheiro Guimarães; "Problemas da evasão escolar no C.P.S.", de Wilson Lisboa Marques; "Os problemas da frequência e do rendimento escolar na educação de adultos", de Raimundo Nonato; "Os problemas da frequência e do rendimento escolar na educação de adultos", de Orlando Cândido Machado; "Os problemas da frequência e do rendimento escolar na educação de adultos", de Constantino Fanini e Anízia Madalena Jacomel; "Os problemas da frequência", de Álvaro Valle; "A educação do trabalhador (adulto) no Departamento Regional do SESI do Rio Grande do Sul", do Departamento Regional do SESI; "A educação de adultos no Distrito Federal", de Dolores Soares Enéas; "Observações sobre a baixa frequência e a evasão do escolar adulto", de Yolanda Cuellar de Oliveira; "Os problemas da frequência e do rendimento escolar na educação de adultos", de Agliberto de Castro; "Os problemas da frequência e do rendimento escolar", do Professor do "Sítio dos Machados"; "Problemas do ensino supletivo do Distrito Federal", de Lourdes Alagão de Miranda Rosa; "Os problemas de frequência e do rendimento escolar na educação de adultos", de Raimunda Alves de Campos.

Sala das Reuniões, 14 de julho de 1958.
Lauro de Oliveira Lima, relator geral.

D - Quarta Comissão

4.1- 4.3 - 4.6 - A adequação dos programas, métodos e processos as peculiaridades do aluno adulto - a orientação didática nos diversos graus de ensino para adultos - o

papel das missões culturais, dos museus, do teatro e das bibliotecas na educação de adultos

Abrange este Relatório quanto foi estudado nas seguintes teses que, à Comissão, foram apresentadas:

"Sentido e técnica das missões culturais", de Agostinho da Silva; "Os métodos e processos na educação de adultos Técnica de Alfabetização", de Maria Eulália de Moraes Rola; "Técnica de alfabetização de adultos", de Ernestina Ferreira Ramos; "Métodos e processos na educação de adultos", de Lícia Maria de Lima; "Educação de adultos como função real", de Sílvio de Macedo; "O problema da educação na rede Ferroviária do Distrito Federal S.A.", da Rede Ferroviária; "Métodos, técnicas e meios de educação sanitária de adultos", de Nilo Bastos e Jerome Grossman; "Relatório do Serviço de Educação e Orientação Social", do SESI de Minas Gerais; "A recreação física na escola de educação de adultos", de Jacinto Targa e Odila Dinorá de Alagão Cândido;

"Fatores de retardamento na fixação de aprendizagem", de Mário E. Álvaro; "A adequação dos programas, métodos e processos às peculiaridades do aluno adulto", de Notburga Reckziegel; "O Serviço de administração e educação de adultos", de Adolfina Mota; "Considerações em torno da frequência do aluno adulto", de Dulcie Kanitz Vicente Vianna; "Ortografia. Racional Brasileira", de W. Soares; "A educação de adultos e a difusão cultural através da recreação", de Hugo Muxfeldt; "Questionário apresentado ao corpo docente do curso primário supletivo da Escola Presidente José Linhares", de Rosalina Calmon dos Santos; "Sugestões apresentadas ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos", de Novir Sebastião dos Santos Barbosa.

Do estudo e debate do quanto foi examinado no conteúdo dos trabalhos recebidos e antes relacionados, a 4ª Comissão oferece ao exame do Plenário as seguintes

Recomendações

1ª. Ao Governo Federal bem como a entidades autárquicas ou particulares seja recomendado a criação de Serviço Médico, Serviço de Recreação e Desportos, Serviço Social e Serviço de Orientação Educacional para atender aos problemas dos alunos adultos.

2ª. Recomenda-se aos poderes competentes a tomada de medidas que tornem possível a obrigatoriedade do exame médico, quando do ingresso nos cursos de educação de adultos.

3ª. Recomenda-se a todos os Serviços de Educação de Adolescentes e Adultos e outros órgãos vinculados aos mesmos, que os educandários a eles subordinados envidem esforços no sentido de proporcionar aos estudantes atividades recreativas sadias, agradáveis e interessantes, de sua livre escolha, em dias diferentes aos destinados às disciplinas curriculares sob a orientação de recreacionistas especializados em atividades físico-recreativas, artes manuais e atividades artísticas de interesse do educando-a fim de que a escola se constitua de fato em um centro cultural da comunidade onde seus elementos possam bem ocupar suas horas de lazer.

4ª. Que seja ressaltada a necessidade de maior entrosamento entre os trabalhos do médico e os do professor na obra educacional de adultos.

5ª. Que seja também ressaltada a necessidade de o professor, nos cursos de adultos, considerar a diferenciação entre os alunos desses cursos, sob os aspectos biopsicológicos.

6ª. Que se recomende façam os órgãos competentes estudos objetivos sobre a composição das turmas no ensino supletivo e que esses estudos sirvam de fundamento à elaboração de programas, métodos e processos de ensino.

7ª. Recomenda-se seja destinada maior dotação do Fundo Nacional de Ensino Primário, aos Estados e Municípios, na proporção de alunos adultos, oriundos de outros Estados da Federação, efetivamente atendidos.

Sala das Sessões, 15 de julho de 1958.
Daisy Araújo Rêys, relatora

4.2-Técnicas de alfabetização de adultos

Resumindo os estudos e debates que se fizeram e se travaram a respeito do item 4.2 do Temário, como Relatora Geral da Comissão, passo a expor o que, sobre o assunto *Técnicas de Alfabetização de Adultos*, foi estudado, com base nos seguintes trabalhos endereçados à Comissão:

"A educação de adultos e a difusão cultural", de Sérgio Meira Coelho; "Cartilha para adultos", de Jocilia Pinheiro Guimarães; "Cartilha modelo", de Luciano Lopes; "Cartilha do professor para o ensino audiovisual", de Felipe de Souza Miranda; "Método de alfabetização", de Odete Manhães Costa Vaz; "Métodos, processos e técnicas do ensino de adultos - metodologia da linguagem", de Márcia de Almeida Vargas; "Métodos e processos do ensino da leitura e da escrita", de Leodegário Amarante de Azevedo Filho.

Depois de minucioso estudo dos trabalhos e de ampla e cordial troca de ideias sobre os assuntos neles versados, inclusive exposição pelos próprios autores, tanto das cartilhas como das teses apresentadas, pareceu-nos que quando se estudou e se debateu pode ser resumido nos seguintes pontos:

a) Serviriam os métodos de alfabetização da criança à alfabetização de adultos?

b) Esses métodos seriam os chamados da sentenciação ou palavração (globais ou analíticos) ou os da silabação ou soletração (sintéticos)?

c) Deveríamos apelar para outros processos da chamada Pedagogia Moderna, no setor da Didática, aproveitando as suas diretrizes a respeito dos métodos de ensino da leitura e da escrita, ou, finalmente,

d) Deveria a Comissão propor ao Plenário a realização de experiências didáticas sobre métodos e processos de ensino da leitura nos cursos de adultos, a fim de que fossem colhidos dados reais e concretos sobre a excelência e vantagem deste ou daquele método?

Não pretendeu a 4ª Comissão, nesta parte de seu trabalho, doutrinar a respeito do assunto metodológico, perfilhando este ou aquele processo de ensino e se decidindo por esta ou aquela orientação didática, com respeito à técnica de alfabetização. Pareceu a essa Comissão restringir o campo de um tema, aliás controvertido, qual seja a escolha de processos sintéticos ou analíticos ou métodos da palavração ou sentenciarão na alfabetização de adolescentes e adultos. Propõe por isso pesquisa a respeito.

A investigação pedagógica e didática nesse terreno, através de experiências planejadas e controladas por órgãos técnicos do Ministério da Educação e Cultura ou de

órgãos estaduais no campo da educação de adultos, é que poderá ditar a excelência de um ou de outro método no ensino da leitura e da escrita, visto que até o presente momento, segundo nos parece, não houve qualquer estudo a esse respeito ou, se houve, está ele em andamento e sem a devida divulgação.

Foi nesse sentido mesmo, que a distinta participante da 4ª Comissão Profª Dulcie Kanitz Vicente Viana, chefe do Setor de Orientação Pedagógica, do Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos, do MEC, comunicou ao Plenário da mesma, no decorrer dos estudos e debates, que havia uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, no sentido de proporcionar ao professor leigo voluntário a necessária orientação didática para o ensino da leitura, orientação ajustada ao tipo, ao sexo e à condição regional do aluno e que sobre isso havia manuais e guias em impressão.

Esse trabalho, ainda em vias de publicação, segundo a referida professora, poderá servir exatamente, segundo pretendemos, como elemento de investigação sugerida na procura de razões práticas, sociais, pedagógicas e metodológicas que aconselham o emprego deste ou daquele processo na alfabetização de adultos.

Propõe, a Comissão ainda no mesmo assunto, que as cartilhas, também objeto de estudo, sejam experimentadas na alfabetização em apreço, para que demonstrem o seu valor como instrumento ou as suas desvantagens.

A 4ª Comissão, ainda sugere seja criado um Serviço de Orientação Educacional para o ensino de adultos.

Sala das Sessões, 12 de julho de 1958.

Ruth Ivoty Torres da Silva, relatora

4.4 - O livro didático e o material de leitura complementar

A Comissão, no presente Relatório, apresentará as conclusões pertinentes ao subtema 4.4 que trata de "O livro didático e o material de leitura complementar".

O presente relato fundamenta-se nas conclusões a que chegaram as subcomissões de estudo, sobre os seguintes trabalhos: "Incentivo à criação de jornais escolares", de Nessim Haim Antabi; "A leitura suplementar na educação de adolescentes e adultos e a revista Cacique", de Ruth Ivoty Tôrres da Silva e Nancy Mariante; "Meu depoimento sobre educação de adultos", de Hélvio Perorázio Tavares.

Após interessado estudo e debate no Plenário da 4ª Comissão, foram as seguintes as conclusões a que chegou o grupo:

1ª - O material empregado no ensino supletivo é, de modo geral, insuficiente e pouco adequado, muitas vezes tratado de maneira infantil.

2ª - Há necessidade da utilização dos recursos audiovisuais na educação de adultos.

3ª - Impõe-se o incentivo, nos cursos de educação de adolescentes e adultos, de material suplementar variado, entre o qual citam-se:

a) mais ampla difusão do jornal "Para Todos", da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, do Ministério da Educação e Cultura;

b) criação de jornais de classe, com a participação dos próprios alunos;

c) aceitação, pelo órgão competente da proposta apresentada pela Revista "Cacique", da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, no sentido

do aproveitamento da citada publicação, como uma das formas de leitura suplementar, nos cursos de educação de adolescentes e adultos.

Sala das Sessões,14 de julho de 1958.
Ruth Ivoty Torres da Silva, relatora.

Proposição

O Plenário aprovou a seguinte proposição aditiva ao Relatório sobre o tema 4.4:

"O II Congresso Nacional de Educação de Adultos recomenda aos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que observem a conveniência de ser elaborada uma lei que proíba sejam ostentados ao público anúncios, letreiros, legendas, etc., que estejam gramatical e ortograficamente incorretos, sob pena de multa que reverterá em benefício do ensino de adultos".

4.5- O cinema, o rádio, a televisão e outros recursos audiovisuais na educação de adultos

O estudo do tema em apreço, fundamentou-se no exame dos seguintes trabalhos: "Educação popular", de Benjamin do Lago; "A era da educação pelo rádio", de Laurindo Rauber; "O cinema, o rádio, a televisão e outros recursos audiovisuais na educação de adultos", de Edneusa Xavier Barros. "O cinema, o rádio e a televisão na educação de adultos", de Maria da Graça de Lima e Melo e Maria Izabel de Oliveira Rocha; "Os programas, métodos e processos da educação de adultos", de Brasilio da Franca Costa e outros; "O rádio na educação de adultos", de Geraldo Mendes Monteiro; "Escola radiofônica para educação popular", de João Ribas da Costa; "Sistematização audiovisual mecânica para alfabetização de indivíduos infantis, juvenis e adultos", de A.Seixas Netto; "Como podemos extinguir o analfabetismo no Brasil", de D. João Cavati.

Conclusões

1ª) que o Ministério da Educação e Cultura, através de um órgão técnico, reúna e discipline as experiências feitas no setor, assim como as sugestões aproveitáveis, para um emprego racional dos processos audiovisuais na educação de adultos;
2ª) que seja difundida a "Cartilha do Professor para o ensino audiovisual", em vista da facilidade de seu emprego e baixo custo;
3ª) que haja ampla disseminação do SIRENA (Serviço Radioeducativo Nacional), por todos os meios possíveis, em todo o território nacional, visto ser um organismo oficial e em pleno funcionamento em algumas regiões do País;
4ª) que se realize o desencadeamento de uma campanha nacional, pela imprensa e outros órgãos de opinião, com o objetivo de despertar a consciência nacional para a extinção do analfabetismo no Brasil.

Sala das Sessões,14 de julho de 1958.
Ruth Ivoty Torres da Silva, relatora.

Emendas aditivas

São as seguintes as emendas aditivas ao tema 4.5 aprovadas pelo Plenário:

1ª) encarecer ao governo a necessidade de, nas concessões de rádio e difusão, fazer incluir a obrigatoriedade de realização de programas educativos, em horários noturnos e diurnos;

2ª) recomendar o entrosamento das atividades da Campanha Nacional de Educação Rural e da Campanha de Adolescentes e Adultos, para a extensão dos serviços audiovisuais aos trabalhos das duas Campanhas.

Comissão Organizadora do Congresso: Armando Hildebrand, Ruy Bessone Pinto Correa, Murillo Almeida dos Reis, Heli Menegale, Mario Paulo de Brito, Joaquim Faria Góes Filho.

Conferência do Professor Lourenço Filho

O Professor Lourenço Filho, um dos mais eminentes educadores brasileiros, teve destacada atua-se no Congresso. Na Conferência que, a seguir, publicamos na íntegra, ele sugere a criação da "Associação Brasileira de Educação de Adultos", instituição livro que "seria como a prolongação do Congresso, ou a vibração permanente de seus dicais na pregação e nos estudos técnicos da questão; cria depois a difusão desses mesmos ideais por todo o país".

A proposta foi aprovada com entusiasmo pelo Plenário, tornando-se, assim, a ideia da novel Associação um dos mais importantes resultados do Congresso.

"Muito me honra o convite que me faz a Comissão Organizadora deste Congresso, para que debata convosco problemas gerais da educação de adultos. Muito pouco ou nada educação certo, a dizer de novo sobre tais problemas busque, com elevação de espírito, aqui os examinais, em seus fundamentos e realizações práticas. Não obstante, devo agradecer-vos esta oportunidade de volver a velhas cogitações do meu espírito e às preocupações dos últimos anos em que exerci funções de administração escolar. Como não desconheceis, foi nesse tempo organizada uma campanha de ensino supletivo, que ainda perdura, e a qual, de caso pensado, se deu o título de Campanha de Educação de Adultos. Depois, penso que devo conferir convosco ideias e impressões, num debate franco e cordial, sobre erros e acertos, projetos e aspirações, desse já alongado trabalho do Ministério da Educação, de serviços estaduais e entidades privadas, que a matéria se tem devotado.

Tenho assim a impressão de que não início convosco uma conversa; mas, a de que a estou reatando. A cada passo, terei mesmo que conter-me para que não dirija ao ilustre auditório expressões como estas: "Como já vos afirmei" ou "Como dantes já vos dizia"...Desculpai-me se assim for levado a fazer, uma que outra vez, pois na idade provecta, o espirito se compraz em voltar ao passado, numa tentativa de explicar e de explicar-se. Ademais, não posso deixar de reconhecer entre os presentes, fisionomias familiares de companheiros daquela jornada que, na luta de educar adultos, já agora podem ser considerados como os da "velha guarda".

Eu disse "educar adultos". Há nesse objeto, no entanto, mais do que verbalmente aparece expresso. Quando educamos adultos, fazemos mais que isso. Um dos lemas da campanha do Ministério, que talvez aqui tenhais recordado, era este: "É ainda por amor das crianças que devemos educar os adultos". Essa forma de dizer talvez fosse nova nas palavras; mas a ideia, essa, era antiquada. Com outros termos, há mais de vinte séculos, Platão dissera o mesmo, ao afirmar que "a educação dos jovens pressupõe a educação da cidade", isto é, a de todo o povo.

Na forma de processo social, a educação se dá como uma comunicação de ideias, técnicas, conhecimentos e aspirações, de parte das gerações maduras para as menos amadurecidas. Em consequência, não se educam as crianças senão nos modos e na medida em que os mais velhos tenham sido educados. Tal conclusão não pode ser discutida; representa uma dessas verdades sólidas e simples sobre as quais havemos de partir, para mais acuradas reflexões.

A primeira delas será comparativa a do confronto entre condições das sociedades simples e calmas do passado, e as das sociedades de hoje. Outrora, a vida coletiva só muito

lentamente mudava; em consequência, a educação poderia contentar-se em reproduzir o tipo social preexistente. Bastavam os costumes e as tradições, as velhas formas e fórmulas de conviver, de cogitar e de produzir. Isso justificava uma pedagogia autoritária, no lar, na escola, nos centros de trabalho; e justificava também que a educação em centros formais, como as escolas, apenas se destinasse a grupos privilegiados, segundo a estrutura social vigente, tida como indiscutível.

Bem sabemos que hoje já não é assim. A primeira revolução industrial, a dos fins do século XVIII, começou por mudar a vida social nos mais velhos países da Europa; a segunda, consistente em aplicar a grande tecnologia, não só aos meios de produção, mas aos transportes e à circulação das ideias, estendeu a mudança a todo o mundo, levando todos os povos a uma precipitada transformação.

Aqui, como em toda parte, agora vivemos sem calma nem tranquilidade; e, a tal ponto, que as velhas gerações estão perplexas no que devam fazer para educar os filhos. Vivemos numa época de transição, e transição, em grego, se dizia crise. Atravessamos, portanto, uma época crítica, em que velhos hábitos e técnicas têm de alterar-se, ou de ceder o passo a diferentes padrões de conduta. Não se faz necessário descrever essa rápida mudança por todos os seus aspectos, nem isso seria aqui possível. Valerá, a pena, porém, destacar três deles, dos mais diretamente relacionados com os problemas centrais deste Congresso.

O primeiro é o da transformação dos métodos, formas e objetivos do trabalho. A produção é hoje muito mais diversificada que dantes, e amanhã o será ainda mais que hoje. O trabalho assim reclama uma preparação diversa daquela contida nos velhos costumes, e, inevitavelmente também, uma preparação que facilite a velhos e moços uma readaptação a esses novos moldes de produzir. Lançai a vista pelo movimento escolar do mundo, e vereis como os sistemas de educação se tem expandido e ainda se expandem; e como a escolaridade obrigatória tende a alongar-se, alcançando já agora, não em um, mas em muitos países, a idade de 15,16 e até 18 anos, até tocar a vida adulta.

Notai depois que esse movimento é mais acentuado, sempre, nos países em que a produção mais se transforma.

A difusão da educação pública acompanha por toda a parte a industrialização. Mostram os fatos que em face dessas novas necessidades, o estado é chamado a ter maior ingerência na formação das novas gerações, precisamente porque a educação familiar, ou a dos simples costumes, não se mostra suficiente. Primeiramente, sentiu-se que seria preciso estender aquela educação formal, dantes só ministrada às classes privilegiadas, a todo o povo. A princípio, a leitura, a escrita e os rudimentos do cálculo; depois, alguma coisa se deveria acrescentar quanto às ciências e às artes; recentemente, também quanto ao trabalho, nas variadas formas e ramos do ensino médio.

Eis agora o segundo aspecto: nessas novas circunstâncias, a antiga estrutura social devia romper-se, simplesmente porque a tal movimento outro se seguia, como decorrência: o da mobilidade social no sentido vertical, ou a de uma rápida passagem de indivíduos e grupos de uns degraus da escola econômico-social para outras. Mudança social significa especialmente isso: uma ruptura dos quadros de estratificação das classes, por variação súbita da intensidade do processo de mobilidade ascendente e descendente.

Em nosso país, estamos assistindo a uma violenta mudança desse gênero. Ainda em recente estudo, o eminente Professor Robert Havighurst, do Centro de Pesquisas

Educacionais, arrola alguns dados comparativos que merecem a maior atenção. Ele aí compara as profissões da presente população adulta, indicando as que se mantiveram estáveis, as que se moveram para cima, ou para baixo, nos últimos tempos; e documenta (embora' algumas amostras de que lançou mão não sejam de todo perfeitas, como ele próprio observa) que menos de metade de nossa gente, nas idades de 30 e mais anos, mantêm-se estáveis na sua classe. A mobilidade ascendente é agora, no Brasil, consideravelmente maior que a que se observa nos Estados Unidos. Lá, é de 33%; aqui, de 40%. Como seria de esperar, nossa mobilidade descendente é menor; aqui,12%; naquele país,17%.

Esse aspecto da dinâmica social traz como consequência um terceiro. E o da variação precipitada dos quadros políticos, daqueles que detém o controle social, com a participação forçada nos negócios públicos, e na vida cívica em geral, de um número cada vez crescente de pessoas estejam elas ou não devidamente preparadas pra isso. Maior número a decidir das questões de interesse comum significará sempre, em tese, maior justiça social, e, portanto, maior progresso moral. Mas isso, em tese. Na prática, e sobretudo nos momentos de crise (quer dizer de transição rápida) assim não o será sempre, dado que as decisões, em muitos campos de interesses comuns, podem exigir soluções técnicas, muito delicadas, em que o número, por si só, não garante a excelência da decisão. Pelo contrário.

O processo de decidir em grandes grupos é sempre influenciado por fatores emocionais, perturbadores do pensamento calmo e refletido. Nem por outra razão, já há quase quarenta anos, Ortega y Gasset, num livro que ainda hoje se pode ler com proveito, fala-nos de uma "rebelião das massas", tomando a essa expressão um sentido pejorativo, porque é por esses caracteres emocionais define o que chamou o "homem da massa". Numa imagem simples, ele o retrata, dizendo que esse homem é o que, em face da escassez de pão, invade as padarias, para distrair-lhes as máquinas. Não há muito, e repetidamente, em face de dificuldades de transporte, temos visto aqui, na Capital da República, o ataque popular aos veículos para danificá-los...

Não abordemos, porém, os casos particulares. Tudo quanto vos relembrei, terá servido apenas para evidenciar que o problema da educação de adultos, terá servido apenas para evidenciar que o problema da educação de adultos não é, como ainda pensam alguns, uma invenção de pedagogos desocupados. Ela corresponde a uma grave e séria questão de nossa época, pelo que pede em recursos, e pelo que exige de reinterpretação dos quadros e valores da cultura contemporânea.

De forma esquemática, essa reinterpretação tem produzido duas filosofias sociais antagônicas. Uma delas é a do pensamento totalitário; a outra, a do pensamento democrático. Nos regimes fascistas ou outra, a outros assemelhados, procura-se influir-nos jovens e adultos por processos maciços de propaganda. O seu ponto de partida teórico é o de que, nos momentos de crise, deve caber a decisão a um grupo minoritário, que se julgue mais capacitado para debelar essa crise, cabendo-lhe o direito de impor ideias pela persuasão quando possível, ou pela força se necessário. São conhecidas as consequências desse modo de ver em relação à educação, para que tenhamos de repisá-las.

O outro pensamento parte da ideia de que será útil, e possível estender a todos, inclusive aos adultos, as oportunidades que os leve a pensar e a entender a mudança social com a readaptação de suas velhas ideias aos novos problemas. É evidente que a filosofia

educacional aqui deve ser inteiramente diversa, no que diga respeito a cada indivíduo. No primeiro caso, são os homens considerados como instrumentos para os fins entrevistos como necessários. No segundo, são os homens ou ainda mais claramente, cada homem de per si, considerados como um fim em si mesmos, razão porque será necessário respeitar-lhes a personalidade.

Os conceitos de estrutura social, mudança social e processo educacional são assim inseparáveis uns dos outros. E o fato mais característico do pensamento pedagógico de nossa época é precisamente o de que a educação, em face da mudança social, obriga a uma nova atitude em relação à educação dos adultos.

Notai que houve cuidado em lembrar-vos que a apresentação do assunto era feita apenas de maneira esquemática. Foi indicada uma tese e a sua antítese, maneira essa de pensar nem sempre retrata a realidade. Entre uma e outra, há gamas ou nuanças, cujo estudo nos desviaria do tema principal. Lembre-se, no entanto, que o próprio nome democracia tem muitas conotações; a ele, frequentemente adere um adjetivo: democracia liberal, social, econômica, igualitária, militante, ou o que mais seja. Entre umas e outras das concepções vertidas por esses títulos, há sempre maior ou menor porção de dois ingredientes substanciais: supremacia do indivíduo e livre concorrência, e supremacia do grupo, admitindo esta, diferentes coloridos, que podem partir de um socialismo de estado mitigado, até as formas extremas do regime totalitário.

Não obstante, o que a observação histórica nos mostra é que, nos países de maior tradição democrática, a preexcelência da ideia de uma livre formação individual, ou de uma formação tão livre como possível, tem prevalecido. Nesses países, antes que em outros, desenvolveram-se as realizações da educação popular; primeiramente em escolas para a infância; depois, em instituições para a juventude; e enfim, a de mais ampla e generalizadas oportunidades para a educação de adultos é um recurso, ou uma técnica de vida social, que se gerou, e que tem progredido, nos países de verdadeira vida democrática.

Ainda aqui, será preciso distinguir. Países há, de instituições políticas classificadas como democráticas (voto, expressão representativa de governo, temporariedade das funções públicas, com satisfatória preparação do povo para que ele exerça seus direitos e obrigações, e, assim, para que exista um estilo de vida realmente democrático. E países há, em que uma forma chamada democrática é instituída, isto é, produzida por um grupo guiado por elevados ideais, sem que, no entanto, um sistema orgânico, ou autônomo, tenha sido alcançado.

Queiramos, ou não, voltamos ao ponto de partida, como numa petição de princípio: para que exista democracia é preciso um povo educado; e para que se eduque o povo, será necessário que vigorem instituições democráticas, as quais, para legítima expressão, têm de apoiar-se numa população devidamente preparada para isso.

Como solver esse dilema?...

Não será ele solvido por meras considerações teóricas ou aspirações de natureza romântica. A educação do povo ou se exerce, como se exercia nos grupos estáveis e de lenta mudança no passado, pela transmissão de ideias e sentimentos das gerações mais velhas às mais novas, sem maior sentido de previsão, ou será preciso que órgãos detentores do controle social, como os do estado, da igreja, do trabalho, assumam um papel de maior compreensão em face dos graves problemas do futuro. Entre todas, porém, as instituições do estado têm maior ascendência nesse processo.

E, então, caímos em outro dilema. A difusão da educação pelo estado custa dinheiro; mas o dinheiro do estado não é senão o dinheiro arrecadado ao povo. Logo, a ação educativa do estado estará sempre na dependência da capacidade produtiva do próprio povo, ou dos recursos e da capacidade, que ele tenha, para criar a riqueza. Não há que fugir daí.

Como regra geral, os países de maior nível de educação são os que mais produzem "per capita". A educação é um processo longo e extenso, dá-se no tempo e no espaço e exige continuidade e organização, responde às exigências de série e sistema. Funda-se na capacidade de criar a riqueza de maneira estável e continua.

No período de 1952 a 1954, segundo o relatório estatístico das Nações Unidas, os Estados Unidos da América do Norte teve uma renda média, anual, por habitante, de 1.870 dólares; nós, no Brasil, nos contentamos com a de 250 dólares, ou seja, a de apenas um oitavo daquelas. No mesmo período, a Austrália produziu 950 dólares por habitante, e a Inglaterra, 850.Isso não explicará tudo, mas explica muita coisa. De fato, naquela mesma época, os Estados Unidos mantinham 31% da população entre 18 e 21 anos em suas universidades; nós apenas 1,5%. A escola secundária, levavam os norte-americanos 81% de sua população entre 14 e 17 anos; nós,12%. Na escola primária, a quota americana era de 98%; a nossa, de 62%. Faça-se o mesmo cotejo entre os vários estados do Brasil, e ter-se-á resultado similar.

Sim, isso explica alguma coisa. E tanto o explica que, ao encarar o problema da educação do mundo, como também o de outras expressões de normalidade na vida social, os especialistas dividem os povos, em dois grupos: os desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Os índices econômicos, nuns e noutros, apresentam alta correlação com os índices educacionais, e, em consequência, com os da própria estrutura social, ou os da distribuição da população pelas várias classes econômico-sociais.

A análise das razões fundamentais da distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos é complexa. Há a considerar fatores demográficos, de posição geográfica e proximidade de grandes mercados consumidores, de transporte, de natalidade diferencial. No entanto, entre todos, uma realidade toma feição dominante. É o da distribuição da mão de obra, ou da capacidade dos homens em produzir bens, poupá-los e reaplicá-los em empreendimentos produtivos.

Numa distinção que, a propósito, fazem os economistas, aí encontramos base para a consideração de importantes problemas relacionados com a educação. É a da distinção dos tipos de atividades primárias, secundárias e de serviços intermediários - ou sejam: o trabalho agrícola, de mineração e indústrias extrativas; os de manufatura e produção industrial, em geral; e os de comércio, transporte e administração, nestes incluídos os serviços públicos, de natureza não industrial.

Quando as atividades primárias se exercem na forma primitiva, empregam uma quota muito elevada de pessoas, as quais, ou só produzem para si, numa rudimentar agricultura de subsistência, ou produzem um insignificante excedente. Atentai para estes dados: enquanto, nos Estados Unidos, há apenas 14% de pessoas no campo, ocupadas em produzir alimentos, aqui no Brasil, embora tenhamos melhorado nos últimos vinte anos, ainda possuímos 66%. Isto quer dizer que, no primeiro caso, um homem do campo produz para a alimentação de seis homens da cidade, ao passo que, no Brasil, temos ainda mais de um homem do campo para alimentar um homem das cidades.

O problema assim se aclara. Começamos a compreender que o trabalho, por si só, não basta, mas que o tipo e as técnicas de produção, têm a maior importância na detenção da riqueza; e, portanto, na estrutura da vida social; e, portanto, no exercício da vida democrática; e, portanto, na possibilidade de ampliar-se a educação.

E quem produz, ou quem detém, a cada momento, a capacidade de produzir? Por concisão biológica e, mesmo, definição legal, os maiores de dezoito anos, ou os adultos. Entre os 14 e essa última idade, admite-se o trabalho do menor, como aprendiz. Logo, uma ação direta, para efeitos menos demorados e no sentido da elevação da capacidade de produzir, nos países subdesenvolvidos, terá de considerar, sem dúvida alguma, e com maior seriedade, a essas duas faixas de idade, a dos adolescentes e a dos adultos.

Isso não significa que, nos países subdesenvolvidos (e o Brasil neles, infelizmente, está incluído) não se deva dar toda a atenção à educação das crianças. Esse é um aspecto inteiramente pacífico da questão. O problema (e aqui desculpai que vos diga, "como tantas vezes tenho repetido") não está cm que se trate disto ou daquilo. Não. O problema está em tratar disto e também daquilo, quer dizer, da educação das crianças e da educação de adolescentes e adultos. Daquelas porque, não estando na idade produtiva, maior tempo delas poderá ser consumido em sua preparação, e na exercitação e desenvolvimento de suas capacidades; e, destes, porque para dar educação àquelas, precisamos de riqueza, e a riqueza só se produz com homens capazes, que hajam recebido, ao menos, educação fundamental, ou educação de base, que os torne capazes de se ajudarem a si mesmos, bem produzindo, ou produzindo mais que o necessário à sua subsistência.

Os dois aspectos tanto se solidarizam que, como não desconheceis, criou a UNESCO uma expressão comum, educação de base, para significar, nos países subdesenvolvidos, um esforço conjunto, tanto dirigido à infância, como a que alcance adolescentes e adultos, que não hajam recebido educação nas idades próprias. Afinal de contas, isto é também aquilo.

Que essa necessidade tem sido premente nestes dez anos da campanha brasileira, e que ainda continuará a sê-lo, por dilatado tempo, diz a própria manutenção de seus serviços apesar de todos os tropeços e a opinião menos esclarecida de muitos. Uma sociedade, mesmo em países subdesenvolvidos, paga pelo que recebe. Pode pagar mais do que receba, por prazo, limitado; não, porém, por mais de um decênio. Seria irrisório que vós, que estais com a tarefa nas mãos, eu vos disse que os serviços do ensino supletivo, por todo esse tempo, e por todos os recantos do país, tivessem decorrido com a mais perfeita normalidade e eficiência. Sabemos que não. Sabemos que, apesar de todos os cuidados do Ministério da Educação, dos serviços regionais e do empenho sincero de autoridades locais e de entidades abnegadas, como as da igreja, nem tudo se terá passado de maneira perfeitamente concordante com os planos, ou propósitos e os métodos desejáveis. Mas também assim se passa, infelizmente, com o ensino primário dado às crianças. Na grande média, os cursos supletivos têm sido úteis como instrumentos de educação de base, contribuindo para reajustar adolescentes e adultos que, de outra forma, ficariam ainda mais à margem das exigências atuais da vida social.

Ainda há poucos dias, a uma ilustre comissão deste Congresso, que me deu a honra de visitar, tive ocasião de mostrar como exemplo, entre outros, um relatório firmado pelo esclarecido professor Altenfelder Silva, da Escola de Sociologia e Política, de S. Paulo, que se incumbiu da análise da situação educacional em comunidades do Vale do São Francisco.

Depois de evidenciar as várias razões da ineficiência do ensino público estadual, em determinada localidade, ele não hesita em afirmar: "A única escola com funcionamento regular era uma escola supletiva". E as razões disso também vêm aí apontadas. É que apesar de todas as dificuldades, que não desconhecemos (e este Congresso não se reúne senão para estudá-las e corrigi-las) o ensino supletivo ainda assim, nessa localidade, apresentava-se como de feição mais funcional, aos habitantes da região, que o ensino destinado às crianças.

Em documentos similares, que atestam que a Campanha tem estimulado o interesse de pais e parentes pela educação das crianças, têm apoio aquele lema: "É ainda, por amor às crianças, que devemos educar os adultos".

Aliás, por outro aspecto, a questão pode e deve ser focalizada. É o da imigração de consideráveis grupos de população que deixam regiões de ensino primário menos difundido, em particular as do Nordeste, em demanda de regiões de trabalho de nível mais alto, as do Estado do Sul. Em três trabalhos oferecidos a este Congresso, pelo menos, sei que a questão está documentada na minuciosa e ilustrativa análise apresentada pela Comissão Municipal de Educação de Adultos, da grande cidade de Santos do Estado de S. Paulo, e que sei que foi preparada pelo Professor Agnaldo Dutra; na comunicação sobre o movimento geral de todo esse Estado, redigida pelo educador e escritor José Camarinha; e numa bem elaborada tese do Prof. Antonio de Veiga Freitas, do Departamento de Educação de Adultos, do Distrito Federal. Em São Paulo, o contingente de alunos de ensino supletivo é constituído de jovens procedentes das regiões nordeste e leste, numa taxa que orca por 70%. No Distrito Federal por taxa ainda maior. Aí está uma demonstração do papel útil da campanha no suprir deficiências de preparação para o trabalho, pois é o teste de trabalho que produz esses jovens à escola.

Em vários Estados, em atenção ao plano da campanha, tem-se experimentado com excelentes resultados alguma coisa mais direta, nesse sentido, nos chamados "centros de iniciação profissional". De informações, que já há algum tempo pude compulsar, pareceram-me de especial relevo as realizações do Estado de Pernambuco, resultantes sobretudo dos esforços de uma educadora, cujo nome declino com especial admiração, a senhora Maria Elisa Viegas. Outras, bem sei, em diversos Estados também se tem feito.

Mas, ainda que a fase inicial só haja tido como consequência a regressão da taxa geral de alfabetismo no país, e como a depõem os dados estatísticos; ainda assim, valeria a pena o esforço despendido. Valeria porque a aquisição, embora rudimentar da leitura e da escrita, põe ao alcance de cada indivíduo um instrumento útil à adaptação social e ao seu desenvolvimento geral. Não é que, por si só, o domínio da leitura realize milagres. Mas esse domínio quando o ambiente social o esteja solicitando, esse é o caso, força a um maior esforço de aperfeiçoamento individual através da leitura. Essa é, de fato, a situação de várias regiões do país, no atual momento, em que formas mais complexas do trabalho reclamam a leitura; e, com ela, a aquisição de mais variadas informações sobre as atividades profissionais, e sociais, em geral. Esse aspecto pode ser verificado até mesmo pela produção editorial do país, nestes últimos tempos. O livro, até há bem pouco tempo, era entre nós, como nos demais países da mesma formação, um instrumento de prazer e luxo, destinado a uma clientela requintada. Hoje, o livro e o folheto estão se tornando instrumentos de trabalho, como se pode ver pelo florescimento de coleções e de pequenas brochuras sobre técnicas profissionais, inclusive os das zonas rurais. Pode ser apontada

como exemplo, a coleção ou "ABC do Agricultor", de conhecida editora. E, nesse sentido, a iniciativa recente do Departamento Nacional de Educação, superiormente dirigido pelo Prof. Heli Menegale, abrindo um grande concurso para a produção de pequenos textos, dos mais variados, para recém-alfabetizados, merece os maiores aplausos.

Mas há, em relação ao efeito da leitura e da escrita, um aspecto de ordem fundamental, que as modernas pesquisas da psicologia têm revelado em vários países, embora nunca tivesse sido considerada para todo o conjunto de um grande país subdesenvolvido. Esse aspecto é o da influência da leitura e da escrita no desenvolvimento mental, em geral, quer nas crianças, quer nos adolescentes. Pois bem, a esse propósito, posso trazer-vos uma revelação. Está em fase final, uma das mais importantes investigações desse gênero já realizadas em todo o mundo, e aqui mesmo, no Brasil, empreendida.

Trata-se de uma pesquisa iniciada, há cerca de quatro anos, sobre a inteligência nacional, levada a cabo por esforços conjuntos do SENAC, do INEP e do IBEC, e ainda com a colaboração de outras entidades. Tal pesquisa estendeu-se a todos os Estados, pelo moderno processo de mostragem; abrangeu grandes e pequenas cidades e as zonas rurais; a ambos os sexos; as idades entre 6 e 60 anos; a todas as diferentes profissões, tanto dos pais como dos examinandos, quando estes trabalharam; e compreendeu enfim, sempre segundo as proporções reveladas pelo recenseamento de 1950, analfabetos e alfabetizados.

Para que isso se tornasse possível, o instrumento de avaliação empregado não poderia ser um teste verbal, ou prova que exigisse leitura e escrita. Mas, sim, um teste à base de desenhos, com indicações também pictóricas, uma das quais deveria ser indicada como solução, com um simples traço de lápis. Para os especialistas em psicologia, que os há também neste auditório, esclareço que o material empregado constou de testes similares aos das "matrizes progressivas". Foram organizadas pelo Dr. Pierre Weil, que até há pouco tempo chefiou os trabalhos de psicologia aplicada do SENAC, e que receberam aferição muito cuidadosa.

Quais os resultados?...Eles serão publicados extensamente dentro em pouco. Posso adiantar-vos, no entanto, que as duas curvas de desenvolvimento obtidas através das idades, de 6 a 60 anos, uma maior para alfabetizados e outra para analfabetos, revelaram resultados que demonstram uma enorme diferença, não só quanto ao nível alcançado, com evidente superioridade para os alfabetizados, como ainda quanto à fisionomia das duas curvas.

Em termos gerais, os resultados são os seguintes:

1) As médias, ou normas de idade mental, obtidas nos alfabetizados, situaram-se sempre em valores mais altos que os dos analfabetos;
2) Nos *alfabetizados*, a curva desenha-se em três fases, claramente definidas: uma elevação constante dos 6 aos 16 anos, com forte acréscimo dos 6 aos 11 anos, e acréscimo relativamente menor até os 16 anos; uma quase estabilização entre os 16 e os 28 anos; e uma lenta diminuição dessa idade, até os 60 anos;
3) A curva dos resultados obtidos com os *analfabetos*, apresenta, porém, não só uma posição inferior dos valores, como este resultado muito expressivo: Há uma elevação sensível de valores dos 6 aos 10 anos; mas a curva praticamente aí se estabiliza, até os 25, quando já começa a regressão, até a idade final.

Para os que conheçam pesquisas similares feitas no estrangeiro, tais resultados nada tem de surpreendente. Mas a sua importância, nem por isso deixa de ser menor.

Da pesquisa, retira-se esta conclusão clara e simples: deixar que permaneçam no analfabetismo, como ainda se viu pelo recenseamento de 1950, metade de toda a nossa gente, significa que perdemos também *metade de bem mais precioso com que um país qualquer pode contar para a sua organização e o seu progresso,* que é o desenvolvimento mental, ou a capacidade de inteligência.

Esses dados, ao serem publicadas, com a abundante documentação em que se apoiam, deverá fazer pensar aos que, sem maior informação sobre o assunto, afirmam que de pouco ou nada vale alfabetizar adolescentes e adultos. Ainda que, em relação a casos individuais, assim possa ser afirmado, o mesmo não se poderá dizer em relação a grandes grupos. O ideal, para a normalidade do desenvolvimento mental, será que a aquisição da leitura e da escrita se faça na infância; mas, quando isso não tenha sido possível, por motivos individuais e sociais, ainda na adolescência, tal aquisição corresponde a um bem, e bem inestimável.

Mas a educação dos adolescentes e adultos não se deverá limitar a esse aspecto rudimentar, poder-se-á objetar. Mas é claro que não. Claríssimo. E isso se pode dizer tanto para os que tiverem frequentado escolas primárias na infância, como para os que o façam na adolescência. Bem minguada seria a nossa vida social se ela se tivesse de desenvolver, entre adultos, com o que os indivíduos tivessem aprendido no curso primário, e, sobretudo, nos tipos de escolas desse nível que possuímos. E, numa época de transição ou de mudança, como a que vivemos, esse argumento assume maior e mais dramática significação.

Meus senhores:

É tempo de concluir. Se bem recordais, comecei esta palestra, dizendo-vos que, há dez anos, ou pouco mais, o Ministério da Educação lançou uma campanha de ensino supletivo, à qual se deu, de caso pensado, o título de Campanha de Educação de Adultos.

Por que "de caso pensado?" ... A expressão supõe certa malícia, ou segunda intenção; "De caso pensado", porque o que se desejava alcançar era o importante e essencial, através do urgente e do imediato.

A educação de adultos não se resume em suprir as deficiências, mas também em alargar e aprofundar as oportunidades educacionais naqueles que já não frequentem só escolas. Contudo, onde quer que graves deficiências existam, para saná-las deverá haver prioridade, mesmo por um imperativo constitucional em matéria de educação.

Uma grande dificuldade em tratar de problemas políticos e sociais, diz Paul Valéry, é o de confundir-se a noção de ordem de importância dos problemas com a noção de ordem de sua própria urgência, ou sucessão orgânica. Se o Sr. Ministro Clemente Mariani tivesse pretendido, em 1947, criar todo um sistema de educação de adultos no sentido mais extenso do termo, muito possivelmente a iniciativa se teria encerrado com a sua administração. Assentado, porém, que a Campanha devesse compreender um programa a breve termo, e outro, a longo termo, que encontrasse as suas raízes no primeiro, concorreu decisivamente, parece-me para fazer vingar o conceito da educação de adultos, que não se reduz à recuperação de grupos analfabetos; mas, ainda e também para acentuar a gravidade do analfabetismo como problema social - assunto agora posto a uma nova luz, nos

"projetos-piloto" mandados executar, em vários postos do país, pelo eminente Ministro Prof. Clóvis Salgado.

Sim, a educação de adultos, no seu sentido mais amplo, envolve a eficiência profissional, a compreensão da vida econômica; a participação na vida cívica com perfeito senso de responsabilidade; a disposição de melhor cooperar para o progresso da comunidade; e, enfim, com isso através de tudo isso, o desenvolvimento pessoal, para melhor expressão de personalidades livres. Esse é, na verdade, o grande ideal para a formação de todos, numa sociedade democrática.

Para isso, a ação no estudo pode concorrer, já não agora por ação de instituições escolares, mas por ação de serviços de difusão cultural, como as bibliotecas e museus, exposições e concertos, e outras atividades. Não poderá, porém, abranger a todas, mesmo porque muitas delas decorrem do simples direito democrático de associação para fins lícitos e do direito de livre expressão de pensamento.

Conserve-se, neste particular, não de agora, mas desde muito, esplêndidas realizações do gênero têm entre nós existido, e existem.

Grupos e entidades realizam educação de adultos, muitas vezes, mesmo que não o saibam, como Jourdain exercitava a prosa...

Associações culturais e regionais; sindicatos, quando bem orientados; clubes dos mais diversos, sejam desportivos, literários, dramáticos, que ensinem a bem conviver; centros de orientação profissional; obras de serviço social; muitas das grandes realizações do SESI, do SENAI, do SENAC e do SESC; cursos por correspondência, quando idôneos; e até mesmo clínicas de recuperação a doentes de longo estágio em hospitais, e serviços educativos destinados a presidiários - todos desempenham, ou podem desempenhar, tarefa de elevação do homem, aperfeiçoando-o, ou afinal educando-o.

A enumeração desses tipos de entidades que se deva pensar em enquadrá-los em quaisquer planos de controle oficial, ou burocrático. Isso seria tentar reduzir uma esplêndida floração de liberdade, com oposição ao próprio sentido de uma sã filosofia na matéria.

No que se poderá pensar, isso sim, e com excelentes resultados como se tem feito em outros países, é criar núcleos de entendimentos, ou livre associação entre êles, com o sentido de maior difusão de suas atividades, auxílio técnico de especialistas, coordenação de programas comuns. O que colateralmente pode e deve fazer o Estado, é incentivar, estimular e esclarecer, como aliás em vários domínios já o tem feito. Considerando essa situação, mas também todo o conjunto de problemas da mudança social, dantes referida, ouso mesmo lembrar, (se é que a ideia ainda aqui não tenha surgido), a criação, por iniciativa deste Congresso, de uma "Associação Brasileira de Educação de Adultos". Seria uma Instituição livre, embora pudesse e devesse manter com o Ministério da Educação as melhores relações de entendimento e cooperação.

Em primeiro lugar, tal associação seria como a prolongação deste Congresso, ou a vibração permanente de seus ideais na pregação e nos estudos técnicos da questão. Seria depois a difusão desses mesmos ideais por todo o país. Lembramo-nos que uma reunião de estudos como este Congresso, importa em grandes despesas, deslocamento de pessoas, cessação de outras atividades, e que, por isso mesmo, não pode ser repetido todos os anos. Entre o primeiro, realizado em 1949, e este, segundo, medearam nove anos. Pois um dos resultados da Associação poderia ser também a de reuniões regionais, mais amiudadas.

A vantagem essencial seria a de manter unidos, homens e mulheres, educadores de ofício, ou não, para permanente exame das necessidades da educação de adultos, aperfeiçoamento de seus métodos e desenvolvimento de suas múltiplas feições, com instalação delas por muitas entidades que já fazem algo de importante, mas que mais e melhor poderiam fazer, se a consciência pública estivesse mais esclarecida a respeito.

A Associação, é evidente, deveria ser como que a federação de núcleos regionais, até mesmo locais, a existir em grandes cidades. Será preciso pensar, nas pessoas e grupos de pessoas, espalhadas por todo este imenso país, as quais, desejando fazer, nem sempre encontram eco para o seu esforço, e que por isso mesmo, sentem-se desencorajados, porque se sentem sós. A "Associação" lhes estaria dizendo, a cada instante: "Não, não estais sós"

Não importa que a agremiação comece com modéstia, e que, a princípio, a poucos reúna. Mas, ou muito me engano, ou ela se tornará dentro em pouco uma prestigiosa entidade, que poderá, além de desenvolver um programa ativo, obstar a muitas formas de deseducação, ou dissolução da juventude.

Sim, será preciso dizer coisas, como as coisas são. Há as publicações obscenas para adolescentes; há as revistas que desenvolvem verdadeiros cursos de instrução à técnica do crime perfeito e de constante sugestão para a sua prática; há, sob a capa de música popular, a propaganda constante da calaçaria e do cafajestismo, na linguagem, nos ideais, nas sugestões para o vício, na ridicularização do trabalho profissional honesto, e, até mesmo, dos sentimentos da família.

Observai que as escolas procuram ensinar crianças e jovens a exercitar-se num pensamento reto; mas forças estranhas ensinam-lhes a agir sob a base de lemas de propaganda, sem lógica nem verdade. As escolas procuram inculcar sentimentos de dever e responsabilidade; mas forças externas ensinam-se que o que convirá fazer é praticar o golpe, obter dinheiro fácil; seja como for. As escolas ensinam a cortesia baseada na sensibilidade natural do bom gosto; mas naquelas forças dão como natural o atrevimento, a desfaçatez, o desrespeito a tudo e a todos...

Isto tudo por que? Porque nos falta a educação de adultos, a de adultos analfabetos, e também, a de adultos alfabetizados. Platão tinha razão: será preciso educar a cidade.

Os educadores de adultos, se acaso reunidos numa associação, e ligados a entidades já atrás referidas, poderia ser por si e por meio delas, esclarecer a opinião pública, pelos adultos a elas pertencentes, criando uma consciência de decência e bom--senso contra tais descalabros. Deixem que os educadores eduquem, "pelo amor de Deus" poderá ser o seu clamor nacional.

Os educadores de adultos acreditam, por definição, no valor associativo, na força do exemplo, no poder da organização voluntária para a melhoria do homem, pois que a associação já significa um poderoso instrumento educativo. Por que não tentar, pois, como uma criação deste Congresso, a "Associação Brasileira de Educar Adultos"?...

Aí fica, meus Srs., essa simples sugestão, com os meus agradecimentos, muito sinceros, pela oportunidade que aqui me foi concedida, e por vossa atenção, tão generosa".

Sessão de Encerramento

No dia 16 de julho, às 21 horas, realizou-se o encerramento oficial do Congresso, tendo ocupado presidência dos trabalhos o Professor Clóvis Salgado, Ministro da Educação e Cultura.

Ao declarar abertos os trabalhos da Sessão, o Senhor Ministro, reafirmou o seu interesse pelo certame e informou à Casa haver sido redigida a carta de Educação de Adultos, documento que condensa todas as ideias expressas e consagradas no Congresso. O Prof. Armando Hildebrand,1º secretário, leu o importante documento, que foi aprovado pelos presentes com prolongadas palmas.

Em seguida usaram da palavra o Prof. Antonio Augusto de Mello Cançado, que falou em nome dos congressistas, o Prof. Luiz Gonzaga da Gama Filho, Secretário Geral da Educação e Cultura do Distrito Federal e o Prof. Heli Menegale, Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação.

Ao encerrar a Sessão o Senhor Ministro da Educação e Cultura digeriu calorosas palavras de agradecimento aos promotores e realizadores do Congresso, e de aplausos, em nome dos Congressistas, ao Senhor Prefeito do Distrito Federal pela abertura, naquela data, do crédito de cem milhões de cruzeiros para a construção de novas escolas primárias no Distrito Federal.

Todos os discursos pronunciados naquela oportunidade são publicados a seguir.

Discurso do Sr. Antonio Augusto de Mello Cançado, Representante dos Congressistas

"Seria difícil exprimir todo o mundo de pensamentos e de sentimentos que nos tumultuam o ser, nesta hora e nesta Casa, tão múltiplas são as vozes que sobem de nosso íntimo e procuram a acústica da compreensão e da confraternização que o II Congresso Nacional de Educação de Adultos ensejou e propiciou.

Optamos, por isso mesmo, pelo caminho mais direto e simples. Talvez, seja ao cabo, também o mais claro e belo.

Falemos de nosso encantamento total diante da promessa, ora esplêndida realidade, deste certame que estamos a encerrar.

Vivemos, senhores, num mundo heraclitiano. O fluir inovante e vertiginoso do tempo e das coisas, dos fatos e episódios, dos destinos e decisões, das vocações e provocações emergiria certamente o misterioso Heráclito da Grécia antiga num autêntico êxtase dentro de nosso Século XX.

Mas, se esse é o clima do "Kosmos", em que somos, estamos e nos movemos, nem por isso nos deixaremos arrastar pela crista das ondas do pragmatismo que a tantos seduz, nem da agitação que a tantos empolga, nem do pessimismo de certos existencialistas que invadem o solo e do subsolo de tantas consciências.

Não! Porque nós acreditamos nos valores imortais. Vivemos em crise. Sim! Mas, a crise, isto é, a mudança como na flor que desabrocha na ave que ensaia o canto e desfere o vôo, na criança que balbucia ou que sorri, pode muito bem ser o sinal sensível de terra

firme, território humano, fermento, sal, sonho, ideais, que nos conduzem a outros mares irrevelados e a outras tantas Ilhas Desejadas.

Senhores:

O tom lírico em que vos falo já é, por si só, indicativo do estado d'alma em que mergulhamos.

Este II Congresso Nacional de Educação de Adultos, que o Ministério da Educação e Cultura, idealizou tão magistralmente e a que nós - por que não dizer? - bravamente demos fisionomia e organicidade, constitui mais uma substância com que podemos, neste País, manipular o elixir do entusiasmo.

Não que tenhamos descoberto a "pedra filosofal". Seria muito. Seria pretender demais. Mas, porque este certame foi uma tomada de consciências, lúcida, serena, cívica e sincera. Dele saímos reconfortados, de alma lavada, como as praias ao sol e ao mar.

Os promotores deste extraordinário encontro de educadores de todos os quadrantes do País têm justificado motivo de estarem orgulhosos: S. Ex.a, o Sr. Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, que, dignando-se de abrir o conclave, elegeu a tônica dominante; o eminente Prof. Clóvis Salgado, Ministro da Educação e Cultura que prolonga no Rio e no Brasil as lições de sabedoria de nossa amada Minas do pão e do lume; o nobre Prof. Heli Menegale, que fez de toda a sua vida uma chama votiva em louvor perene da educação, que ele, como Pestalozzi, define e pratica como uma "benevolência", um bem querer, harmonioso e difusivo; o Prof. Armando Hildebrand, que, no meio de toda a agitação ambiente, consegue levar a cabo uma ação em profundidade que já enriquece o patrimônio de nossa histeria pedagógica; enfim, todos os artífices do Bem Comum que, neste Ministério, se desdobram para manter bem alta, orgulhosamente desfraldada, a bandeira do Mestre Lourenco Fº, pioneiro de tantas campanhas educativas nacionais. A todos eles, anônimos ou em evidência, líderes intelectuais ou lideres executivos, comandantes coordenadores, a todos eles sem diferença, mas antes irmanados no denominador comum de nossa admiração e nosso apreço, a profunda e comovida gratidão do Brasil uno, indiviso, inconsútil solidariamente. fraternal, que aqui representamos, estes novecentos congressistas.

"*Pro Brasília fian eximia*!"- está escrito.

Pelo Brasil, pelo engrandecimento, pelo seu aprimoramento, ela sua ordem, pelo seu progresso, pela sua glória, tudo devemos fazer a nada omitir.

Ora, senhores, e de que mais estamos carecendo nesse país, senão de escolas? De escolas, materialmente, falando. De escolas, pedagogicamente argumentando.

Este Congresso, dotado de um temário sábio, fez desfilar, para nossa sensibilidade e nossa inteligência, os mais agudos problemas da atualidade educacional.

Graças aos céus, tivemos o privilégio e a fortuna de encontrar Comissões e Subcomissões com as antenas voltadas para a captação das realidades brasileiras.

- Objetividade, intensidade, seriedade, dignidades nos estudos das proposições, tão adequadas e por vezes tão percucientes, constituíram o espetáculo admirável que se nos deparou ao longo destas assembleias.

Também o plenário, este plenário estuante de vida e disputa foi fato de êxito destes oito dias de recolhimento para meditação.

Quantas vezes aqui ficamos, manhãs prolongadas, tardes afora e noites a dentro, esmiuçando, anatomizando, escalpelando teses, relatórios, propostas, moções!

E como afinal, terminamos sempre em palmas de democracia, quero dizer, de submissão do vencido ao vencedor! Tudo redundando na maior honra do nosso ensino!

Chegamos, enfim, ao termo. Repete o ilustre Prof. Abgar Renault, outras das glórias de nossa amada Minas, que os homens se poderiam dividir em "ortopédicos" e "ortofrênicos".

Há países, cuja cultura milenária já está requerendo que se coíba o "excesso" de impulsos, de "elan", de iniciativas de sua gente.

Felizmente, não é o caso do Brasil. Aqui, estamos na fase ortopédica. Precisamos de corrigir desvios, deficiências, senões, fraquezas. Aos espaços geográficos vazios corresponde ainda muita seara intelectual por amanhar, para que cresça e frutifique.

- Desanimaremos?

Não! E este II Congresso, já agora, repete em coro: "Não!".

Como o primeiro mestre do Brasil, José de Anchieta, podemos afirmar com ufania, que esta é uma terra dadivosa, "em que, se plantando tudo dá". 450 anos de nossa vida dão-nos razão...

Havemos de sair, nestes próximos anos, do Ensino Supletivo, urgente, mas circunstancial, para a Educação de Adultos, essencial e fecunda, de repercussões na tessitura de nossos objetivos.

- A nossa voz já se carrega de novos conteúdos.

O Governo, conclamamos. Atendemos. Vamos, agora, levar aos rincões de onde proviemos o toque de reunir em torno desse Bem inapreciável que é a Educação do Povo, de todo o Povo. Sejamos voluntários dessa Cruzada!

Castro Alves clamou, para uma Nação de analfabetos, que se devia espalhar livros, livros a mancheias. Repitamos com o Poeta que, num País faminto de progressos, alfabetizar e educar as massas será lançar à terra o germe, a semente do extraordinário edifício material, intelectual, espiritual que a Providência deseja que se erga por sobre estes 8 e meio milhões de quilômetros quadrados.

As crianças estão sendo preparadas para este mundo em mudança.

Adestremos, portanto, com maior rapidez, os adultos para que não se descompassem, logo eles, na marcha para o amanhã.

"Instruí e educai o povo, e a tirania e a opressão se dissolverão, como os fantasmas ao romper da aurora" - dizia Jefferson.

Eduquemos a nossa gente e ela se tornará, a cada dia, mais digna de sua vocação de líder de paz num mundo de guerra.

E esta lição, pedagógica por excelência, de um só povo, uma só alma, um só Brasil, resolvendo harmoniosamente todos os seus problemas; há de calar fundo no espírito do Século marcado com o sinal alucinante de Heráclito".

Discurso do Sr. Luiz Gonzaga da Gama Filho, Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal

"Ao se encerrarem os trabalhos do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, considero um privilégio e uma honra poder dirigir-me aos ilustres congressistas e a todos que prestigiam com sua presença esta solenidade, dizendo-lhes do meu entusiasmo pela

vitoriosa realização deste empreendimento e da minha integral solidariedade às oportunas e brilhantes conclusões a que chegaram.

Os 900 delegados de todos os Estados e Territórios do Brasil; representantes oficiais dos governos federal, estaduais e municipais; de associações de classe, institutos de cultura, autarquias e educadores em geral, aqui se reuniram para, num trabalho em comum, trocarem informações, caldearem ideias e experiências, sempre com o pensamento voltado para a luta de todos os momentos, na gloriosa e árdua campanha pela erradicação do analfabetismo.

Quase duas centenas de teses foram debatidas, demonstrando a seriedade e a compreensão com que foram analisados os diversos itens do bem formulado temário, oferecido à capacidade e ao crivo dos ilustres congressistas.

Não vos perdestes na especulação estéril das questões acadêmicas, tão do sabor dos desligados da realidade que urge considerar.

Debatestes as teses e concluístes. Atendidas ficaram, dessa maneira, as recomendações do Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek, quando em seu discurso, no ato solene da instalação deste conclave, reclamava "a formação de uma doutrina sobre a educação, a qual deverá orientar os planejamentos educacionais do país, afirmando, ainda mais, que elas deveriam "constituir uma verdadeira carta de princípios da educação de adolescentes e adultos no Brasil"...

Do cotejo daquilo que se esperava ou mesmo exigia do Congresso, com o que nos é dado observar, no dia do seu encerramento, há de chegar-se à conclusão que vós fostes vitoriosos no empreendimento. Vivemos uma quadra difícil da história da humanidade. A pouco e pouco à humanidade vão volumando os movimentos que visam à negação dos princípios fundamentais da filosofia que se funda no primado do espírito. Em todos os recantos surgem pruridos de um materialismo devasso, cuja imposição constituiria o mais temível dos castigos que se poderiam abater sobre a nossa espécie.

Urge uma tomada de consciência para a reafirmação dos postulados que sempre informaram e hão de informar a nossa própria crença no destino eterno do homem e na sua autossuperação pelo exercício das faculdades que só a ele são dadas, pela sua própria condição de coautor do universo.

A subversão dos valores absolutos determinantes do nosso próprio sentido humano, deve ser o objeto da nossa constante preocupação e valerá aqui lembrar - conquanto desnecessário o seja - que só através a educação se poderá esperar o fortalecimento da reação que não se pode fazer tardar.

Não confundimos, e vós bem o sabeis, a reação necessária aos movimentos de desagregação, com uma posição estática, incapaz de sensibilizar-se diante da evolução natural das coisas.

Admitimos, aplaudimos e acompanhamos o progresso das ideias que conservam como marca indelével, o compromisso do respeito à condição humana.

Denunciamos como falsas e inconsistentes, como nocivas e amorais as formulações que, em se dizendo progressistas. E salvadoras, significam, em última análise, um desgraciado recuo dentro das posições conquistadas, na eternidade das lutas contra a assimilação do homem a um único e generalizado conceito de matéria.

Aí está, em rápidas pinceladas, o quadro da situação que por nós todos é vivida e sentida diariamente no esplendor da fé com que nos entregamos à tarefa de educadores e ao desejo de criar um objeto de crença, digno do nosso próprio idealismo.

Daqui saímos retemperados e mais do que nunca dispostos a lutar em favor da educação. Educação que signifique paz, liberdade e democracia; que represente a própria realização do homem na sua plena afirmação pelas manifestações de sua vontade.

Com a vibração cívica dos encontros patrióticos, levareis aos rincões de onde viestes, revigorada e retemperada, a vossa decisão de não poupar esforços em favor da nobre causa que abraçastes.

O nosso encontro foi fértil e não negará, por certo, os frutos correspondentes às sementes aqui lançadas.

Cremos na nossa missão e confiamos na vossa disposição de luta.

Cremos na educação.

Cremos que o homem só se afirma sendo autêntico.

Cremos que a autenticidade decorre da possibilidade de se manifestar à vontade na escola das alternativas.

Cremos que as alternativas só se oferecem àqueles que podem conhecer e que o conhecimento só o possui o homem, quando convenientemente educado.

Cremos nos professores, cremos em nossa gente e cremos, assim, finalmente, nos gloriosos destinos do Brasil".

Discurso do Sr. Heli Menegale, Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação

"Quando a Campanha de Educação de Adultos completou dez anos de atividades, surgiu a convicção de que se devia fazer o retrospecto de todo o caminho andado, a fim de se avaliar a distância percorrida e reencetar a jornada. A experiência desses dez anos apontaria os rumos. Além disso, uma circunstância nova está emprestando aspecto novo à educação de adultos no Brasil - o desenvolvimento industrial.

Ora, o Ministro da Educação e Cultura, Prof. Clóvis Salgado, justamente nesta hora, pressentindo as consequências do fenômeno, reestrutura para a era que vivemos a educação brasileira num planejamento que coordena todos os órgãos do Ministério e se relaciona com as condições e as necessidades econômicas e sociais do país. A S. Excia. pareceu oportuno dedicar-se a maior atenção ao estudo da importância e das possibilidades da educação em função do desenvolvimento econômico do país.

As ideias do Ministro Clóvis Salgado, lúcidas e precisas, sobre a educação dentro deste quadro que a civilização criou para o Brasil, estão divulgadas nas várias conferências pronunciadas ou nas entrevistas concedidas à imprensa por S. Excia. Elas lhe vêm dirigindo a ação, que se resume em possibilitar a preparação do homem para a tecnologia, sem prejuízos de sua formação espiritual.

Nasceu daí a iniciativa do II Congresso Nacional de Educação de Adultos.

O Distrito Federal, a que se deve, em relação a essa modalidade supletiva de educação, uma obra considerável e persistente, aliou-se ao empreendimento, de que seria

sede, e assim se justifica a aliança da Prefeitura do Distrito Federal ao Ministério da Educação e Cultura no patrocínio do Congresso.

Da reunião de educadores vividos, que se têm dedicado - na organização do trabalho ou à frente das classes, nas cidades ou no campo- à grande experiência da educação de adultos, deveria sair a palavra orientadora, que analisasse o passado e desse os rumos do futuro, apontando a filosofia, as condições, os métodos e processos mais eficazes mais convenientes a rápida transcrição por que passamos.

De que a iniciativa foi oportuna a prova não tardou, na reação entusiástica e favorável com que foi acolhida. Basta revelar que, provindos de todos os Estados,1.260 educadores se inscreveram congressistas e 260 teses foram apresentadas.

Realizado em 1947, na oportunidade do lançamento da Campanha de Educação de Adultos, caracterizou o I Congresso a preocupação de extinguir-se o analfabetismo entre os brasileiros, que atingia na ocasião a cerca de 57% da população de idade superior a 14 anos. Passados onze anos, outro é o fulcro de interesse deste Congresso - o desenvolvimento econômico do país. A alfabetização é uma condição secundária ou implícita, que se inclui nos propósitos de preparação do homem para a modalidade de vida econômica e social em que estamos apenas ingressando.

A transformação da ciência em "fonte de técnica econômica", como adverte Bertrand Russel, e o desenvolvimento da própria técnica, nestes últimos cinquenta anos, fazem surgir a valorização do adolescente e do adulto de que antes a educação não cuidava.

Ao contrário do que tantos supõem, raciocinando sobre uma situação aparente, não se procura transformar o homem em máquina ou peca que se intenta engranzar nos dentes de uma civilização mecânica. Quer-se, ao revés, tornar revés, tornar consciente, para que suba de autômato e servil à função condigna que só a técnica pode outorgar-lhe.

Está ainda na ciência outra razão que justifica o interesse crescente em relação ao adulto: é a elevação da média de idade cronológica atingida pelo homem moderno. O prolongamento da vida valorizou o homem economicamente.

O Congresso viveu esse espírito revolucionário, há nos educadores que contribuíram para as soluções encontradas a consciência da mudança, que não é um fenômeno brasileiro, nem uma transição dirigida, mas o desaparecimento da velha humanidade para dar lugar a uma humanidade nova.

Foi-lhes fácil, dentro dessa atmosfera translúcida, encontrar a chave de todos os problemas propostos através do temário, e o conjunto de suas deliberações estará por certo à altura das esperanças dos que confiavam na cultura, na experiência e na capacidade dos educadores reunidos neste Congresso.

A declaração de princípios, palavra em que se resumem as conclusões do certame, vale por uma afirmação de confiança e um aceno para o futuro.

A Associação Brasileira de Educação de Adultos, criada entre os trabalhos do Congresso, é outra revelação de vida e de que novas disposições de luta animam os que se dedicam a esse aspecto da educação.

Não podemos, porém, esquecer a significação que teve o Congresso ao reunir centenas de educadores provindos de todos os recantos do País, movidos pelo mesmo ideal, e aqui dedicados à compreensão dos difíceis problemas de seu trabalho.

Testemunhar o êxito do certame é louvar a extraordinária força realizadora de quem foi a sua verdadeira alma, o Prof. Armando Hildebrand. Inteligência, diligência,

perseverança, dedicação, capacidade para organizar e resolver, milagroso aliciador de vontades - eis alguns dos atributos de que se valeu para dar ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos o êxito sem falha de que se coroou.

São inúmeros, porém, aqueles a quem o Congresso ficou devendo. São os membros do Grupo de Trabalho que o projetou, os da Comissão Organizadora que auxiliaram o seu Presidente, os componentes da secretaria e da administração, cheios de abnegação e competência, são, enfim, os próprios congressistas, que fizeram desta reunião um serviço sem preço ao Brasil.

Todos os esforços, toda a canseira, toda a renúncia, toda a esperança que este Congresso representa hão de ter prêmio, em cada um de nós, na própria renovação de forças com que dele saímos alentados".

CARTA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

O II Congresso Nacional de Educação de Adultos conseguiu reunir mil e quatrocentos educadores, que se empenharam na procura de soluções para os problemas da educação do adolescente e do adulto consubstanciando as ideias expressas E consagradas no Congresso, foi redigida a Carta de Educação de Adultos, importante documento que publicamos a seguir.

O II Congresso Nacional de Educação de Adultos, reunido no Rio de Janeiro, em julho de 1958, considerando a documentação que lhe foi presente, as valiosas teses, memórias e monografias provindas de todo o País, e ainda os debates e resoluções do Plenário, nesta Carta procura exprimir o pensamento comum que aos seus membros animou, com base nos princípios constitucionais e numa sadia e produtiva filosofia social.

1. A educação de adultos surge como um imperativo da mudança social. Nas épocas de cultura estável, ou naquelas em que só uma lenta mudança se opere, quanto aos costumes, técnicas, ideias e aspirações, os esforços educativos podem cingir-se às primeiras idades, ou seja, a crianças e adolescentes; não assim, porém, nas fases de rápida transformação, como a que defrontamos, em que a mudança social exige que se considere, com especial desvelo, tanto por parte do Estado como das demais instituições, a educação de grandes grupos das gerações mais amadurecidas.

2. A mudança se caracteriza por uma ruptura dos quadros tradicionais, políticos, religiosos, estéticos, econômicos e jurídicos, decorrente da aceleração do processo de mobilidade social, com crescente participação de maiores grupos de pessoas nas decisões da vida coletiva; esse fato, em tese sempre benéfico, como expressão de vida democrática, deve obrigar, no entanto, a um maior esforço na preparação do povo para cumprimento de novos deveres e gozo de justos direitos, sem sacrifício de valores sociais e morais a preservar, pois, em caso contrário, a sociedade corre o perigo de abismar-se no caos.

3. No caso particular do Brasil, há a considerar, no momento, dois grandes e graves aspectos:(a) o do despreparo de praticamente metade dos grupos da população adulta, os quais, nas idades devidas, não receberam a educação elementar, ou "educação "de base", no sentido que a esta expressão dá a UNESCO; isto é, a aquisição daqueles

elementos mínimos da cultura, de conhecimentos e de hábitos, que, na sociedade atual, ao homem permitam reajustamento, dando-lhe assim condições que tornem a vida digna de ser vivida; e,(b), o de maior ou menor deficiência, senão mesmo ausência de uma atitude objetiva, por parte dos que detêm o controle social, ou pelas circunstâncias, nele utilmente possam intervir, no considerar a época de transição que vivemos, sejam pensadores sociais, políticos, homens públicos, chefes de empresa, cientistas, escritores, jornalistas, pais de família, e até mesmo educadores de ofício.

4. Quanto ao primeiro aspecto, é principalmente ao Estado e a instituições privadas de regime de colaboração com o Estado, já existentes, como as do serviço social rural, do comércio e da indústria, bem como as iniciativas inspiradas em sentimentos cívicos e religiosos, que deve caber mais intenso e extenso trabalho, para recuperação de grandes grupos "marginais" ao sentido da evolução econômica, política, e cultural do País. Seria injusto negar aos órgãos governamentais, e, em especial ao Ministério, da Educação e Cultura e aos Departamentos de Educação dos Estados, em como àquelas entidades de colaboração, a grande tarefa já realizada, no sentido da extensão dos serviços da educação de base, pela Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos Analfabetos, os de serviço social, e, ainda, os de formação e readaptação profissional, aspecto esse que, nas realizações do SENAI e do SENAC, têm oferecido exemplos de boa organização, imitados mesmo por outros países.

5. É inegável que, por efeito de todas essas iniciativas e realizações, tem-se esclarecido no País a consciência pública em relação aos problemas da educação de base, e, em consequência, a umas e outras não devem ser regateados aplausos. Não obstante, força é também confessar que, transcorrido um decênio, maior e melhor coordenação seria de desejar-se entre todas, consubstanciada em acordos interministeriais, e entre serviços estatais, paraestatais, e de colaboração senão mesmo do delineamento de um plano cooperativo geral, que a todos os esforços venha a proporcionar maior rendimento c eficiência, com a inclusão nele de entidades que o movimento têm estado à margem, quando não o deveriam estar, como sejam os sindicatos de trabalhadores, direta e substancialmente interessados no movimento, e que, por estas ou aquelas razões, só excepcionalmente dele tem ativamente participado.

6. Ademais, a questão da educação de base, deverá ser reexaminada em relação a suas duas feições essenciais e conexas, a saber: a) maior expansão e aprimoramento dos serviços oficiais de ensino primário das idades próprias, isto é, a infância; e b) melhor articulação de seus planos e objetivos, aos do sistema de ensino supletivo, ora existente. O maior objetivo deste último contém-se na esperança, de que, por maior preparação dos grandes grupos ora marginais, e elevação consequente de sua capacidade de produzir, haja a cada ano maior clima social e maiores recursos para que a educação primária possa ser ministrada a toda a população escolar do País, atendendo-se assim ao princípio constitucional de que o ensino desse grau é "gratuito e obrigatório". O II Congresso Nacional de Educação de Adultos, assim, formula um veemente apelo no sentido de que as administrações estaduais e municipais tudo façam para melhor planejar, parelhar e executar seus serviços de ensino primário; e, também, no sentido

de que a União, consoante aliás o que já se estatui na lei orgânica do ensino primário e se prevê no projeto revisto da lei de diretrizes e bases, não sejam atribuídos auxílios àquelas entidades estaduais e municipais que não atendam ao preceito constitucional de aplicação de uma percentagem mínima de sua renda, proveniente de impostos, aos serviços de educação. Igualmente, espera este Congresso que, dos projetos-pilotos de erradicação do analfabetismo, ora em andamento em vários municípios do País, por iniciativa do Ministério da Educação, possam advir novas luzes sobre o problema, a serem geralmente recomendadas.

7. Quanto ao segundo grande e grave aspecto, dantes referido, e que está a exigir uma retomada de consciência com relação aos problemas da mudança social, não se deverá pensar em recursos ou técnicas de ação oficial que direta cu indiretamente, resultem em cerceamento de quaisquer prerrogativas da vida democrática, entre as quais estão as do direito de associação para fins lícitos e de liberdade de expressão do pensamento. Entende, assim, este Congresso que a melhor e mais produtiva forma de enfrentar o problema, em seu conjunto, é o da instituição de uma associação de caráter nacional, que, de modo permanente, vale pelo problema, difunda ideias, e procure congregar esforços hoje dispersos, de entidades privadas de todo o gênero, sejam culturais, cívicas, religiosas, econômicas, recreativas, desportivas, as quais, muitas vezes sem intenção definida já realizam ou podem realizar educação de adultos.

8. Isso não significa, porém, que o Estado se deva desinteressar de formas mais amplas de educação de adultos, pelo desenvolvimento de instituições de educação extraescolar, e mesmo escolar, pelo apoio técnico e financeiro a entidades privadas, e pelo estudo de planos e projetos de maior cooperação entre elas, mantida sempre a liberdade de princípios e objetivos de cada uma. Por essa forma poderá o Estado, numa sadia orientação democrática, esclarecer, sempre que convenha, os seus planos de ação política e social, o que não deverá significar propaganda, mas educação social no mais alto e proveitoso sentido da expressão, assim afervorando o sentimento de comunidade e os sentimentos nacionais.

9. No atual momento, o Governo Federal, bem interpretando, aliás, certas condições decisivas da vida do País, empenha-se numa política de desenvolvimento, ou seja, na propulsão das forças da economia e, em especial, da economia industrial. Na educação de adultos, como na de todos os graus e ramos, um conteúdo dessa ordem deve sempre existir, mesmo porque a ele se ligam muitos dos problemas da mudança social os da educação. Já Rui Barbosa escrevia há trinta anos, que a miséria cria a ignorância, e que a ignorância eterniza a miséria. Contudo, será preciso que uma política de desenvolvimento, retamente entendida e conduzida, considere sempre também os valores sociais e morais a preservar, emendar e aprimorar. Ainda nesse sentido, todo o trabalho de uma educação de adultos, em seu mais amplo sentido, referente à participação na vida cívica com perfeito senso de responsabilidade, a melhor disposição em cooperar no progresso da comunidade a levar o povo a usufruir, sem privilégios dos bens da cultura e da civilização, pode e deve ser considerado de par com maior capacidade de produzir e aumentar a riqueza.

10. Assim considerando os princípios gerais, e alguns pontos particulares do problema da educação de adultos, em nosso País, no atual momento, este II Congresso reafirma os seus ideais baseados na educação extensa do povo para a produtividade, sem, no entanto, o esquecimento dos valores morais e espirituais que a devem sempre inspirar. E relembre que, já em 1920, o historiador inglês H. G. Wells escrevia: "A humanidade contempla, cada vez mais, o espetáculo de uma desabalada corrida entre a educação e a catástrofe". Os educadores que firmam este documento têm a certeza de que a Nação brasileira saberá escolher.